



GOVERNO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LEI Nº 109/2015
DE 03 DE JULHO DE 2015

Certifico Que a Presente Lei
Foi Publicada Nesta Data em
03/07/2015
Secretário de Administração

A PREFEITA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA, ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Areia Branca aprovou e que eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art.1º É aprovado o PME - Plano Municipal de Educação, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento no disposto no art.214 da Constituição Federal.

Art.2º São diretrizes do PME:

- I – Erradicação do analfabetismo;
- II – Universalização do atendimento escolar;
- III – Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – Melhoria da qualidade da educação;
- V – Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII – Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB – Produto Interno Bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX – Valorização dos profissionais da educação;
- X – Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;



GOVERNO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art.3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Parágrafo único. O poder público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência.

Art. 4º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizadas pelas seguintes instâncias:

- I- Secretaria Municipal de Educação;
- II- Conselho Municipal de Educação - CMEAB;
- III- Fórum Municipal de Educação;
- IV- Colegiado instituído conforme estratégia do PME.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I – divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III – analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 3º Os investimentos públicos em educação a que se refere o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 05 (cinco) conferências municipais de educação até o final do decênio, articuladas e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, com o apoio sistemático e institucional do Conselho Municipal de Educação instituído nesta Lei, no âmbito do Poder Executivo.



GOVERNO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I – acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II – promoverá a articulação das conferências municipais de educação com as conferências regionais, estaduais e nacionais que as precederem.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 02 (dois) anos entre elas, com objetivo de avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação para o decênio subsequente.

Art. 7º O Município atuará em regime de colaboração com a União e o Estado, visando o alcance das metas e a implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º Caberá ao gestor municipal a adoção de medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos municipais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 4º Caberá a Secretaria Municipal de Educação a instância permanente de negociação e cooperação entre o Município, a União e o Estado de Sergipe.

Art. 8º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 9º O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

§ 1º O sistema de avaliação a que se refere o caput produzirá, no máximo a cada 02 (dois) anos:

I – indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos (as) estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com a participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos (as) alunos (as) de cada ano escolar periodicamente

GABINETE DA SECRETARIA

RUA HERACLITON DINIZ, 1419 - CENTRO - AREIA BRANCA CNPJ: 13.100.995/0001-04



GOVERNO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica;

II – indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos (as) profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outras relevantes.

§ 2º A elaboração e a divulgação de índices para avaliação da qualidade, como o índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do § 1º não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles.

Art. 10 As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Areia Branca, em 03 de julho de 2015.



ACACIA MARIA NASCIMENTO DE SOUSA
PREFEITA MUNICIPAL



**GOVERNO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Areia Branca

2015 – 2025

Areia Branca - Sergipe - Brasil

Maio/2015

Plano Municipal de Educação – Areia Branca/SE

ACÁCIA MARIA NASCIMENTO DE SOUSA
Prefeita Municipal

FRANCISCO DAS CHAGAS FILHO
Vice-Prefeito

JOSÉ REGINALDO SIQUEIRA GÓIS
Presidente da Câmara de Vereadores

SANDRA BERNARDINO SANTIAGO
Secretária de Educação

EDILMA SILVA SANTOS
Coordenadora Geral do PME

ALEXANDRA DA SILVA SANTOS
Presidente do Conselho e Fórum Municipal de Educação

GRUPO SISTEMÁTICO DO PME

Alexandra da Silva Santos
Andreia Freire dos Santos
Cosmia Maria de Jesus Oliveira
Edivane Maria dos Santos
Elisângela Oliveira Andrade
Josefa Almeida Cruz
Josefina Maria dos Santos
Luana da Mota Santos
Luiz Carlos dos Santos
Maria Aparecida do Vale Souza
Marineide Santos Macedo

ORGANIZAÇÃO, REDAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Alessandra de Oliveira Nunes - C.S.J.B.
Alessandra Maria de Almeida Barbosa - SMEAB
Alexandra da Silva Santos - SMEAB
Andreia Freire dos Santos - SMEAB
Cósma Maria de Jesus Oliveira - SMEAB
Dyego Anderson Silva Pereira - SEED

Edilma Silva Santos - SMEAB
Edivane Maria dos Santos - SEED
Elisângela Oliveira Andrade - SMEAB
Humberto Gonzaga de Lima - UNCME / UNDIME
Josefa Almeida Cruz - SMEAB
Josefina Maria dos Santos - SMEAB
Larissa Simões Menezes - PMAB
Luana da Mota Santos - SMEAB
Luiz Carlos dos Santos - SMEAB
Maria Aparecida do Vale Souza - SMEAB
Marineide Santos Macedo - SMEAB
Sandra Bernardino Santiago - SMEAB

COLETA DE DADOS

Edilma Silva Santos
Edivane Maria dos Santos
José Alberto Amorim Júnior
Luiz Carlos dos Santos
Maria Aparecida do Vale Souza
Zulei Fontes Lima

COLABORAÇÃO

Ascom- <https://www.facebook.com/people/Ascom-Areia-Branca/100006901638652>

Conselho Municipal de Educação - Areia Branca
Conselho de Assistência Social - Areia Branca
Coordenação de Articulação e Assistência aos Municípios - COAAM/SEED
Igreja Assembleia de Deus - Areia Branca
Núcleo de Tecnologia Municipal de Areia Branca - NTMEAB
Paróquia São João Batista - Areia Branca
Clube de Diretores Lojistas CDL - Areia Branca
Secretaria Estadual da Educação de Sergipe - SEED
Secretaria Municipal de Agricultura - Areia Branca
Secretaria Municipal de Cultura - Areia Branca
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Areia Branca
Secretaria Municipal de Finanças - Areia Branca
Secretaria Municipal de Administração - Areia Branca
Secretaria Municipal de Saúde - Areia Branca
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia Branca
Sindicato dos Professores da Rede Pública de Sergipe - SINTESE
União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Sergipe -UNCME
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME

SIGLAS E ABREVIATURAS



AEE.....	Atendimento Educacional Especializado
AVA.....	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAE.....	Conselho de Alimentação Escolar
CAQ.....	Custo Aluno-Qualidade
CAQi.....	Custo Aluno-Qualidade inicial
CDL/AB.....	Clube de Diretores Lojistas de Areia Branca
CEB.....	Câmara de Educação Básica
CEE.....	Conselho Estadual de Educação
CME.....	Conselho Municipal de Educação
CMEAB.....	Conselho Municipal de Educação de Areia Branca
CNAS.....	Conselho Nacional de Assistência Social
COAAM.....	Coordenação de Articulação e Assistência aos Municípios
DESU.....	Departamento de Ensino Supletivo
DITEC	Diretoria de Infraestrutura em Tecnologias Educacionais
DVD.....	Digital Versatile Disc (Disco Digital Versátil)
EJA.....	Educação de Jovens e Adultos
EJAEF.....	Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental
EJAEM.....	Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio
FNDE.....	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNE.....	Fórum Municipal de Educação
FUNDEB.....	Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB.....	Índice de Desenvolvimento da Educação
IES.....	Instituições de Educação Superior
INEP.....	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais
LCD.....	Liquid Crystal Display (Tela de Cristal Líquido)

LDB.....Lei de Diretrizes e Bases

LRF.....Lei de Responsabilidade Fiscal

MDE.....Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC.....Ministério da Educação e Cultura

NTE.....Núcleo de Tecnologias Educacionais

NTMEAB.....Núcleo de Tecnologia Municipal de Areia Branca

PAR.....Plano de Ações Articuladas

PC.....Personal Computer (Computador Pessoal)

PDDE.....Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE.....Plano de Desenvolvimento da Escola

PEE.....Plano Estadual de Educação

PISA.....Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PMAB.....Prefeitura Municipal de Areia Branca

PME.....Plano Municipal de Educação

PNAE.....Plano Nacional de Alimentação Escolar

PNAIC.....Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNATE.....Plano Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

PNBE.....Plano Nacional Biblioteca da Escola

PNE.....Plano Nacional de Educação

PNLB.....Plano Nacional do Livro Didático

PNUD.....Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP.....Projeto Político Pedagógico

PSE.....Programa Saúde na Escola

QSE.....Quota Salário Educação

RFB/MF..... Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda

SEED.....Secretaria Estadual de Educação

SEMAE.....Setor Municipal de Alimentação Escolar

SIAB.....Sistema de Informação da Atenção Básica do Ministério da Saúde
SIMEC.....Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC
SINTESESindicato dos Professores da Rede Pública de Sergipe
SMEAB.....Secretaria Municipal de Educação de Areia Branca
TICs.....Tecnologias da Comunicação e Informação
TV.....Televisão
UAB.....Universidade Aberta do Brasil
UFS.....Universidade Federal de Sergipe
UNCME.....União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Sergipe
UNDIME.....União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 01Areia Branca no Mapa de Sergipe

Figura 02.....Brasão do Município

Figura 03.....Bandeira do Município

Figura 04.....Exposição de Peças de Artistas da Terra - Ano 2015

Figura 05.....Artista da Terra

Figura 06.....Escultor Abraão

Figura 07.....Escultor Ademir

Figura 08.....Escultor Keninho

Figura 09.....Slogan do Proinfo

Figura 10.....Proinfo Rural

Figura 11.....Gestão Democrática da Educação

Figura 12.....	Conselhos Escolares
Gráfico 01.....	População alfabetizada e não alfabetizada de Areia Branca em 2010
Gráfico 02.....	Número de matrícula no Ensino Fundamental
Gráfico 03.....	Matrícula Anual (2011-2013)
Gráfico 04.....	Matrícula Anual (2012-2014)
Gráfico 05.....	Evasão – Ensino Médio (2007-2014)
Gráfico 06.....	Atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais
Gráfico 07.....	Número de alunos atendidos pelo PNAE (2013-2015)
Gráfico 08.....	Gastos do PNAE (2011-2014)
Gráfico 09.....	Gastos do PNATE (2011-2014)
Gráfico 10.....	Gastos do PDDE (2011-2014)
Gráfico 11.....	Gastos do QSE (2011-2014)
Gráfico 12.....	Gastos do FUNDEB (2011-2014)
Gráfico 13.....	Gastos de Convênios (2011-2014)
Gráfico 14.....	Nº de participantes no Curso de Formação para Conselhos Escolares
Tabela 01	Cronograma
Tabela 02.....	Salas de Discussão
Tabela 3.....	Debatedores e Auxiliares
Tabela 04.....	Dados de Areia Branca
Tabela 05.....	Indicadores
Tabela 06.....	Localização de Areia Branca em Sergipe.
Tabela 07.....	Escolas em Funcionamento em 2014
Tabela 08.....	Lista dos primeiros alunos da Escola da Manilha em 1927.
Tabela 09.....	Matrícula na Educação Infantil em 2014.
Tabela 10.....	Matrícula na Educação Infantil em 2015.
Tabela 11.....	Número de Unidades Municipais em 2014.
Tabela 12.....	Número de crianças da Educação Infantil fora da escola (2011-2013)

Tabela 13.....	Número de matrícula anual do E. Fundamental (2011-2013)
Tabela 14.....	Taxa de crescimento do número de matrícula no E. Fundamental
Tabela 15.....	Matrículas no Ensino Fundamental Estadual e Municipal
Tabela 16.....	Taxa de matrículas nos anos iniciais e finais (2011-2013)
Tabela 17.....	Quadro do desempenho da Escola “José Romão” em 2013
Tabela 18.....	Quadro do desempenho da Escola “José Romão” em 2012
Tabela 19.....	Quadro do desempenho da Escola “José Romão” em 2011
Tabela 20.....	Quadro do desempenho da Escola “Célia Franco” em 2013
Tabela 21.....	Quadro do desempenho da Escola “Célia Franco” em 2012
Tabela 22.....	Quadro do desempenho da Escola “Célia Franco” em 2011
Tabela 23.....	Quadro do desempenho da Escola “Antônio Lourenço” em 2013
Tabela 24.....	Quadro do desempenho da Escola “Antônio Lourenço” em 2012
Tabela 25.....	Quadro do desempenho da Escola “Antônio Lourenço” em 2011
Tabela 26.....	Quadro do desempenho da Escola “José Inácio da Fonseca” em 2013
Tabela 27.....	Quadro do desempenho da Escola “José Inácio da Fonseca” em 2012
Tabela 28.....	Quadro do desempenho da Escola “José Inácio da Fonseca” em 2011
Tabela 29.....	Quadro do desempenho da Escola “Félix Madureira” em 2013
Tabela 30.....	Quadro do desempenho da Escola “Félix Madureira” em 2012
Tabela 31.....	Quadro do desempenho da Escola “Félix Madureira” em 2011
Tabela 32.....	Quadro do desempenho da Escola “Josefa Inocência” em 2013
Tabela 33.....	Quadro do desempenho da Escola “Josefa Inocência” em 2012
Tabela 34.....	Quadro do desempenho da Escola “Maria Vanira” em 2013
Tabela 35.....	Quadro do desempenho da Escola “Maria Vanira” em 2012
Tabela 36.....	Quadro do desempenho da Escola “Maria Vanira” em 2011
Tabela 37.....	Quadro do desempenho da Escola “Idália Tavares” em 2013
Tabela 38.....	Quadro do desempenho da Escola “Idália Tavares” em 2012
Tabela 39.....	Quadro do desempenho da Escola “Idália Tavares” em 2011

Tabela 40.....	Quadro do desempenho da Escola “José Lino” em 2013
Tabela 41.....	Quadro do desempenho da Escola “José Lino” em 2012
Tabela 42.....	Quadro do desempenho da Escola “José Lino” em 2011
Tabela 43.....	Quadro do desempenho da Escola “Francisco Gomes” em 2013
Tabela 44.....	Quadro do desempenho da Escola “Francisco Gomes” em 2012
Tabela 45.....	Quadro do desempenho da Escola “Francisco Gomes” em 2011
Tabela 46.....	Quadro do desempenho da Escola “Rufino José” em 2013
Tabela 47.....	Quadro do desempenho da Escola “Rufino José” em 2012
Tabela 48.....	Quadro do desempenho da Escola “Rufino José” em 2011
Tabela 49.....	Quadro do desempenho da Escola “João Antônio” em 2013
Tabela 50.....	Quadro do desempenho da Escola “João Antônio” em 2012
Tabela 51.....	Quadro do desempenho da Escola “João Antônio” em 2011
Tabela 52.....	Quadro do desempenho da Escola “José Martins” em 2013
Tabela 53.....	Quadro do desempenho da Escola “José Martins” em 2012
Tabela 54.....	Quadro do desempenho da Escola “José Martins” em 2011
Tabela 55.....	Quadro do desempenho da Escola “Euvaldo Diniz” em 2013
Tabela 56.....	Quadro do desempenho da Escola “Euvaldo Diniz” em 2012
Tabela 57.....	Quadro do desempenho da Escola “Euvaldo Diniz” em 2011
Tabela 58.....	Quadro do desempenho da Escola “São José” em 2013
Tabela 59.....	Quadro do desempenho da Escola “São José” em 2012
Tabela 60.....	Quadro do desempenho da Escola “São José” em 2011
Tabela 61.....	Demonstrativo dos trabalhadores da Educação
Tabela 62.....	Projeção das médias nacionais do IDEB
Tabela 63.....	Projeção dos resultados do PISA
Tabela 64.....	Matrícula anual de alunos no Ensino Médio em 2015.
Tabela 65.....	Razão Aluno/Professor do Ensino Médio (2008-2013)
Tabela 66.....	Número médio de alunos por turma do Colégio João Alves - 2013

- Tabela 67.....Resultado final de matrícula do Colégio João Alves - 2013
- Tabela 68.....Área de Formação/Concurso dos professores do J. Alves em 2015
- Tabela 69.....Resultado final de matrícula/EJAEM (2008-2010-2013-2014)
- Tabela 70.....Lista de Materiais para Sala de Recursos Multifuncionais
- Tabela 71.....Matrícula da EJA do José Romão (2004-2010-2014)
- Tabela 72.....Escolas Municipais com Núcleo de Tecnologias
- Tabela 73.....Nutricionistas cadastradas no PNAE/Areia Branca
- Tabela 74.....Dados dos membros do CAE
- Tabela 75.....Informações gerais do quadro de professores do município
- Tabela 76.....Detalhamento do quadro de professores do município (2014)
- Tabela 77.....Fundos da Educação (2011-2014)
- Tabela 78.....Demonstrativo da Folha de Pagamento (2014)
- Tabela 79.....Demonstrativo da Folha de Pagamento/Servidores - Projeção (2015)
- Tabela 80.....Demonstrativo da Folha de Pagamento - Projeção para 2015
- Tabela 81.....Presidentes do Conselho



SUMÁRIO

I – Apresentação

1. Mensagem da Prefeita Municipal. 14
2. Mensagem da Secretária de Educação. 15
3. Plano Municipal de Educação: Construção e a Participação Popular. 16

II – Caracterização Geral do Município. 21

1. O Município de Areia Branca em Foco. 20
 - 1.1 Símbolos Municipais. 25
 - 1.1.1. Brasão. 25
 - 1.1.2 Bandeira. 25
 - 1.2 Representações do Poder Executivo. 26
 - 1.3 Referências Bibliográficas. 26
2. Um breve Histórico Cultural, Ecológico e Turístico do Município de Areia Branca. 27
 - 2.1 Definições de termos de cada grupo cultural. 30
3. A Educação no Município. 39
 - 3.1 Apresentação das Escolas do Município Areia-branquense 40
 - 3.1.1 Referência. 47

III – Níveis de Ensino. 48

A- Educação Infantil. 48

1. Educação Infantil: Novos Olhares, Novos Desafios. 48
 - 1.1 Breve histórico sobre as creches no município areia-branquense. 48
2. Diagnóstico. 51
3. Meta. 54
4. Estratégias. 54
5. Referências Bibliográficas. 58

B- Ensino Fundamental. 59

1. O Ensino Fundamental no Município de Areia Branca. 59
 - 1.1 Diagnóstico. 59
 - 1.2 Ensino Fundamental: Um Breve Olhar Histórico. 62
 - 1.3 Diagnóstico das Unidades de Ensino Fundamental do Município de Areia Branca/SE. 64
2. Metas e Estratégias para o Ensino Fundamental. 112
3. Referências Bibliográficas. 125

C- Ensino Médio. 126

1. O Ensino Médio no Município de Areia Branca: Historicidade e Contexto 126

1.1 Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio - EJAEM	129
2. Diagnóstico.	130
3. Meta.	136
4. Estratégias.	136
5. Referências.	137
D- Ensino Superior.	138
1. Desafios do Ensino Superior para o Município de Areia Branca.	138
2. Diagnóstico.	140
3. Meta.	141
4. Estratégias.	141
5. Referências.	142
IV - Modalidades de Ensino.	143
A - Educação Inclusiva.	143
1. A implantação da sala de recursos no município de Areia Branca/SE.	143
1.1 Introdução.	143
2. Integração ou inclusão? A verdadeira “arte” de incluir.	143
2.1 Classes comuns X classes especiais.	144
3. Sala de Recursos.	145
4. Diagnóstico.	148
4.1 A Sala de Recursos no Município de Areia Branca.	148
5. Meta.	149
6. Estratégias	150
7. Referências Bibliográficas.	152
B- Educação de Jovens e Adultos (EJA)	153
1. Educação de Jovens e Adultos: Sempre é Tempo de Aprender.	153
2. Diagnóstico.	156
3. Metas.	157
4. Estratégias.	157
5. Referências Bibliográficas.	160
C- Educação e Novas Tecnologias.	161
1. Aspectos Históricos do ProInfo em Areia Branca.	161
2. Diagnóstico.	165
3. Metas.	168
4. Estratégias.	168
5. Referências Bibliográficas.	169
V Temas Transversais.	170

1. Educação em Direitos Humanos.	170
2. Educação e Meio Ambiente.	171
3. Desigualdades, Discriminações e Diversidades.	172
4. Orientação Sexual.	172
5. Educação Para o Trânsito.	173
6. Estratégias.	173
7. Referência.	175
VI Programas Educacionais.	176
1. Programas Educacionais do Governo Federal.	176
1.1 Programa Mais Educação: Primeiro Passo para a Educação Integral.	183
1.1.1 O Programa mais Educação no Município de Areia Branca. ...	185
1.1.2 Meta.	185
1.1.3 Estratégias.	185
1.1.4 Referências Bibliográficas.	187
1.2 PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Areia Branca.	188
1.2.1 Referências Bibliográficas.	191
VII Formação e Valorização dos Profissionais da Educação.	192
1. A Formação e a Valorização Docente.	192
1.1 Diagnóstico.	194
1.2 Metas e Estratégias.	198
1.3 Referências Bibliográficas.	203
VIII Financiamento e Regime de Colaboração.	204
1. Financiamento no Plano Municipal de Educação: Prover para Prever.	204
2. Diagnóstico.	206
3. Meta.	211
4. Estratégias.	211
5. Referências Bibliográficas.	215
IX Gestão Democrática nas Escolas Públicas.	217
1. Desafios da Implantação da Gestão Democrática na Escola Pública.	217
2. Diagnóstico.	219
3. Meta.	220
4. Estratégias.	220
5. Referências Bibliográficas.	221

X Conselhos e Participação Social	222
1. Conselhos Escolares.....	222
2. Conselho Municipal de Educação.....	226
3. Anexos e Apêndices.....	231



I- APRESENTAÇÃO

1. Mensagem da Prefeita Municipal

Dedico este Plano a todos os meus conterrâneos areia-branquenses que de forma direta ou indireta deram sua contribuição para que a educação do nosso município tenha boas perspectivas para os próximos dez anos. Este Plano Municipal de Educação representa a síntese de uma produção participativa que envolveu diferentes segmentos de nossa sociedade, apresentando novas ideias, enfrentando e resolvendo conflitos, despertando valores e confirmando sua identidade. Todos os envolvidos na construção deste Plano efetivaram o seu exercício pleno de cidadão e defenderam seus direitos e ideais, discutindo, apresentando sugestões, cedendo, priorizando e, principalmente, ousando sonhar uma educação inclusiva e de qualidade social.



Acácia Maria Nascimento de Sousa
Prefeita Municipal de Areia Branca/SE

Maio/2015.

2. Mensagem da Secretária de Educação

O Plano Municipal de Educação é um documento orientador de políticas públicas, que define, através de lei aprovada na Câmara Municipal e homologada pelo Chefe do Executivo, as Diretrizes, as Metas e os Objetivos para o Sistema Público de Ensino do município no prazo de dez anos.

Com este Plano Municipal de Educação, que ora oferecemos, os cidadãos poderão apresentar e debater suas proposições políticas e pedagógicas, com vistas à consolidação de políticas públicas e de gestão da educação, demandadas pela sociedade areia-branquense. Assegura, de forma democrática, a continuidade das políticas educacionais, evitando que cada gestor, ao assumir o mandato, modifique ou até revogue tudo o que foi feito por seu antecessor.

Nesse sentido, objetivamos reiterar o papel da educação como direito de todo cidadão, democratizar a gestão, garantir o acesso, permanência e conclusão com sucesso das crianças, jovens e adultos nas instituições de ensino da cidade de Areia Branca.

Com o Plano aprovado, a próxima década da educação em Areia Branca será de expansão da rede de Educação Infantil, obrigação primeira do município, da melhoria do atendimento ao Ensino Fundamental e suas modalidades no que tange à estruturação da rede física de escolas, da valorização dos profissionais da educação, de busca de novas alternativas para o financiamento das ações e da consolidação de um projeto realmente democrático para a educação areia-branquense.

Como atual Secretária Municipal de Educação, muito me honra apresentar este documento para a sociedade, pois coube à minha equipe e a mim convocar oficialmente a I Conferência Municipal de Educação, onde os cidadãos areia-branquenses participaram efetivamente para a construção e finalização do Plano Municipal de Educação deste município.

Sandra Bernardino Santiago
Secretária Municipal de Educação

Maio/2015

3. Plano Municipal de Educação: Construção e a Participação Popular

O Plano Municipal de Educação (PME) é um documento que define metas educacionais para o município por um período de 10 anos. Trata-se de uma exigência prevista na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Um Plano Municipal de Educação não é um plano somente da Rede de Ensino do Município, mas um Plano de Educação do Município, representando o conjunto de avanços que a sociedade deseja para a educação na próxima década. Assim, o Plano deve estabelecer diretrizes e metas também para o ensino médio e para a educação superior no Município, dialogando com os responsáveis por esses níveis de escolarização. Deve ser elaborado em consonância com o Plano Estadual de Educação (PEE) e o Plano Nacional de Educação e, ao mesmo tempo, garantindo a identidade e autonomia do Município.

Dentro dessa perspectiva, para a construção do nosso Plano, regulamentado através do Decreto 001/2014 de 17 de outubro de 2014 que instituiu o Fórum Municipal de Educação - FME, e outras providências, foi preciso constituir a Coordenação e um Grupo de Sistematização do Plano Municipal de Educação, o qual coube à Coordenação gerenciar o desenvolvimento do processo de construção e promoção do PME de Areia Branca.

Como primeira etapa do processo de elaboração do PME de Areia Branca foram realizadas reuniões, palestras e fóruns, objetivando a discussão com os professores, diretores e representantes institucionais de diferentes segmentos da comunidade areia-branquense, sobre sua importância.

Com o intuito de organizar todos os trabalhos foi elaborado o seguinte Cronograma:

DATA	AÇÃO	RESPONSÁVEL (VEIS)
17/10/2014	Formação do Fórum	Ednalva Menezes Bomfim (UNCME)
12/03/2015	Aprovação do Regimento e Eleição da	Secretária de Educação

	Coordenação	
19/03/2015	Formação do Grupo Sistemático / Divisão de Tarefas	Coordenação
09/04/2015	Palestra e Situação Atual dos Trabalhos	Iran Barbosa / Grupo Sistemático
13/04/2015	Finalização do Diagnóstico / Elaboração do Documento Base	Grupo Sistemático/Coordenação
28/04/2015	Sensibilização Sobre o PME na Câmara Municipal	Secretária de Educação / Presidente do Fórum Municipal de Educação
20/05/2015	Conferência para Leitura e Reedição do Documento Base (Anteprojeto)	Secretária Municipal, Coordenação e Equipe Técnica
25/05/2015	Plenária / Conclusão das Metas e Estratégias	Coordenação, Debatedores e Auxiliares
26/05/2015	Encaminhamento do Anteprojeto de Lei ao Executivo	CME
29/05/2015	Encaminhamento do Projeto de Lei ao Legislativo	Executivo

Tabela 01. Fonte elaborada pela autora

Na segunda etapa, após a nomeação da Coordenação, para agilidade dos trabalhos foi criado um Grupo Sistemático, onde cada membro se reuniu com seus pares e com representações da sociedade para elaboração do diagnóstico por níveis de ensino e modalidades, embasando-se teoricamente e dando sustentação ao que era diagnosticado em cada pesquisa.

Participaram Técnicos da Secretaria Municipal de Educação, Dirigentes de Escolas, Professores, Representantes de alguns Setores da Prefeitura, da Secretaria de Estado de Educação, dos Conselhos de Educação e de Assistência Social, do Conselho Tutelar, Estudantes Universitários e da Educação Básica, além de representantes de diferentes setores da sociedade areia-branquense, como por exemplo a Igreja Católica, representada pelo Padre Neves e a Igreja Evangélica, representada pelo Pastor José Carlos, Donos de Redes de Supermercados e demais Comerciantes, bem como representantes da Câmara de Vereadores e Associações.

Na terceira etapa, a Secretária Municipal de Educação, Sandra Bernardino Santiago, juntamente com a Presidente do Conselho Municipal de Educação, Alexandra da Silva Santos estiveram na Câmara de Vereadores para uma sensibilização sobre o PME de Areia Branca, pois são eles o ápice da parte política de um município e precisam estar envolvidos efetivamente.

Nos dias que antecederam ao dia 20 de maio de 2015 a população municipal foi convidada oficialmente a participar da Conferência Municipal do PME de Areia Branca, na Escola Municipal José Romão do Nascimento, onde atores dos diversos segmentos da sociedade se fizeram presentes. A Conferência objetivou referendar, no exercício do debate democrático, as propostas contidas no Anteprojeto. Durante todo o dia 20 de maio, apresentamos para os 224 (duzentos e vinte quatro) presentes o anteprojeto, com suas metas e estratégias para o próximo decênio, esperando que todos validassem e sugerissem revisões nesse documento preliminar.

Consideramos como **Metas** as referências mais amplas – na verdade, a Meta Principal definida pelo PNE e **Estratégias** de configuração mais específicas, indicando caminhos, ou seja, os alvos a servirem de referências para a concretização das ações do PME de Areia Branca, estabelecidas por meio de expressões cujo resultado quantificado e com horizonte de tempo fixado para a sua consecução, permitam monitoramento e avaliação com vistas à realimentação do Plano por todo o período para o qual foi proposto.

O quadro abaixo apresenta o número de participantes que, nas respectivas salas temáticas, analisaram as metas e estratégias relacionadas ao tema, no dia 20 de maio.

Esse dia (20/05/15) não foi suficiente para a leitura e conclusão das metas e estratégias, portanto, a Plenária Final da Conferência foi prorrogada e realizada no dia 25 do corrente mês e ano com 119 participantes, conforme listas em anexos.

Temas por Salas de Discussão da Conferência Municipal de Educação	Número de Participantes
Educação Infantil e Ensino Superior	41
Ensino fundamental e Qualidade da Educação	45
Ensino médio e Educação de Jovens e Adultos	20
Gestão democrática e Financiamento	31
Educação Inclusiva e Temas Transversais	25
Formação e Valorização Docente	20
Total	182

Tabela 02. Fonte elaborada pela autora

Cada sala temática foi coordenada pelos representantes do Grupo Sistemático, juntamente com seus auxiliares, convidados para introduzir o tema, articular as discussões em grupos e realizar alterações na redação dos objetivos e metas, conforme tabela abaixo:

Tema	Debatedores e Auxiliares	Entidade
Educação Infantil e Ensino Superior	Maria Aparecida do Vale Souza e Alessandra de Oliveira Nunes	SMEAB / C.S.J.B.
Ensino Fundamental e Qualidade da Educação	Luiz Carlos dos Santos e Andreia Freire dos Santos	SMEAB
Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	Alessandra Maria de A. Barbosa e Dyego Anderson Silva Pereira	SMEAB / SEED
Gestão Democrática e Financiamento	Alexandra da Silva Santos e Elisângela Oliveira Andrade	SMEAB
Educação Inclusiva e Temas Transversais	Luana da Mota Santos e Cosmia Maria de Jesus Oliveira	SMEAB
Formação e Valorização Docente	Josefina Maria dos Santos e Zulei Fontes Lima	SMEAB

Tabela 03. Fonte elaborada pela autora

Sob essa prisma, este Plano Municipal de Educação não foi o desejo de um gestor ou de um determinado grupo, mas construído e conferido pelos areia-branquenses de diferentes setores que sonham com uma educação de qualidade.

Cabe considerar, que para o Plano ser efetivado, de fato, os representantes legais da Secretaria de Educação, dos Conselhos e os representantes dos diversos Segmentos Sociais deverão a cada (03) três anos, a partir do corrente, convocar toda a comunidade e realizar novos encontros e conferências para avaliar como anda o processo, o cumprimento das metas e se os resultados estão a contento. Portanto, esses sujeitos são os responsáveis para estabelecer critérios e procedimentos para o acompanhamento do PME de Areia Branca, de modo que se possa garantir a segurança e efetividade no prosseguimento das ações aqui estabelecidas, até o ano 2025.

Considerando que todos os PME (Planos Municipais de Educação) devem estar em consonância com o PNE (Plano Nacional de Educação) e os PEE (Planos Estaduais

de Educação), apresentamos uma síntese do conjunto maior dos alvos a serem perseguidos por este Plano de duração decenal, visando, como já referido no diagnóstico, à articulação e ao desenvolvimento do ensino e à integração dos poderes públicos. São, portanto, as diretrizes mais gerais deste Plano Municipal de Areia Branca:

- Erradicar o Analfabetismo;
- Universalizar o Atendimento Escolar em todas as Etapas e Modalidades de Ensino;
- Melhorar a Qualidade do Ensino;
- Formar para o Trabalho;
- Promover o Humanismo, na perspectiva da Educação Inclusiva e
- Promover a Ciência e a Tecnologia do País.

Portanto, a construção deste Plano Municipal de Educação revela-nos onde estamos, o que temos e o que queremos. Um novo cenário se formará a partir do que está nele contido, definido por todos os participantes. O Plano torna-se um processo coletivo de adesão e de decisão para o bem do município.



Edilma Silva Santos
Coordenadora Geral do PME de Areia Branca/SE

Maio/2015.

II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1. O Município Areia-branquense em Foco

Areia Branca, um município sergipano do nordeste brasileiro, situado a 36 quilômetros da capital, Aracaju, e a 15 quilômetros da capital do agreste, Itabaiana, possui uma localização privilegiada entre o Vale do Cotinguiba e o início do agreste central sergipano. O nome Areia Branca surgiu devido à variedade de cores que se encontra no solo do município, de início o solo é escuro com a retirada de algumas camadas o solo começa a clarear até atingir as camadas brancas. Para muitos moradores da cidade em tempos remotos essa área já foi uma região de praias e lagoas naturais, por isso herdou esse solo múltiplo em cores e de camadas que começa grossa e vai afinando cada vez mais.

DADOS DE AREIA BRANCA

População em 2010	16.857 habitantes
População Estimada para 2014	17.996 habitantes
Área da unidade territorial (km ²)	146,677
Densidade demográfica (hab/km ²)	114,93
Código do Município	2800506
Gentílico	Areia-branquense
Prefeita (2015)	Acácia Maria Nascimento de Sousa

Tabela 04 - Fonte: IBGE

O município areia-branquense está entre os mais novos do Estado. Foi criado pela Lei Estadual nº 1.254 de 11/11/1963, emancipando-se de Riachuelo. O acesso da capital para a sede municipal é efetuado pelas rodovias pavimentadas BR-235 e BR-101. Hoje possui, segundo o último censo (2013), 17.825 mil habitantes, dos quais 10.800 desses participam das eleições. Sendo que representados na zona urbana (45,93%) e na zona rural (54,07%). Com área de 128,4 km², representando 0,59% da área do Estado Sergipano, sua densidade demográfica é de 114,79 habitantes por km² e seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é de 644, segundo o IBGE.



Figura 01 - Areia Branca (Google imagens)

Para melhor compreendermos a origem da cidade de Areia Branca, com efeito, subscrevemos a primeira parte da sua história, contada em versos pelo poeta José Vicente Ferreira Santos (1918-1988). Apresentamos, junto aos versos, um trecho do livro *História de Laranjeiras*, publicado em 1942 pelo Cônego Philadelpho Jonathas de Oliveira¹ e reeditado em 2005, que registra o Povoado Manilha como outrora terras pertencentes a Laranjeiras. Neste trecho o autor nos apresenta um testemunho histórico, em forma de versos, que tem o atestado de veracidade assegurado, em grande medida, pela poesia histórica construída por José Vicente Ferreira Santos. Segundo suas próprias palavras:

1
Vou descrever Areia Branca
O meu pequeno torrão
Com uma narração poética
De minha inspiração
O que sei desde criança
Para deixar na lembrança
De toda população.

2
Dizia o velho vigário
Filadelfo de Oliveira,
Quando escreveu a história
Da cidade Laranjeira
Que parecia uma ilha
Seu nome era Manilha
A denominação primeira.

3
Em mil seiscentos e seis
Foi assim denominada

¹ Philadelpho Jonathas de Oliveira, Vigário da cidade de Laranjeiras-1904-1971; Membro da Academia Sergipana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; Outras obras: *O que vi e aprendi na peregrinação à Aparecida* e *História de Laranjeiras Católica*.

A Sebastião de Pontes
Esta terra lhe foi dada,
Uma légua em sesmaria
Apenas só existia
Pelo meio uma estrada”.

4
Quem deu foi o Capitão
Nicolau F. Vasconcelos,
Suas matas possuíam
Quantidade de marmelos,
Não deixaram de lutar
Para poder cultivar
Houve ainda alguns duelos.

5
Dividiram em duas partes
Acrescento aqui na rima
Areia Branca ficou
Como Manilha de Cima,
Isto eu vi completamente
Nos mapas antigamente
Sendo então um só clima”. (Santos, sd, p. 1).

Ainda, no livro “*História de Laranjeiras*”, do então Cônego Philadelpho Jonathas de Oliveira, no seu primeiro capítulo, escreve nos seguintes termos:

“Em mil seiscentos e seis, o Capitão-mor Nicolau F. Vasconcelos deu ao Snr. Sebastião de Pontes em sesmaria uma légua de terra na aldeia denominada – Manilha. A palavra Manilha vem do casteliano – Manilla, que quer dizer – Argola com que se adornam os pulsos. Talvez porque os índios, primeiros habitantes desta região, usando estas argolas nos pulsos ou nas pernas intitulassem a sua aldeola – Manilha. Bem celebre e tradicional era a superstição deste povo adorando a estatua de um Caboclo, julgando, talvez, ser a imagem de algum Zumbí. Esta doação não prosperou, tomando-se um verdadeiro mocambo de escravos foragidos ou um núcleo de salteadores e criminosos como prova o grande numero de cruces assinalando as sepulturas das victimas das traições e das emboscadas. A região, fator principal da civilização dos povos, veio amenizar os costumes desta gente levantando, tempos depois, uma simples e branca Capela, tendo como título – Santa Philomena, Virgem e Mártir do século IV.” (Oliveira, 2005, p. 51).

Nas últimas décadas do século XX, Areia Branca passou a ser melhor conhecida com a criação do Furródromo, um espaço com capacidade para 100 mil pessoas dançar tranquilamente ao som de forrozeiros locais e nacionais, passando a ser realizado um dos mais animados festejos juninos do Brasil, consolidado como o ‘São João de Paz e Amor’.

A cidade tem um dos pontos de turismo ecológicos mais bonitos do Estado, que é o *Poço das Moças*. Localizado na Estação Ecológica da Serra de Itabaiana, o local é de deixar qualquer visitante boquiaberto com tanta beleza. Entre a densa Mata Atlântica podem ser encontradas várias espécies de orquídea, angélica e cabeça de frade. É imperdível o banho nas águas cristalinas dos poços esculpidos nas rochas pela natureza. O balneário natural é formado por riachos que nascem no topo da serra e vão se misturar às águas do Rio Jacarecica e depois ao Rio Sergipe. Segundo moradores, a tranquilidade ultimamente está quebrada pelo aumento e o consumo das Drogas pelos jovens, necessitando de um trabalho educacional mais presente e pontual com fins de exterminar as Drogas da sociedade areia-branquense.

Cabe notar que, com terra fértil, Areia Branca tem como principais produtos na agricultura a cana-de-açúcar, a mandioca, milho, amendoim, inhame e coco. Antigos moradores contam que na época da colheita eram realizados grandes festejos, em agradecimento ao santo padroeiro São João Batista, regados com muita comida típica e conversa de comadres ao redor das fogueiras, ao som do forró pé-de-serra.

INDICADORES

IDH-M	0,579 baixo	PNUD/2010
PIB	R\$ 82 400,563 mil	IBGE/2008
PIB per capita	R\$ 4 973,48	IBGE/2008

Tabela 05 - Fonte: IBGE

No extrativismo tem madeira, minerais primários como argila, areia e pedra. Na Pecuária, gado leiteiro e de corte. Na Indústria, serrarias, casa de farinha de mandioca e doces caseiros e no Comércio, feira todos os sábados com muita variedade. Em suma, ao município estão jurisdicionados a ele 13 (treze) Povoados: Chico Gomes, Boqueirão I (Areias), Boqueirão II, Rio das Pedras, Canjinha, Junco, Serra Comprida, Cajueiro, Caroba, Pedrinhas, Manilha, Colônia São Paulo e Guidinha. Até o ano 2000 existia ainda outro povoado denominado Cafuz, conhecido hoje apenas como Fazenda Cafuz, mas foi desativado, juntamente com a única escola que nele continha, pois seus moradores foram migrando aos poucos para a zona urbana.

1.1 Símbolos Municipais

1.1.1 O Brasão



Figura:02

O Brasão de Areia Branca foi criado e aprovado pela Câmara de Vereadores por unanimidade em 01/09/2005, na terceira gestão de Ascendino de Souza Filho. Hoje é parte central da nova Bandeira. Em seu centro está o padroeiro do município, São João Batista, podendo observar que outras simbologias, como a cultura agrícola, os festejos juninos e a Serra Itabaiana também estão presentes.

1.1.2 A Bandeira



Figura: 03

Cabe notar que a antiga Bandeira foi criada na gestão do prefeito José do Prado Franco Sobrinho. Era composta pelas cores azul e amarela e continha um pé de cana-de-açúcar e um pé de mandioca, simbolizando a agricultura da região, contendo também

um desenho geométrico nas cores marrom e bege, e em seu centro, havia uma faixa branca com a data da emancipação política, 11 de novembro de 1963, em letras pretas.

1.2 Representações do Poder Executivo

No dia 7 de setembro de 1965 houve a primeira eleição, sendo escolhido o primeiro prefeito, José Edgar de Almeida, de 04/01/1965 até 30/01/1966. O segundo, José Francisco de Almeida, de 31/01/1966 até 30/01/1971. O terceiro, Lúcio Justino de Lima, de 31/01/1971 até 30/01/1973. O quarto, José Lino dos Santos, de 31/01/1973 até 30/01/1977. O quinto, José Francisco de Almeida, de 31/01/1977 até 30/01/1982. O sexto, José do Prado Franco Sobrinho de 31/01/1982 até 31/12/1988. O sétimo Ascendino de Sousa Filho, de 31/01/1989 até 31/12/1992. O oitavo, Clodoaldo Andrade Júnior, de 01/01/1993 até 31/12/1996. O nono Ascendino de Sousa Filho de 01/01/1997 até 31/12/2000. O décimo, José Nivaldo de Carvalho, de 01/01/2001 até 31/12/2004. O décimo primeiro, Ascendino de Souza Filho, de 01/01/2005 até 31/01/2008. O décimo segundo, Agripino Andreino Santos, de 01/01/2009 até 31/12/2012, assumindo reeleição em 01/01/2013, mas teve o mandato cassado pela justiça eleitoral, ficando a decisão para assumir ao cargo executivo, a segunda colocada nas eleições de 2012, Acácia Maria Nascimento de Sousa, atual prefeita desde 05/06/2014.

1.3 Referências Bibliográficas

BIBLIOTECA MUNICIPAL. Acervos consultados em 26 de março de 2015. Areia Branca, 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acessado em 22 de março de 2015;

OLIVEIRA, C. P. Jonathas de. *A História de Laranjeiras: Registro de fatos históricos de Laranjeiras*. 2ª edição. Casa Ávila Editora. Aracaju. 1981.

SANTOS, José Vicente Ferreira. *A história de Areia Branca*. Areia Branca. Mimeo, s.d.

2. Um breve Histórico Cultural, Ecológico e Turístico do Município de Areia Branca

²Cecê Maria Conceição Aragão de Oliveira

O município de Areia Branca plantou e colheu suas loas culturais desde os meados dos anos 1900 com a realização do “31 de Maio”, onde deu origem a denominada cultura popular desse município. Através de seus grupos culturais, seus eventos e suas manifestações o município manteve sua cultura até o ano de 2008. Mas a partir dessa data, houve uma paralização e as tradições locais foram desaparecendo. No entanto, em meados de 2014 a cultura areia-branquense retoma suas atividades culturais.

Areia Branca é considerada uma cidade menina e parte do seu território urbano foi doado pelo latifundiário José Ferreira Neto, que doou uma área de lagoa seca às pessoas carentes da região na época. A parte urbana teve início em frente a uma capelinha que com o passar do tempo se tornou a igreja matriz do município: Paróquia São João Batista, tendo como um dos seus fundadores um caixeiro viajante conhecido como Juvinião Freire de Oliveira. Assim registra a história que Juvinião foi um dos primeiros caixeiros a navegar por essas terras.

Os municípios vizinhos limita-se ao norte o município de Malhador, ao sul os municípios de São Cristóvão e Itaporanga, e ao leste com Riachuelo e Laranjeiras cidade histórica e berço cultural do Estado e ao leste com Itabaiana. Sua extensão territorial é de 132 Km e sua população é de aproximadamente 18 mil habitantes, tendo sua formação entre a zona urbana e a zona rural.

LOCALIZAÇÃO DE AREIA BRANCA EM SERGIPE

Unidade Federativa	Sergipe
Mesorregião	Agreste Sergipano
Microrregião	Agreste de Itabaiana
Municípios limítrofes	Riachuelo, Laranjeiras, São Cristóvão, Itaporanga d'Ajuda, Campo do Brito, Itabaiana, Malhador, Nossa Senhora do Socorro
Distância até a Capital	36 Km IBGE/2008

Tabela 06 - Fonte: IBGE

² Mestranda em Antropologia; Pós-graduada em História da África e Cultura Afro-brasileira; Graduada em História; Bacharel em Comunicação Social; Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

A pacata e desconhecida Areia Branca, passou a ser conhecida no Estado de Sergipe e no território nacional, através de suas belezas naturais e de sua rica cultura popular. Suas belezas naturais são um dos pontos de turismo ecológicos mais visitados do Estado, a exemplo é o Poço das Moças, localizado na Estação Ecológica Serra Itabaiana; da Mata Atlântica, onde podem ser encontradas várias espécies de orquídeas, angélicas e cabeças de frade; e das águas cristalinas dos poços esculpidos nas rochas pela natureza. O balneário natural é formado por riachos que nascem no topo da serra e vão se misturando às águas do Rio Jacarecica, desaguando no Rio Sergipe. Assim, Areia Branca também é considerada uma cidade serrana por possuir a Serra Itabaiana, onde 80% da serra é no território de nossa cidade e 20% pertence à cidade de Itabaiana.

Sua área se estende a mais de sete mil hectares e é composta por uma rica vegetação, remanescente da mata atlântica, restinga, cerrado e mata ciliar que corre ao dos riachos. A vista é deslumbrante e há lugares incríveis com cachoeiras belíssimas, para os amantes de aventura as trilhas mais conhecidas são a trilha do poço das moças, da cachoeira e a trilha do caldeirão. O penhasco dos falcões, a sala do rio dos negros a cachoeira véu de noiva, e a pedra da tartaruga, também são pontos de visita do Parque.

O Parque Nacional Serra de Itabaiana é uma unidade de conservação, como Estação Ecológica, anterior a 2005. Entretanto, sua proteção legal restringia-se a apenas 288,53 hectares. Com o Decreto presidencial de 15 de junho de 2005, passou a resguardar 7.966 hectares. Nessa área que é de transição entre Mata Atlântica e Caatinga, o Parque Nacional protege a ambos os biomas, abrigando uma biodiversidade que inclui 16 espécies de répteis, 24 de anfíbios, uma de quelônio, 62 de mamíferos e 123 de aves. Destas, três são restritas à Mata Atlântica e uma endêmica da caatinga.

A mata está localizada em áreas dos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga d Ajuda e Campo do Brito, entre as coordenadas 10°42'36" e 10°50'16" sul, e 37°16'42" e 37°25'14" oeste. As outras ficam na zona de amortecimento da Unidade de Conservação, estabelecida no perímetro de 10 quilômetros. Qualquer atividade que gere impacto nessa área deve ter licenciamento ambiental.

O domo da Serra Itabaiana compreende várias serras: Itabaiana, a da Cajaíba, a do Boqueirão, a Comprida e do Bauzinho, todas elas dentro do Parque.

Desde o início da história do Brasil, mais precisamente durante a conquista de Sergipe que as Itabaianas, como então conhecidas todas as serras do sistema, foram palco de lutas, aventuras, decepções e lendas. A batalha final pela conquista de Sergipe ocorreu na serra dos Três Picos, serra do sistema, apesar de fora do Parque, fronteira oeste dos atuais municípios de Itabaiana e Macambira. A lenda da prata, atenuada a partir de 1700 com o encontro do ouro, teve lugar nas Itabaianas, quando sob pressão do governador-geral D. Luiz de Souza, Melchior Dias Moréia, neto de Caramuru e de Dias Ávila foi aqui preso por não entregar as minas de prata ao dito governador. Melchior depois viria a ser confundido com seu neto de apelido Moribeca.

O lugar povoou sonhos de aventureiros de todos os tipos e no início do século XX, jovens aristocratas da capital chegaram a criar uma sociedade com a finalidade de estabelecer na serra um local de refúgio, nos moldes de Petrópolis no Rio de Janeiro e Campos do Jordão, em São Paulo. Volta e meia o assunto serra voltava a atizar paixões, geralmente de jovens idealistas, seja na capital, seja no interior.

No setor cultural destaca-se a presença de vários grupos culturais como a mamãe sacode, caboclinhos, quadrinhas, capoeira, pastorinhas e os reisados. Mas seu maior marco está no 31º de Maio que se tornou conhecido como o São João de Paz e Amor. Na década de 90 o município foi agraciado pela construção de um forródrômo, consolidando assim uma comemoração local para se transformar no maior São João de Sergipe e a ter reconhecimento nacional. Toda essa transformação foi acompanhada por seus moradores e dos demais municípios. Areia Branca é considerada como uma cidade onde se realiza um dos mais animados festejos juninos do Brasil, consolidado como “São João de Paz e Amor”.

A Cultura popular é uma expressão que caracteriza um conjunto de elementos culturais específicos da sociedade de uma nação ou região. Muitas vezes classificada como cultura tradicional ou cultura de massa, a cultura popular é um conjunto de manifestações criadas por um grupo de pessoas que têm uma participação ativa nelas. A cultura popular é de fácil generalização e expressa uma atitude adotada por várias gerações em relação a um determinado problema da sociedade. A grande maioria da cultura popular é transmitida oralmente, dos elementos mais velhos da sociedade para os mais novos.

A cultura popular surgiu graças à interação contínua entre pessoas de regiões diferentes e à necessidade do ser humano de se enquadrar ao seu ambiente envolvente. A sociologia e etnologia, que estudam a cultura popular, não têm como objetivo fazer juízos de valor, mas identificar as manifestações permanentes e coerentes dentro de uma nação ou comunidade.

Alguns estudiosos indicam que cada pessoa tem no seu interior a noção do que é popular, que é definido pela vertente de tradição e comunidade.

A cultura popular é influenciada pelas crenças do povo em questão e é formada graças ao contato entre indivíduos de certas regiões. Pode envolver áreas na música, literatura, folclore, artes visuais, artes cênicas, gastronomia, etc.

Dessa maneira procuramos batizar através da pesquisa a história de cada grupo cultural de nosso município Areia Branca, buscando suas raízes, trajetórias, segmentos, valores e saberes culturais pontuados como lenda patrimonial imaterial dessa população.

Assim, podemos dizer que a cultura de um povo é o maior testemunho de sua história. Reunindo as mais diversas tradições culturais locais, como: o 31 de maio que ficou conhecido como o Batalhão da Minhoca, as Pastorinhas, o Reisado, o Mamãe Sacode, o Forró, a Capoeira, o Artesanato, as comidas e bebidas típicas. Tradições que devem ser levadas ao conhecimento de toda população vigente, como forma de manter as tradições, crenças, hábitos e valores que influenciam os costumes de todas as gerações passadas, presentes e futuras.

2.1 Definições de termos de cada grupo cultural

O 31 de Maio

O 31 de maio ou o Batalhão da Minhoca, como ficou conhecido no decorrer dos anos, foi criado em 1900, por D. Filhinha com intuito de anunciar a chegada dos festejos juninos desse município, no decorrer dos anos foi passado para D. Maria de Zé de Sabino. Os componentes do grupo saíam pelas ruas com candeeiros na cabeça e uns galhos de palmeira na mão, entoando músicas, versos, dançando ao som da sanfona, da

zabumba, violão, cavaquinho e o triângulo, batiam nas casas e eram recebidos com comidas e bebidas típicas da região. Em seguida as pessoas saíam acompanhando o evento até a praça local, onde ficava festejando o Santo Padroeiro São João Batista, até o dia raiar.

O Forró

Os primeiros arrasta pé do município foram realizados ao som do forró pé-de-serra e a luz do candeeiro, em arraiais improvisados pelos moradores do próprio município, para festejar os santos da época e sua tradicional festividade. Toda residência local acendia uma fogueira e se reunia com a família comendo e bêbedo em volta da mesma à espera do ronco da sanfona, da zabumba e do triângulo para começa a brincadeira até o sol raiar, durante todo mês de junho.

O Reisado

O Reisado foi criado em meados dos anos de 1900, por seu Manoel Carreiro, que apresentava o grupo durante uma semana. Depois foi passado para o Sr. Graço, já nos anos 70, precisamente em 1972, foi passado para D. Maria de Zé de Sabino, onde a mesma participava do grupo até os meados dos anos 90.

As Pastorinhas

As Pastorinhas são datadas no ano de 1952, tendo como responsável D. Marcita, onde a mesma é a criadora e representante pelo grupo. O grupo foi criado para representar a festa natalina, onde eram representadas por 15 meninas separadas por duas alas, a primeira vestida na cor vermelha e a segunda em azul, a que fica no meio usa as vestis representando as duas cores, acompanhadas de chapéus de palhas e nas mãos um pandeiro para marcar o passo e o ritmo das músicas e o Papai Noel que dá boas vindas ao mês de dezembro e aos festejos natalinos.

As Quadrilhas

As Quadrilhas foram criadas em meados do século XX, segundo depoimentos eram realizadas nas portas dos moradores da cidade, onde a população se reunia para brincarem e festejarem o Santo Padroeiro da Capela Matriz, conhecido como São João

Batista. A cidade virava um verdadeiro arraial ao ar livre em frente às casas se avistavam as labaredas das fogueiras, as mesas recheadas de comidas e bebidas típicas da época junina. Em 1968, chegou o progresso, onde aconteceu a oficialização das quadrilhas e do casamento caipira, onde era necessário ter um responsável e um tema de trabalho. A partir dessa época houve uma divisão entre os moradores e foi criada uma disputa entre dois arraiais o primeiro localizado na praça central, conhecida como Joviniano Freire de Oliveira e o segundo no bairro Leblon, localizado na Rua Heraclito Diniz, onde as quadrilhas eram as maiores atrações culturais.

Mamãe Sacode

Mamãe Sacode é um grupo jovem datado nos anos 1990, criado pelo Sr. Gustavo Lisboa, compostos por senhoras, em vestis coloridas e as saias toda cortada em tiras e o mamãe sacode, mas mãos, entoado músicas, onde cada participante tira um verso que simboliza a saudade, o amor e a alegria.

A Capoeira

A Associação Cultural Desportiva de Capoeira Líder foi criada no ano de 1998, na cidade de Areia Branca, tendo como fundador e presidente José Dernival Barreto Andrade, (contramestre Gaivota), após 08 anos à frente do grupo o mesmo passa a presidência ao seu primeiro aluno Marcio Antônio Aragão de Melo, hoje, (Prof. Gato Preto), ao longo de seus 15 anos de existência o grupo alcançou várias vitórias em competições estaduais e nacionais, sendo bicampeão estadual mirim e vice-campeão sergipano, no âmbito nacional cedeu mais de 15 atletas à seleção sergipana dos quais 08 sagraram-se campeões brasileiros nas suas respectivas categorias.

O Forró dromo

Construído no ano de 1992, na gestão do prefeito Ascendino de Sousa Filho, em parceria com o governo do Estado, com um espaço total de mais de 49 mil metros quadrados, ajudou o município a ser conhecido nacionalmente, atraindo milhares de pessoas de várias regiões do país durante os festejos juninos. O forró de Areia Branca foi considerado por muitos anos como o melhor São João de Sergipe, sob a alcunha de "Forró de Paz e Amor" (pois é proibido o manejo de fogos de artifícios no evento). A festa durava à noite e madrugada inteiras, por vários dias; no final da festa era comercializado aos visitantes em uma mesa de 100 metros de comprimento, um café da

manhã de comidas típicas (batizada de "Comunhão do Forró"). Atualmente o festejo ainda é realizado, mas de forma muito mais modesta.

O Artesanato

Os primeiros objetos feitos pelo homem eram artesanais. Isso pode ser identificado no período neolítico (6.000 a.c) quando o homem aprendeu a polir a pedra, a fabricar a cerâmica como utensílio para armazenar e cozer alimentos e descobriu a técnica de tecelagem das fibras animais e vegetais. O mesmo pode ser percebido no Brasil no mesmo período. Pesquisas permitiram identificar uma indústria lítica e fabricação de cerâmica por etnias de tradição Agreste que viveram no sudeste do Piauí em 6000 a.c. Historicamente, o artesão, responde por todo o processo de transformação da matéria-prima em produto acabado. Mas antes da fase de transformação o artesão é responsável pela seleção da matéria-prima a ser utilizada e pela concepção, ou projeto do produto a ser executado.

A partir do século XI, o artesanato ficou concentrado então em espaços conhecidos como oficinas, onde um pequeno grupo de aprendizes vivia com o mestre-artesão, detentor de todo o conhecimento técnico. Este ensinava em troca de mão-de-obra barata e fiel, recebendo ainda vestimentas, comida e conhecimento. Criaram-se as Corporações de Ofício, organizações que os mestres de cada cidade ou região formavam a fim de defender seus interesses.

No Brasil em seus primeiros anos de colonização foram instaladas oficinas artesanais que se espalharam por todas as comunidades urbanas e rurais, onde os artesãos tiveram ensejo de desenvolver suas habilidades. Mas através da Carta Régia de 30 de julho de 1766 D. José I manda destruir as oficinas de ourives e declara fora da lei a profissão. Seu exemplo foi seguido por sua sucessora no trono D. Maria I, que perseguiu quase todas as formas artesanais do Brasil. Aos alvarás da Rainha Maria I, seguem-se o de 5 de janeiro de 1785 e o de 26 de janeiro do mesmo ano que proibiam a tecelagem caseira na colônia, abrindo apenas exceção para a tecelagem de panos grossos e que fossem destinados a vestir escravos. Esta situação só se reverteu com a carta régia do Príncipe Dom João de 1º de abril de 1808, que anulava alvarás proibidos de sua mãe e autorizava a atividade industrial caseira fosse ela qual fosse.

D. Pedro I, na constituição outorgada de 25 de março de 1824 aboliu as corporações de ofício no Brasil, seguindo assim o exemplo francês embora atrasado.

A carta da República de 14 de fevereiro de 1891 como a de 16 de julho de 1934 omitiam-se completamente, ignorando o artesanato. Mas a Constituição de Getúlio Vargas de 10 de novembro de 1937 amparou-o no seu artigo 136. "O trabalho manual tem direito à proteção e solitudes especiais do Estado". As cartas que se seguiram silenciaram-se com relação ao artesão. As únicas referências proibem diferença entre o trabalho manual e técnico ou científico, em parágrafo único nº XVII art. 157 da de 18 de setembro de 1946 e em o nº XVIII do artigo 158 da Constituição Castelana de 24 de janeiro 1966. Países mais adiantados não se omitem em relação ao artesanato e protegem sua indústria caseira e reconhecem sua elevada importância econômica e social.

Em nosso município o artesanato possui o mesmo foco, pois todo artesanato é construído pelo talento de nossos artesões, através da pedra calcária, pedra sabão, madeira, cerâmica, argila, o cipó, a titara, o timbó, a palha, a renda, o crochê e da pintura em madeira. O estilo do artesão empresta originalidade a seus objetos, como que a marca pessoal, enquanto o padrão é a marca do grupo. Cada artesão escolhe um estilo, mas não deixa de ser influenciado pelo ambiente (a natureza) em que vive e pelos modos de vida própria da área cultural que pertence. Todo material de trabalho é coletado pelos próprios artesões em meio às matas e rios.

Comidas e Bebidas Típicas

As comidas típicas do nosso município são de origens indígenas e africanas. Nosso comércio de comidas típicas rege o ano inteiro, através de sua procura como o mungunzá, pé-de-moleque, pamonha, canjica, arroz-doce, mingau de carimã, bolo de arroz, milho, carimã, macaxeira. Os doces são de pimenta, abóbora, abacaxi, melancia, batata, pão, acerola, carambola, mangaba, goiaba, caju, jaca, banana e leite em calda e batido. A feijoada tradicional e a carioca também fazem parte do nosso cardápio, o pirão de capão, de peixe, a buchada de bode e a famosa carne do sertão.

Os Artistas da Nossa Terra

Jorge Alves Siqueira, mais conhecido como **Zeus**, nasceu no município sergipano de Itabaiana no dia 08 de abril de 1959. Seus primeiros contatos com a arte

ocorreram ainda em Itabaiana, na década de 1970, por influência de Caã e de seu irmão Jorgevaldo. Saiu de lá aos 15 anos e diz que as imagens quase idílicas, ainda que sofridas, não lhe saem da cabeça: *O riacho era limpo, tinha a casa de farinha, tinha passarinho e liberdade*, conta o artista.

Começou a trabalhar com a arte juntamente com o irmão, ajudando-o a esculpir imagens de ex-votos: *Tudo começou com meu irmão, que sofreu um acidente e um pintor amigo acabou levando-o a entalhar. Eu comecei ajudando a lixar as suas peças. Mas um dia ele me deu a faquinha e disse para eu cortar uma bola com um pedestal, que era muito fácil. Depois riscou a bola e pediu para gastar as laterais. Saiu assim uma espécie de bochechas num rosto. Ai quando fiz o olho, foi como se o olho ficasse olhando para mim, saltado. Acho que a arte entrou assim dentro de mim, como um olho me olhando. Então terminei de fazer a cabeça, que era de um ex-voto*, conta o artista. Quando começou a esculpir suas próprias peças, passou a assinar Zeus.

O irmão do artista não seguiu o caminho da arte, mas Zeus permaneceu em Aracaju dedicando-se à arte da escultura. Morou em outras cidades sergipanas e por fim estabeleceu-se em Areia Branca, onde mora atualmente. Trabalha com a madeira (cedro, jacarandá, imburana), mas também com a pedra e o concreto. *Eu tinha esse destino. Há 20 anos tentei fazer outras coisas, mas não funcionou. A gente não procura a arte, a arte é que procura a gente. Eu sempre fui honesto com a arte, nunca procurei fugir do meu estilo e tenho uma característica própria*, conta Zeus.

Para marcar as celebrações pelo mês do artesão aconteceu no dia 20 de maio de 2015, a Exposição “A diversidade sob Olhar Artístico” elaboradas com materiais recicláveis, barro, madeira e outras matérias primas.



Figura 04 - Exposição das Peças de Artista da Terra Fonte: Elaborada pela autora

A exposição foi um ato cultural realizado na Galeria de Arte J. Inácio situada na Orla de Atalaia, pela Prefeitura Municipal de Areia Branca e contou com a apresentação de grupos folclóricos, capoeira, música ao vivo, além da mostra de obras de artesãos de Areia Branca e de outras localidades do Estado.



Figura 05: Artistas da Terra Fonte: Elaborada pela autora

Abraão, nascido em 1987, no município de Areia Branca, o escultor tem a arte na veia. Filho do conhecido Zeus, a influência vem desde pequeno.



Figura 06: Escultor Abraão Fonte: Elaborada pela autora

Ademir. Nascido em Itabaiana, em 1981, iniciou sua trajetória aos quinze anos e não mais parou. Trabalha com escultura em pedra, madeira e cerâmica.



Figura 07: Escultor Ademir Fonte: Elaborada pela autora

Keninho A., nasceu em Areia Branca, trabalha com cerâmica e procura variar nos temas que trabalha.



Figura 08: Escultor Keninho Fonte: Elaborada pela autora

Josa, o Vaqueiro do Sertão - Foi com mais de 52 anos dedicados a apresentações nos palcos forrozeiros, que o sergipano José Gregório Ribeiro, popularmente conhecido como “Josa, o vaqueiro do Sertão” construiu a sua caminhada no forró. Fã declarado do rei do Baião, Luiz Gonzaga, Josa que completou no último dia 12 de março, 85 anos, deu uma parada na carreira musical após a descoberta de um Alzheimer. De origem humilde e do interior de Sergipe, o filho de lavradores do Povoado Jacaré, em Simão Dias, município distante 100 km de Aracaju, se tornaria em pouco tempo, uma das grandes referências da música popular nordestina. Autor de mais de 300 composições no forró, Josa fez questão de retratar toda a realidade vivenciada em suas composições. “Ele era um montador de cavalo, adorava as lidas do gado, sempre ligado na natureza e com 10 anos já ouvia Luiz Gonzaga. Sempre que ia vender banana na feira livre de Simão Dias ele já ia ouvindo no auto falante achando o rei”, conta Joseane. Mas o que Josa sempre procurou na sua vida, foi um cenário igual a sua música – Nas sombras da Jaqueira – e ele encontrou na cidade de Areia Branca, local que residiu por 38 anos. “Ele procurou um lugar que tivesse jaqueira para terminar seus dias e ele encontrou em Areia Branca, que é a propriedade dele, tudo o que dizia a sua música - Nas sombras da Jaqueira – e por 38 anos ele viveu lá, na cidade que ganhou o título de 3ª capital do forró no país. Com a doença, há dois anos ele está morando comigo aqui em Aracaju”.

Cabe notar, em relação aos festejos juninos, que no município há uma lei consuetudinária, ou seja, baseada no costume, e não uma lei escrita, a qual proíbe o uso de fogos de artifícios. Dessa forma não há queima de artefatos juninos, o que é um marco no município, priorizando a segurança das famílias areia-branquenses.

A partir lei aprovadas na Câmara de Vereadores foram aprovados 04 (quatro) feriados municipais: 1º de junho (após abertura dos festejos juninos), 24 de junho (Festa do Padroeiro, São João Batista), 30 de junho (após término dos festejos juninos) e 11 de novembro (Emancipação Política de Areia Branca).

3. A Educação no Município

Em cada um dos povoados que o município possui existe uma escola municipal (Tabela 07) que oferece o Ensino Fundamental nas séries iniciais (1º ao 5º), sendo que algumas necessitando de restauração e ampliação. Na sede, tem 01(uma) escola particular que oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental do 1ª ao 9ª Ano; 02 (duas) estaduais, oferecendo todo o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJAEF e EJAEM); 02 (duas) municipais, ambas somando quase dois mil alunos do Ensino Fundamental até o 9ª Ano e 01(uma) Unidade exclusiva para o Pré-Escolar.

Além dessas Unidades de Ensino, existem mais 04 (quatro) Creches. 01 (uma) na Sede e 03 (três) nos povoados.

Conforme dados analisados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o índice de frequência dos alunos na educação básica tem aumentado nos últimos anos enquanto que o índice de distorção-idade/série tem diminuído, dando-nos uma ideia de que a qualidade da educação vem sendo melhorada.

O corpo docente municipal, considerando o último concurso público realizado em 2011, tem no mínimo 04 (quatro) anos de experiência. Mas a sua maioria já completou 10 anos de carreira e muitos possuem também redução de carga horária por já terem completados 15 (quinze) ou mais anos de trabalho na área.

A partir de 2008, com a chegada da Universidade Aberta do Brasil (UAB), no município houve uma alavancada na formação superior dos docentes. Muitos estão concluindo ou já possuem o Nível Superior, muitos também possuem Especialização e alguns já possuem ou estão fazendo Mestrado. Os docentes possuem Estatuto do Magistério e Plano de Carreira definidos e aprovados desde 2006 pela câmara municipal de Areia Branca e seus representantes sindicais.

ESCOLAS EM FUNCIONAMENTO/ATENDIMENTO - 2014

ESCOLA	LOCALIDADE	ATENDIMENTO EDUCACIONAL						
		Creche	Pré-Escolar	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	EJAEF	EJAEM	ENSINO MÉDIO
Colégio Estadual Gov. João Alves Filho	SEDE	-	-	-	X	-	-	X
Colégio São João Batista	SEDE	-	x	x	x	-	-	-
Creche Mun. Consolo do Baby.	Pedrinhas	X	-	-	-	-	-	-
Creche Mun. Maria Ribeiro Franco	SEDE	X	-	-	-	-	-	-
Creche Municipal Maria Rodrigues de Sousa	Rio das Pedras	X	-	-	-	-	-	-
Escola Estadual Pedro Diniz Gonçalves	SEDE	-	-	X	X	X	X	-
E. M. Antonio Lourenço da Silva	Boqueirão II	-	X	X	X	-	-	-
E. M. Célia Franco da Costa Prado	Pedrinhas	-	X	X	X	-	-	-
E. M. Deputado Euvaldo Diniz Gonçalves.	Manilha	-	X	X	-	-	-	-
Escola Municipal Felix Madureira	Cajueiro	-	X	X	-	-	-	-
Escola Mun. Manoel Francisco Gomes	Chico Gomes	-	X	X	-	-	-	-
Escola Municipal Idália Tavares de Almeida	Guidinha	-	X	X	-	-	-	-
Escola Municipal João Antonio dos Passos	Canjinha	-	X	X	-	-	-	-
Escola Municipal José Inácio da Fonseca	Junco	-	X	X	X	-	-	-
Escola Municipal José Lino dos Santos	Rio das Pedras	-	X	X	-	-	-	-
Escola Municipal José Martins dos Santos	Caroba	-	X	X	-	-	-	-
Escola Municipal José Romão do Nascimento	SEDE	-	-	X	X	X	-	-
Escola Mun. Maria Vanira Rodrigues Pereira	Colônia São Paulo	-	X	X	-	-	-	-
Escola Mun. Prof.ª Josefa Inocencia dos Santos	SEDE	-	-	X	-	-	-	-
Escola Municipal Rufino José de Santana	Serra Comprida	-	X	X	-	-	-	-
Escola Municipal São José	Boqueirão I	-	X	X	-	-	-	-
Unidade de Educ. Pré-Escolar Vovó Menininha.	SEDE	-	X	-	-	-	-	-

Tabela 07. Fonte: Secretaria Municipal de Educação - SMEAB

3.1 Apresentação das Escolas do Município Areia-branquense

O Colégio Estadual Governador João Alves Filho (código INEP 28006542), localizado na rua São João S/N, Furródromo, na cidade de Areia Branca /SE, mantido pelo Governo Estadual, foi criado pelo Decreto nº 6.311 de 11/06/1984, ministra o

ensino fundamental autorizado pela Resolução nº 261/92/CEE, prorrogado pela Resolução 414/2006//CEE e o ensino médio autorizado pela Resolução nº 330/2003/CEE e reconhecido pela Resolução nº316/2006/CEE. Tem atualmente na equipe diretiva a professora Edivane Maria dos Santos como diretora, a professora Maria Lucinalva Santos de Almeida como secretária e os professores, Adilson Costa Santos e Roselli Thereza de Jesus Feitosa, como coordenadores. Funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite) atendendo a 590 alunos, distribuídos no 8º e 9º Ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio, com 19 professores e 07 funcionários. Atualmente é a única escola que oferece o Ensino Médio Regular no município de Areia Branca e por isso, detalharemos sobre ela no Capítulo III deste documento, ao tratarmos dos Níveis de Ensino.

A **Escola Estadual Pedro Diniz Gonçalves** (código INEP 28006569) está localizada na Rua Senador Walter Franco, 187 centro na cidade de Areia Branca/SE. Atualmente tem como equipe diretiva: Maria Antônia Ribeiro de Souza - diretora; Elce Maria Mendonça Costa - coordenadora e Antistati Barroso Dias Junior - secretário. A escola foi dirigida por apenas 4 gestoras até hoje: de 1958 a 1988 com a Professora Josefina Simões de Araújo; de 1988 a 2007 a professora Ana Izabel de Moura; de 2007 a 2009 a professora Edilma Silva Santos e de 2009 até os dias atuais está sob direção da professora Maria Antônia.

O Patrono, Pedro Diniz Gonçalves, era conhecido como Pedrinho do Brejo que dentre outras contribuições para nossa cidade, doou o terreno da Paróquia São João Batista. Foi também delegado de polícia, presidente da Constituinte de 1936 e suplente do Senador Walter Franco. Faleceu em 1958 quando ocupava o cargo de Secretário da Fazenda.

A escola atualmente oferece o ensino regular do 1º ao 9º ano, Educação de Jovens e Adultos para o Ensino Fundamental e o Médio. Assistidos em 03 (três) turnos (manhã, tarde e noite), a escola tem um total de 350 (trezentos e cinquenta) alunos que juntamente com seus 18 (dezoito) professores e mais outros 9 (nove) profissionais participam de todo o processo educativo.

A seguir um breve relato das fases e denominações que a escola já passou desde sua fundação até este ano de 2015 em que completa 67 (sessenta e sete) anos de existência:

1ª fase: Em 1948 foi construída, sendo que sua inauguração só aconteceu no ano seguinte, no governo de José Rollemberg Leite, com 01 (uma) sala de aula, 01 (um) pátio e 01(uma) residência. Denominada Escola Rural.

2ª fase: Passou a se chamar de Grupo Escolar Rural Pedro Diniz Gonçalves, no ano de 1964 a 1968, acontecendo sua primeira reforma em 1966.

3ª fase: Chamada de Escolas Reunidas Pedro Diniz Gonçalves de 1969 a 1971, ela continha 02 (duas) salas de aulas, 01 (um) pátio e 01(uma) residência. O nome “Reunidas” foi devido às escolas agregadas: Escola Isolada Povoado Manilha, Escola Emiliana Leopoldina Leite, Escola Isolada Joviniano Freire e Escola Manoel Cândido Drumond.

4ª fase: De 1972 a 1981 passou a ser chamada de Grupo Escolar Pedro Diniz Gonçalves. Em 1972 houve mais uma ampliação do prédio que com ela ficaram 05 (cinco) salas, 01 (uma) secretaria, 02 (dois) blocos de banheiros, cozinha, depósito e o pátio. Nesta fase, a Resolução nº 35/78 de 20/06/1978 concedeu a autorização para o funcionamento das primeiras séries do Ensino Fundamental.

5ª fase: Escola de 1º Grau Pedro Diniz Gonçalves – 1982 a 1990. Contudo, a escola não ficou registrada como Escola de 1º Grau porque não tinha o Ensino Fundamental completo – o antigo Ginásio – voltando a Grupo Escolar até 1998.

6ª fase: Escola Estadual Pedro Diniz Gonçalves. Devido ao processo de funcionamento de 5ª a 8ª Séries recebeu o nome de Escola Estadual no ano de 1999 até os dias atuais. No entanto, a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental se deu pela Resolução 280/2005, e anos depois recebeu o Reconhecimento pela Resolução nº 089/CEE, de 15/04/2010.

Uma nova fase surgiu ainda no final de 2007 com a vinda da Universidade Federal. A escola seria um Polo da mesma com 07(sete) licenciaturas, recebendo o nome de Universidade Aberta Pedro Diniz Gonçalves. No entanto, esse projeto não prosseguiu no município devido à vontade política.

Hoje a escola passa por reforma, esperando que ainda neste semestre as aulas sejam retomadas em seu âmbito, pois acontecem numa Associação Comunitária, mais conhecida como Clube local.

O **Colégio São João Batista** é atualmente a única escolar particular do município. Foi fundada no dia 02 de fevereiro de 1998, pela professora Maria José de Andrade Santos, a qual é dirigente dessa Unidade Escolar. A escola oferece a Educação Infantil, do maternal ao Jardim e o Ensino Fundamental do 1º ao 9º Ano. Possui atualmente 280 alunos matriculados, aos cuidados de 16 professores, 02 secretárias, 01 coordenadora e pedagógica e 02 profissionais de apoio. Sempre participa ativamente de todos os eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, tendo como o lema: Prazer em educar.

A **Unidade Municipal de Educação Pré-Escolar Vovó Menininha** (código INEP: 28027167) é uma unidade escolar que atende exclusivamente às crianças da Pré-escola, localizada na Rua do Forródrômo, na Sede deste Município. Foi fundada a partir da Lei 015/97 de 18 de novembro de 1997, reformada e ampliada em 2012, objetivando promover o desenvolvimento pleno e humano, nas mais diversas competências da primeira fase de vida escolar de seus quase 250 alunos, sob os cuidados de 16 profissionais e da diretora Vera Lúcia Rosa dos Santos.

Escola Municipal Deputado Euvaldo Diniz Gonçalves (código INEP 28006593). Após reestruturação das Escolas Municipais que até os anos 60 eram denominadas de Escolas Rurais, esta Unidade de Ensino que fica localizada no Povoado Manilha recebeu em 1981, após resolução, o funcionamento como Escola Municipal desse povoado. Foi nessa Escola, quando ainda denominada Escola Rural da Manilha, que dona Hemitéria, a primeira professora que se tem registro histórico no nosso município, lecionou a alunos ilustres, como por exemplo, o seu patrono, Deputado Euvaldo Diniz Gonçalves. Hoje, a escola possui pouco mais de 100 alunos matriculados sob a direção da professora Thais Pereira da Rocha, 03 professoras, 01 serviço geral e 02 vigilantes.

Lista dos Primeiros Alunos da Escola de Manilha, em 1927, da Professora Hemitéria Campos, feita pelo poeta José Vicente:

01 – José Vicente Ferreira Santos	27 – Manoel Izídio
02 – Eufrozina Ferreira Santos	28 – Maurina Izídio
03 – João Manoel dos Santos	29 – Maria Ozete de Andrade
04 – Maria Alexandrina de Jesus	30 – Manoel Domingos dos Santos (Mel Balbina)
05 – Manoel Luiz da Silva (Tucano)	31 – Manoel Buenda dos Santos (Santo)
06 – João Demival da Silva	32 – Manoel Vieira (Tatá)
07 – Maria Bernadete da Silva	33 – Marçal Vieira
08 – José Francisco Fontes	34 – Josefa dos Santos (Zizi)
09 – Josefa Batista Fontes	35 – Josefa Eliziário Santos
10 – Alcenira de Souza Monteiro	36 – Eunice Simões
11 – Waldemar de Souza Monteiro	37 – Adalberto de Souza
12 – Maria Galdina Cabral	38 – Celso de Souza
13 – José Francisco Cabral (Zé Cumbuco)	39 – Ivo de Tibúrcio
14 – Josefina de Jesus Moreira	40 – Maria Zuinha
15 – Alayde Leite de Andrade	41 – João Lopes da Silva
16 – Gabriel Leite de Andrade	42 – George
17 – Florita Santos Pinheiro	43 – Leônidas Gomes
18 – Ilda Moraes	44 – José de Cândido
19 – Nair Batista Soares	45 – José Adrião Barboza
20 – Maurina Soares	46 – José Francisco da Silva
21 – Manoel Santana	47 – Milton da Silva (Milton de Pio)
22 – José Santana	48 – Nelson de Lardino
23 – Eunice Pacheco de Oliveira	49 – Merenita de Dando
24 – Lauro Pacheco de Oliveira	50 – Temístocles Diniz Gonçalves
25 – Edigard Pacheco de Oliveira	51 – Euvaldo Diniz Gonçalves
26 – Florival Izídio	52 – Alexandre de Nininha
	53 – Rosalva Andrade

Tabela 08. Fonte: Do livro em construção: A Vida de Um Grande Homem

A **Escola Municipal José Romão do Nascimento** (código INEP: 28006666) tem referencial de destaque na educação areia-branquense. Ela foi fundada no dia primeiro de novembro de 1983 e fica localizada na Rua Heráclito Diniz, no centro deste município. Funciona nos três turnos, atendendo alunos do 5º ao 9º Ano e a Educação de Jovens e Adultos, do Ensino Fundamental. A Escola possui auditório e oferece uma Sala de Recursos para as crianças com necessidades especiais educacionais e, pelo Programa Mais Educação, a escola atende 150 alunos que passam o dia na escola. Em 2014, a Escola “José Romão” possuiu matrícula de 1.115 alunos, contando com as ações educativas de 37 professores, 04 serventes, 03 merendeiras, 02 auxiliares administrativos e 02 vigilantes. Hoje, a equipe diretiva está com a seguinte composição: diretora, professora Vânia Angélica Rodrigues de Jesus; Vice-diretora, professora Alessandra Maria de Almeida Barbosa e coordenadoras, as professoras Joseilde

Menezes Ferreira e Maria Vilma Barbosa dos Santos. Recentemente, no dia 24 de abril do corrente, a escola foi reinaugurada por ter passado por diversas reformas. Destacamos que foram instaladas câmaras de vigilância nos corredores e em algumas salas, a fim de conter a indisciplina e preservar o espaço público.

A **Escola Municipal Professora Josefa Inocência dos Santos** (código INEP: 28034120), fica localizada na Rua do Forródrômo deste município. É a mais nova escola do município, construída em 2012, e em 2014 atendeu a 708 alunos. Possui 22 professoras e 06 servidores de apoio. Está sob a direção da professora Ivanilde Sales dos Santos, Vice-diretora, a professora Maria Adriana dos Santos e como coordenadora pedagógica a professora Adelma de Santana.

A **Escola Municipal José Inácio da Fonseca** (código INEP: 28006631) foi fundada em 1978 e está localizada no Povoado Junco. Na matrícula de 2014 foi composta por 293 alunos, nos turnos manhã e tarde, da educação infantil ao 9º ano. Possui 22 funcionários, tendo na direção a professora Maria José Oliveira Santos e na coordenação pedagógica, a professora Maria Iolanda de Oliveira Passos.

A **Escola Municipal Idália Tavares de Almeida** (código INEP: 28006615) fica localizada no Povoado Guidinha e foi fundada em 1983. Em 2014 possuiu 164 alunos, 09 professores, 02 serviços gerais e 02 vigilantes. A atual diretora dessa Unidade é a professora Genizia Araújo dos Santos. A Escola em 2013 obteve destaque positivo no índice do IDEB, alcançando 4.4 pontos, superando a média do Estado e a meta projetada para 2015 e 2017 que seria de 3.5 e 3.8 respectivamente.

A **Escola Municipal Maria Vanira Rodrigues Pereira** (código INEP: 28028589) foi fundada em 1997 e está localizada no Povoado Colônia São Paulo. Em 2014 possuiu 89 alunos matriculados, 03 professoras, dentre elas a administradora Heleneide Patrícia Santos de Jesus, 01 serviço geral e 01 vigilante.

A **Escola Municipal Antonio Lourenço da Silva** (código INEP: 28006577) fica localizada no Povoado Boqueirão II e em 2014 possuiu 154 alunos, assistidos por 17 servidores, juntamente com a diretora Maria de Fátima Peixoto. A escola foi fundada em 03 de outubro de 1982, mas mesmo antes da construção desse prédio funcionava em uma casa residencial, denominada Escola Municipal Senhor do Bomfim, oficialmente criada pela Lei nº 5, de 06 de dezembro de 1978, com data retroativa de 01/01/1976.

A **Escola Municipal José Lino dos Santos** (código INEP: 28006640) está localizada no Povoado Rio das Pedras, possuindo 110 alunos em 2014, 04 professoras, 01 merendeira e 02 vigilantes. Atualmente está sob a direção da professora Vandeilde dos Santos. Foi fundada em 1986.

A **Escola Municipal Manoel Francisco Gomes** (código INEP: 28006682) foi fundada em 1983. Em 2014 possuiu 74 alunos matriculados na Pré-escola e no Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano, tendo 07 profissionais assim distribuídas: 02 vigilantes, 02 serviços gerais e 03 professoras, que dentre essas a administradora escolar Elisângela Teles Andrade. A escola fica localizada no Povoado que dá nome ao seu patrono: Chico Gomes.

A **Escola Municipal Célia Franco da Costa Prado** (código INEP: 28006589), localizada no Povoado Pedrinhas foi fundada em 1985 e ampliada em 1994. Em 2014 possuiu 491 alunos matriculados, 19 professores, 04 serviços gerais e 01 vigilante. Está sob a direção da professora Gicelma Santos Reis e a coordenação pedagógica da professora Maria Gilma Sousa Rodrigues.

A **Escola Municipal José Martins dos Santos** (código INEP: 28006658) fica localizada no Povoado Caroba e foi fundada em 1983 e possuiu em 2014 somente 58 alunos matriculados, assistidos pelos seus 05 profissionais, dentre eles a professora administradora Valdelice Freire.

A **Escola Municipal Felix Madureira** (código INEP: 28006607) foi fundada em 1986 e está atualmente sob a administração da professora Carla Rejane da Cruz. Fica localizada no Povoado Cajueiro e em 2014 atendeu a 81 alunos, com 07 profissionais trabalhando em seu âmbito.

A **Escola Municipal João Antônio dos Passos** (código INEP: 28006623) foi inaugurada no dia 20 de fevereiro de 1989. Fica localizada no Povoado Canjinha e em 2014 possui 60 alunos matriculados, 05 profissionais, dentre eles a professora administradora Fernanda dos Santos Oliveira Modesto.

A **Escola Municipal Rufino José de Santana** (código INEP: 28006674) fica localizada no Povoado Serra Comprida e foi inaugurada em 1981. A escola possui pouco mais de 40 alunos, distribuídos na Pré-escola e Ensino Fundamental do 1º ao 5º

Ano, para 05 profissionais, dentre eles a professora administradora Suzana Passos dos Santos.

A **Escola Municipal São José** (código INEP: 28006690) está localizada no Povoado Boqueirão I, conhecido como Areias. Foi inaugurada em 1973. Mas a Lei nº 5 de 06 de dezembro de 1978 dá sua criação com data retroativa de 02/03/1965. Está sob a administração da professora Luciana dos Passos Santos, juntamente com mais 05 profissionais para atender a quase 100 alunos.

Cabe notar que em 1977, a professora Josefa Inocência criou a Secretaria Municipal de Educação para organização das festas populares, desfiles, feira do município, etc. Hoje, além dessa organização, a secretaria municipal de educação faz toda a logística dos trabalhos pedagógicos, financeiros e administrativos das escolas.

Os secretários de educação que trabalharam nessa secretaria, gerenciando as ações educativas do nosso município foram: Josefa Inocência dos Santos (1977-1980), Lúcia Meneses Teles (1981-1984), Teodora Batista Pereira (1985-1988), Zoraide Oliveira Mota (1989-1992), Maria Vanira Rodrigues Pereira (1993-1996), Maria do Carmo Ferreira (1997-1999), Rosinete Amoroso da Cruz (2000), Maria de Fátima Barreto (2001-2004), Edjária Ferreira Oliveira (2005-2007), Fátima Freire Menezes (2007-2008), Josineide Oliveira Alves (2009-2014), Luan Ribeiro de Souza (2014/2). Atualmente está sob a administração de Sandra Bernardino Santiago.

3.1.1 Referência:

SANTOS. Irmã Maria Elenilza Silva. A Vida de Um Grande Homem. História do Poeta José Vicente Ferreira Santos “*Um Gênio Sergipano*”. Aracaju, 2012.

III – NÍVEIS DE ENSINO

A - EDUCAÇÃO INFANTIL

1. Educação Infantil: novos olhares, novos desafios.

³Maria Aparecida do Vale Nascimento

A educação infantil vive um momento significativo em sua história, o reconhecimento de sua importância para a formação humana. Seu grande desafio é possibilitar que as crianças de zero(0) a cinco(5) anos tenham acesso a uma educação de qualidade e possam frequentar as instituições de educação infantil com a garantia de que encontrarão um espaço adequado para atender às suas necessidades e interesses, sendo respeitadas, dentro do coletivo, suas individualidades. Para tanto, se faz necessário por parte do poder público a realização de ações efetivas que possibilitem:

- a) A garantia do atendimento às crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos em tempo integral;
- b) Prover as instituições de educação infantil de infraestrutura adequada e recursos materiais de forma a atender a demanda;
- c) A qualificação e profissionalização dos docentes, coordenadores, gestores e funcionários que atuam com essas crianças.

1.1 Breve histórico sobre as creches no município areia-branquense

A creche como direito e com fins educativos foi consolidada a partir de 1996 com a aprovação da nova LDB (9394/96), a qual exige o planejamento de currículo para a Educação Infantil, como princípio para o desenvolvimento das crianças e os conhecimentos culturais básicos a serem por eles apropriados. Com isso, abriram-se as

³ Especialista em Docência na Educação Infantil; Licenciada em Pedagogia; Professora da Rede Municipal; Responsável pela Sistematização da Educação Infantil do PME/Areia Branca.

possibilidades e perspectivas de avanços rumo à definição de seu papel e construção de sua identidade como parte integrante do sistema educacional.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) evidencia a integração da Educação Infantil à Educação Básica em que a responsabilidade passa a ser dos municípios, os quais deverão oferecer educação infantil de qualidade e ter como prioridade a garantia de recursos financeiros, físicos, assistenciais e educacionais à população carente, a maior usuária das creches no Brasil.

Para Demo (1997) a LDB assume uma visão interdisciplinar e aponta para a integração das creches ao sistema de Educação Básica. Elas passam a ser instituições educativas, pois não têm somente o papel de oferecer assistência como também o de educar respeitando a pluralidade cultural e o contexto social em que a criança está inserida, mas o compromisso de acompanhar e avaliar o desenvolvimento integral da criança, por meio de profissionais habilitados e eficazes no cumprimento desta função.

Em relação à função educativa e à elaboração de propostas pedagógicas, Oliveira contribui dizendo que:

“A creche passa a ser vista como responsável junto à família, pela promoção do desenvolvimento das crianças, ampliando suas experiências e conhecimentos. A função educativa da creche irá exigir o planejamento de um currículo de atividades, o qual deverá considerar tanto o grau de desenvolvimento das crianças quanto os conhecimentos culturais básicos a serem por ela apropriados. (...) ... uma proposta pedagógica para a creche implica em (sic) optar por uma organização que garanta o atendimento de certos objetivos julgados mais valiosos do que os outros. Ela é elaborada a partir de uma reflexão sobre a realidade cotidiana da criança, o meio social onde seus pais, e ela mesma vivem. Não pode ignorar os desejos, necessidades e conflitos destas populações.” (1992).

É nesse contexto que o MEC propôs um Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, objetivando oferecer aos profissionais das creches meios práticos e teóricos de planejamento e avaliação do desenvolvimento infantil, considerando a realidade das crianças e favorecendo a construção de propostas pedagógicas que contribuem para o progresso da educação do país.

Areia Branca conta hoje com 4 (quatro) creches para atender às demandas da população da sede e povoados. Uma no Povoado Pedrinhas, uma no Povoado Cajueiro, uma no Povoado Rio das Pedras e uma na Sede do município. No entanto, as que ficam localizadas em Pedrinhas e Cajueiro não estão em funcionamento. Nisso, esperamos que

a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Educação assuma a sua parcela de responsabilidades e adotem sérias providências para a volta do funcionamento dessas creches, a fim de que sejam capazes de propiciar no seu interior, uma educação de qualidade e o prazer de fazer, brincar e estudar às crianças dessas localidades.

As fontes consultadas para a elaboração do histórico das creches em nosso município foram conseguidas, em maior parte, oralmente pelas pessoas da comunidade e pelos registros encontrados na Secretaria Municipal de Educação. A saber:

- **Creche Municipal Maria Anita Alves de Lima.** Foi fundada em 1988 com apenas 03 (três) funcionários. Está localizada no Povoado Cajueiro e há mais de uma década se encontra fechada. Alguns moradores nos informaram que por conta desse fechamento por vários anos, pessoas invadiram o local e a documentação foi extraviada. Este ano, providências estão sendo tomadas quanto ao prédio que parece pertencer à prefeitura. Nesse sentido, para que seja reaberta será preciso à reestruturação ou reforma e ampliação desse espaço para o seu funcionamento.
- **Creche Municipal Consolo do Baby.** Fica localizada no Povoado Pedrinhas. Funcionou até junho de 2014, com pouco mais de 30 crianças matriculadas, mas foi fechada por falta de estrutura no prédio, além do mesmo não pertencer à Prefeitura. Funcionou como creche desde a sua fundação na década de 80 numa Associação Comunitária, denominada Centro Social Dom José Vicente Távora, mas sem decreto ou autorização legal.
- **Creche Municipal Maria Rodrigues de Souza.** Está localizada no Povoado Rio das Pedras, criada pelo Projeto de Lei nº 08/90 de 11 de outubro de 1990, denominada Creche Municipal Maria Rodrigues Nascimento. Dizem que essa variação de sobrenome dá-se devido ao casamento de Maria Rodrigues com Ascendino de Sousa. A creche funcionou em 2013 com 10 (dez) profissionais e quase 60 alunos distribuídos no berçário e no maternal. Hoje está sob a responsabilidade da professora, Edileuza de Jesus Fernandes. A metodologia de ensino adotada pela creche é baseada na proposta sócio construtivista, cujo objetivo é levar a criança a construir o seu próprio conhecimento através da exploração do seu corpo, dos objetos, do espaço onde está inserida e das relações com o outro.

- **Creche Municipal Maria Ribeiro Franco.** Este nome é em homenagem a mãe do Ex-prefeito municipal, José do Prado Franco Sobrinho. Recebeu autorização para seu funcionamento pelo Projeto de Lei nº 14/83 de 09 de dezembro de 1983 e até meados de 2014 funcionou no prédio situado na Praça Joviniano Freire de Oliveira, ao lado da Prefeitura. Hoje, está localizada na sede deste município, na Rua do Forródro, com a mesma denominação, mas homenageando a senhora Ana Monte Santos, conhecida como Dona Marcita. Atualmente funcionando nos turnos matutino e vespertino possui matriculados 80 (oitenta) alunos distribuídos em berçário e maternal. Seu quadro de funcionários é composto por professores, serviços gerais, equipe de apoio e acompanhado por uma equipe técnica da secretaria municipal de educação, adotando a mesma metodologia da outra creche em funcionamento no município.

2. DIAGNÓSTICO:

Um panorama mais detalhado do atendimento da educação infantil, ofertado pelo município de Areia Branca, aponta que há muito a ser feito para que possamos alcançar os objetivos educacionais específicos, definidos para essa faixa etária nos diversos documentos oficiais que normatizam esse nível de ensino, conforme expressam os dados referentes: à população infantil, atendimento, matrícula e número de instituições.

Segundo dados do IBGE (2010), a população infantil de 0(zero) a 5(cinco) anos em Areia Branca é de 1187 crianças, sendo que dessas, 602 são meninos e 585 são meninas. Os dados da Tabela 1, referente à distribuição das matrículas por dependência administrativa no período de 2014, apontam que o atendimento às crianças na faixa etária de 0(zero) a 5(cinco) anos na rede municipal de ensino é de 688 e na rede particular é de 102 totalizando em 790. Pelos o dado do IBGE observa-se que ainda há muitas crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos fora das unidades escolares. A tabela 2 mostra o quantitativo de crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos em 2015, rede municipal 694 crianças estão sendo atendidas, na rede particular está com 117 crianças, no total de 811.

A rede particular no que se refere ao número total de matrícula, no período, houve um aumento de 15 crianças. No entanto, a rede municipal de ensino ainda prevalece o atendimento educacional prestado às crianças nessa faixa etária em relação a rede particular de ensino, considerando a população infantil existente em Areia Branca. Observa-se que ainda há um total de 376 crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos fora das unidades escolares. A quantidade de crianças na rede particular é menor porque o número de instituições da rede municipal ainda é maior.

Observando os dados 2014 e 2015 constata-se, que o maior número de instituições que prestam atendimento educacional às crianças de 0 a 5 anos está na rede municipal. Isto significa afirmar que mesmo com o aumento das crianças de 0 a 5 anos na rede municipal, mostra a necessidade preeminente de ampliar, significativamente, a oferta de vagas e a construção de novas instituições na rede municipal de ensino, haja vista que a demanda por atendimento educacional para as crianças de 0 a 5 anos ainda é muito alta.

Conforme informações da secretaria municipal de educação no ano de 2015, o número total de instituições por dependência administrativa está assim distribuído: na rede municipal das 17 instituições que ofertam atendimento de educação infantil, (02) duas são creches, (1) uma pré-escola, (13) escolas de ensino fundamental com classes de educação infantil; enquanto que, (1) na rede privada de ensino fundamental com classes de educação infantil de 2 a 5 anos.

No município de Areia Branca não há registro de instituições conveniadas. O número de escolas de ensino fundamental que possuem classes de pré-escolar ainda é muito alto, comparado com o número de instituições públicas que ofertam atendimento específico para educação infantil. Com relação ao âmbito de atuação das escolas por rede, do total de 17 existentes em Areia Branca, 2 estão na zona urbana e 15 na zona rural.

Desta forma, constata-se que a maior concentração de unidades escolares encontra-se na zona rural, o que significa dizer que há uma necessidade de atendimento para as crianças que moram na zona urbana. As condições de acesso das crianças pequenas às instituições de educação infantil na zona rural ainda são muito difíceis, tendo em vista que as classes multisseriadas, que reúnem em um mesmo espaço e turno alunos de séries diversas, ainda são bastante numerosas, ficando as crianças na faixa

etária de 3 a 5 anos, dependentes das classes de ensino fundamental que são formadas. Além disso, ainda contamos com as inadequadas condições de transporte (idade da frota, falta de equipamentos de segurança, veículos desconfortáveis) dessas crianças para as escolas mais distantes e a falta de infraestrutura física, mobiliário e material das escolas rurais.

MATRICULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - 2014

REDE	MATRICULAS
Municipal	688
Particular	102
Total	790

Tabela 09 Fonte: Diário Escolar

MATRICULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - 2015

REDE	MATRICULAS
Municipal	694
Particular	117
Total	811

Tabela 10 Fonte Diário Escolar

Embora signifique um avanço considerável para o atendimento educacional da criança de 0 a 5 anos, as determinações normativas, por si, não garantem a melhoria efetiva das condições físicas, materiais, da qualificação de recursos humanos, da obtenção de recursos financeiros e de condições concretas que garantam um trabalho de qualidade na educação infantil. Para alcançar os objetivos e finalidades estabelecidos para a educação infantil, primeira etapa da educação básica, é preciso a formação docente, cooperação técnica e financeira e compromisso político de todos os entes federados, União, Estado e Município. Portanto, caberá, principalmente, ao Poder Público Municipal, por estar mais próximo das reais necessidades e dificuldades

enfrentadas pela educação infantil no município de Areia Branca ajudar e cooperar nas ações que efetivamente garantam um atendimento educacional de qualidade.

3. META:

Universalizar até 2016 a Educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de 04(quatro) e 05(cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma atender, no mínimo, 50%(cinquenta por cento) das crianças até o final da vigência deste PME.

4. ESTRATÉGIAS:

- 1.** Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de Educação Infantil segundo o padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;
- 2.** Garantir que ao final da vigência deste PME (em consonância com o PNE), seja inferior a 10%(dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência a Educação Infantil das crianças de até 03(três) anos oriundos do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa;
- 3.** Realizar periodicamente levantamento de demanda a cada dois anos para a oferta da Educação Infantil garantindo a ampliação da mesma em parceria com a secretaria Municipal de saúde através dos agentes de endemias na ampliação de fichas de acompanhamento fazendo levantamento de crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos na zona urbana e zona rural a partir de 2016;
- 4.** Estabelecer no primeiro ano de vigência do PME (em consonância ao PNE), normas, procedimento e prazos para definição de mecanismo de consulta pública, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação da demanda das famílias para as creches, com observação, a consulta pública tem um viés para ampliação de matrícula e ou construção de creches;

5. Manter e ampliar em regime de colaboração da União, estado e município respeitando as normas de acessibilidade. Como também, programa nacional de construção e reestruturação das escolas, bens de aquisição de equipamentos, visando à expansão e a melhoria de estrutura física das escolas públicas da demanda das famílias por creches através de recursos para construção de prédios próprios dentro da adequação da PRO-INFÂNCIA e/ou centro Educacional (que oferece creche e pré-escola) de acordo a normatização do Conselho Nacional de Educação que tenham parques e brinquedotecas com objetivos pedagógicos, no prazo de 02 anos para sua aplicabilidade, a partir da vigência deste Plano.
6. Articular a oferta de matrículas gratuita em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social, em regiões que o município não oferta a Educação Infantil a exemplo de áreas de expansão urbana na ampliação da oferta na rede escolar pública;
7. Promover formação inicial e continuada para Educadores garantindo progressivamente o atendimento por profissionais com formação superior, na melhoria da qualidade do processo educativo;
8. Estimular a articulação entre os cursos de pós-graduação em Educação Infantil, núcleos de pesquisa e formação na área de pedagogia e profissionais em nível médio na modalidade normal, para assegurar a atuação e permanência desses profissionais no mínimo 05 (cinco) anos consecutivos, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas, capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligada ao ensino e de aprendizagem a teorias educacionais no atendimento da população de 0(zero) a 5(cinco) anos;
9. Fomentar o atendimento da população do campo, na Educação Infantil nas respectivas comunidades por meio do redimensionamento da distribuição territorial real da oferta, limitando a mudança de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender as especificidades dessas comunidades, garantindo consulta prévia informada e consolidada;
10. Priorizar o acesso à Educação Infantil e formatar a oferta o atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a Educação Bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial

nas etapas da Educação Básica, ressaltando que esses profissionais serão efetivados através de concurso público;

- 11.** Buscar acompanhamento das famílias junto ao conselho tutelar, secretaria de saúde e de desenvolvimento e assistência social, para garantir a permanência da criança até os 03(três) anos na creche. Para tanto deve implementar, programas de orientação e apoio as famílias, por meio de articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 03(três) anos de idade;
- 12.** Preservar as especificidades da educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento de crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos em estabelecimentos que atendam os parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, assegurando o ingresso do aluno de 06(seis) anos no ensino fundamental, visando a qualidade do ensino aprendizagem através da valorização do professor com capacitação e apoio pedagógico como continuidade para o ensino fundamental;
- 13.** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância. Assegurando o direito da criança conforme legislação vigente da educação Infantil;
- 14.** Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação as crianças de até 03(três) anos. Em parcerias com outras secretarias em especial a da saúde, através dos agentes de endemias e de saúde na aplicação de ficha de acompanhamento fazendo levantamento de crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos na zona urbana e zona rural anualmente a partir de 2016;
- 15.** O distrito Federal e o município, com colaboração da União e do Estado, realizarão e publicarão a cada ano levantamento da demanda feita no exercício do ano anterior para o ano letivo seguinte, manifesta para a educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;

- 16.** Estimular o acesso da educação Infantil, no prazo de cinco anos, em tempo integral em creches e pré-escola como forma de combater a desigualdade, para todas as crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos, conforme estabelecido nas diretrizes curriculares nacionais para Educação Infantil;
- 17.** Reduzir em 100% o índice de abandono da Educação Infantil das crianças de 0(zero) a 3(três) anos nos centros educacionais, e de crianças de 4(quatro) e 5(cinco) anos matriculadas na Educação infantil (pré-escola) nas redes públicas e particular do município de Areia Branca;
- 18.** Promover suporte pedagógico e administrativo, em centros educacionais e escolas que ofereçam pré-escola para que os profissionais de educação possam garantir o processo de atendimento integral as crianças de 0 (zero) a 5(cinco) anos;
- 19.** Garantir a participação coletiva da comunidade e dos diferentes segmentos que compõem as instituições educacionais que ofertam a Educação Infantil na construção da proposta pedagógica e, em especial os profissionais que estão em cursos de formação continuada nessa referida área;
- 20.** Estabelecer até 2016 um programa de formação continuada para os professores e monitores de Educação Infantil, garantindo a permanência dos mesmos evitando a sua rotatividade;
- 21.** Realizar até dezembro de 2015, estudos para a Educação de tempo integral, e progressivamente, promover a implantação, de modo que até o final dessa década atinjamos 50% das crianças de 4(quatro) a 5(cinco) anos e 100% das crianças de 0(zero) a 3(três) anos;
- 22.** Garantir o ensino de história da África e afro indígena para as crianças da Educação Infantil de 4(quatro) e 5(cinco) anos.
- 23.** Fazer a chamada publica domiciliar obrigatória para todos os alunos de 0 (zero) a 5(cinco) anos, no período de novembro a janeiro de cada ano de vigência deste PME, sobre a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação com a cooperação dos órgãos públicos de Assistência Social, Saúde, Proteção à Infância Adolescência e Juventude.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação Infantil/ secretaria de Educação Básica,-Brasília: MEC, SEB, 2010;

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional: in: Diário Oficial da União, ano CXXXIV, nº 248. 23, dezembro de 1996 tp. 27883 – 27841.

DEMO, Pedro. A nova LDB.: Ranços e avanços. Campinas-SP: Papyrus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

IBGE. Censo 2010. Acessado em 18 de abril de 2015.

OLIVEIRA, Z. M. R. ... et alii. Creches: crianças, faz de conta e companhia. Petrópolis - RJ: Vozes, 1992;

PNE. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014;

SMEAB. Secretaria Municipal de Educação de Areia Branca, 2015.

Secretaria Municipal de Saúde de Areia Branca.



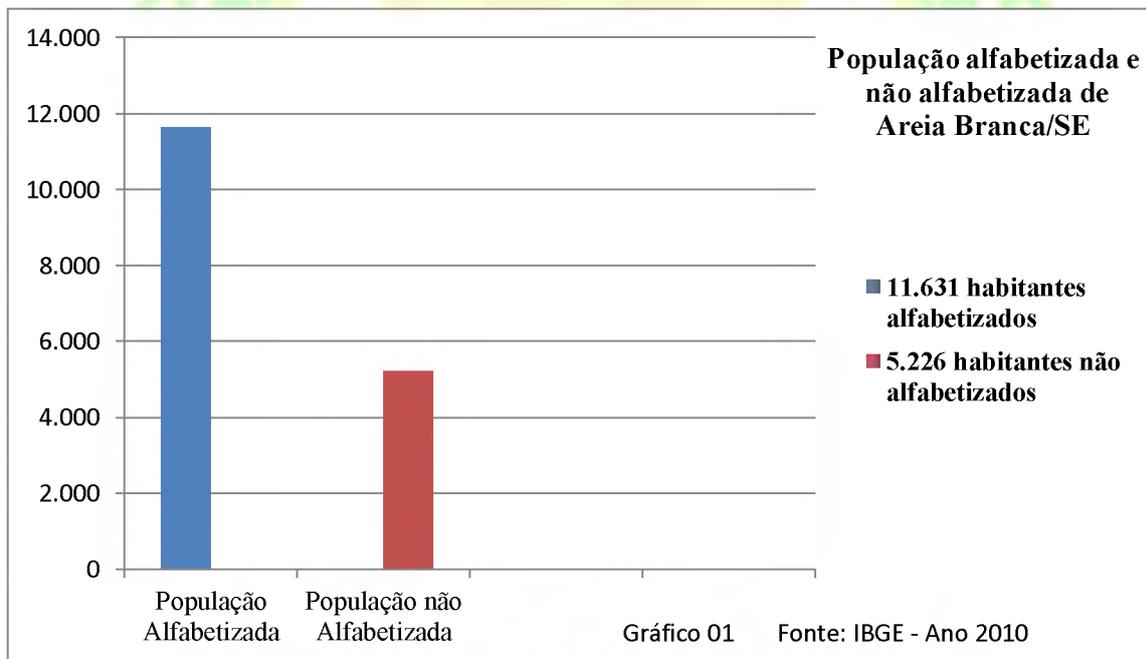
B - ENSINO FUNDAMENTAL

1. O Ensino Fundamental no Município de Areia Branca-SE

⁴Luiz Carlos dos Santos

1.1 DIAGNÓSTICO:

O município de Areia Branca fica localizado a 36 km da capital do Estado de Sergipe, Aracaju. Segundo o censo demográfico do IBGE do ano de 2010, a população alfabetizada somava um total de 11.631 pessoas residentes no município.



A matrícula realizada no ano 2012 somava 3.570 crianças atendidas nos estabelecimentos escolares do município segundo o INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais/ Censo Escolar. Na rede de ensino municipal de Areia Branca conta com total de 19 unidades de ensino que vai da creche até o ensino fundamental de nove anos. Observe:

⁴ Pós-graduado em História e Cultura da África e Afrobrasileira; Licenciado em História; Professor da Rede Municipal; Responsável pela Sistematização do Ensino Fundamental do PME/Areia Branca.

Unidades de Ensino	Total
Ensino Fundamental de nove anos	15
Creches	03
Pré-escolar	01

Tabela 11: Unidades Municipais 2014 Fonte: SMEAB de Areia

O SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica do Ministério da Saúde que realiza pesquisa no tocante a moradia e saneamento básico da família brasileira. Revela dados educacionais que são gerados a partir do trabalho das equipes de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde, que fazem, não somente, o cadastramento das famílias e identificação da situação de saneamento e moradia, como também o acompanhamento mensal da situação de saúde de cada família cadastrada.

De acordo com o SIAB Areia Branca apresenta o seguinte quadro na área da educação em relação à criança de 6 a 14 anos de idade:

Ano de pesquisa	Nº de crianças nas escolas	Nº total de crianças no município	Nº de crianças não atendidas pela educação municipal
2013	2.248	2.729	- 481
2012	2.371	2.773	- 402
2011	2.356	2.844	- 488

Tabela 12 Nota: Para cálculo da percentagem da população entre 06 e 14 anos na escola, a pesquisa divide o número de crianças na escola, pelo total de crianças abrangidas pelas famílias cadastradas no SIAB.

O mesmo órgão apresentou o número de matrícula anual em Areia Branca na rede municipal de ensino:

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL
2013	3.301
2012	3.366
2011	3.341

Tabela 13 Fonte: SIAB/ junho de 2013

O INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais no Censo Escolar do ano de 2011 até 2013 traz no seu diagnóstico a taxa de matrícula no Ensino Fundamental.

TAXA DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

ANO	TAXA %
2013	-1,75%
2012	0,75%
2011	2,20%

Tabela 14 - Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais/ Censo Escolar

Matrículas no Ensino Fundamental - Estadual e Municipal - em Relação ao Total de Matrículas nas Escolas Públicas

ANO	MUNICIPAL	ESTADUAL
2013	90,31%	9,69%
2012	89,22%	10,79%
2011	88,42%	11,58%

Tabela 15 Fonte: INEP/ Censo Escolar

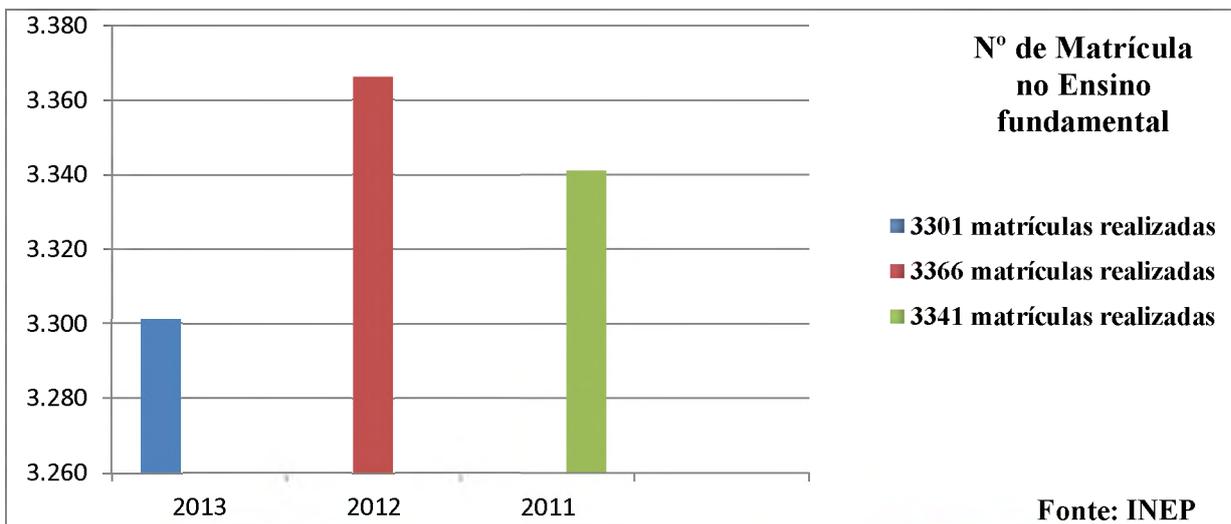


Gráfico 02 Fonte: INEP

Matrículas nos Anos Iniciais e Finais em Relação ao Total de Matrículas no Ensino Fundamental

ANO	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
2013	60,04%	39,96%
2012	57,96%	42,04%
2011	56,51%	43,49%

Tabela 16 Fonte: Elaborada pelo autor

1.2 Ensino Fundamental: um breve olhar Histórico

Com o fim do Regime Militar (1985), o Congresso Nacional deu início ao processo da elaboração da Nova Constituição Federal. Na Constituinte, instalada em fevereiro de 1987, o Fórum Nacional de Defesa da Escola pública teve uma participação de destaque ao defender que suas propostas fossem incorporadas no capítulo da Constituição referente à educação [...], o que se conseguiu quase totalmente (SAVIANI, 1997, p. 35).

A Constituição Federal de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, reconheceu vários direitos sociais, com consequentes ganhos para o campo da educação. No caso do Ensino Fundamental, particularmente, o texto de 1988, além de atribuir-lhe nova nomenclatura, explícita, no inciso I do artigo 208, o direito de todos os brasileiros a este nível de ensino, ao afirma que o dever do estado com a educação será efetivado com a garantia de: “I – Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Conforme o entendimento de Oliveira (2007, p 24), tal dispositivo constitucional avança em relação ao texto que 1967-1969, “que especificava a gratuidade e a obrigatoriedade apenas aos de 7 a 14 anos”, estendendo o dever do Estado também aqueles que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental na idade própria.

Em sintonia com o disposto no artigo 211 da Constituição Federal a LDB ao definir as incumbências das esferas administrativas na organização da educação nacional (título IV), afirma que os Estados devem “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio” (inciso VI, artigo 10), e os Municípios devem “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade o ensino fundamental [...]”.

Após as duas alterações sofridas (Leis 11.114/05 e 11.274/06), a LDB/96, no seu artigo 32 definiu o ensino fundamental como obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, cujo prazo (2010) concedido aos sistemas de ensino para se adaptarem esta orientação.

Etapa obrigatória e gratuita da educação básica e com duração de nove anos, iniciada aos seis anos de idade, o ensino fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo (inciso I), a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que fundamenta a sociedade (inciso II), o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores (inciso III), e o fortalecimento dos vínculos familiares, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (inciso IV).

1.3 Diagnóstico das Unidades de Ensino Fundamental do Município de Areia Branca/SE

O presente diagnóstico tem como principal meta observar de forma mais aprofundada e crítica à realidade das escolas do Município de Areia Branca/SE. Nesse preciso momento é interessante apontar nesse diagnóstico as nuances que implicam numa educação social e cidadã de qualidade aos filhos de Areia Branca. Tendo como ponto de partida, será diagnosticada escola por escola nos diferentes itens relacionados ao número de alunos nos últimos anos, matrícula inicial e final, número de aprovados e reprovados, de alunos que abandonaram a escola e as suas respectivas taxas que servirão para a amostragem de gráficos.

Sua base temporal histórica será os anos de 2011, 2012 e 2013, onde serão interpretados os números relativos à educação do município.

Um diagnóstico preciso da situação do ensino fundamental no Município tem como pressuposto verificar se os direitos constitucionais, garantidos na Constituição Federal de 1988 (CF/88), em especial nos artigos 205 a 208, estão sendo perseguidos pelas políticas educacionais implementadas no país pelo Poder Público. A CF/88 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, e declara como princípios do ensino não só a igualdade de condições de acesso e permanência, mas a correspondente obrigação de oferta de uma escola com um padrão de qualidade, que possibilite a todos os brasileiros e brasileiras – pobres ou ricos, do sul ou do norte, negro ou branco, homem ou mulher – cursar uma escola com boas condições de funcionamento e de competência educacional, em termos de pessoal, material, recursos financeiros e projeto pedagógico, que lhes permita identificar e reivindicar a “escola de qualidade comum” de direito de todos os cidadãos.

Por essa razão, a gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais (IV, art. 206) deve ser entendida não só como a matrícula “potencial” – a vaga em “alguma” escola –, mas como a tradução do oferecimento das condições “plenas” que permitam a todos os alunos a sua frequência regular à escola, o que exige por parte das esferas públicas – pela desigualdade social extrema mantida intacta no país – recursos materiais e financeiros “compensatórios”, colocados à disposição para que a *igualdade-desigual*

seja estabelecida e a “permanência” dos mais pobres e marginalizados seja possível, com mínimas – mas insubstituíveis – condições de igualdade pedagógica e social⁵.



⁵ O Ensino Fundamental no Brasil: Avanços, Perplexidades e Tendências
Lisete Regina Gomes Arelaro.

Tabelas e gráficos por escolas

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ROMÃO DO NASCIMENTO

TURNO: DIURNO E NOTURNO

ZONA: URBANA

LOCALIDADE: SEDE

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA ANO 2013

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
5º	39	09	48	05	-	43	38	05	78,1%	10,4%	10,4%
6º	234	07	241	28	11	202	98	104	42,6%	45,2%	12,1%
7º	160	23	183	15	08	160	98	62	56%	35,4%	8,5%
8º	150	08	158	25	04	129	105	24	68,1%	15,5%	16,2%
9º	178	06	184	20	10	154	105	49	60,3%	28,1%	11,4%
6º AO 9º Total	722	44	766	88	33	645	406	239	55,3%	32,6%	12%
5º ao 9º Total	761	53	814	93	33	688	444	244	54,9%	30,1%	11,5%

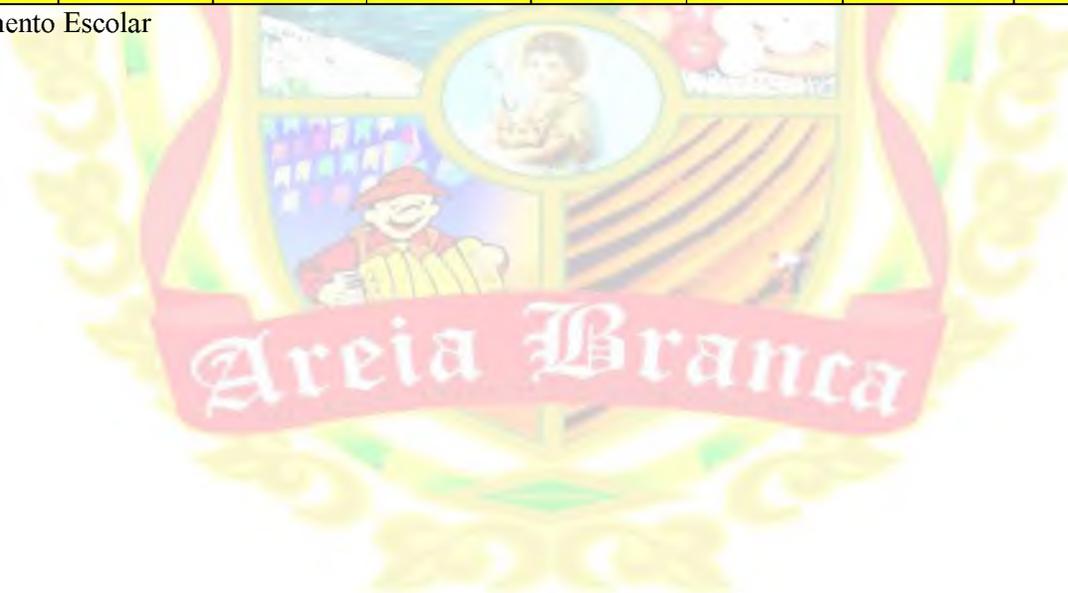
Tabela 17 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

Areia Branca

**QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA
ANO 2012**

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
5º	154	-	154	07	08	139	99	40	67,9%	27,3%	4,7%
6º	244	-	244	32	15	197	84	113	36,6%	49,3%	14%
7º	235	01	236	20	09	207	138	69	60,8%	30,3%	8,8%
8º	202	-	202	19	08	175	151	24	77,9%	12,3%	9,7%
9º	142	-	142	32	06	104	99	05	72,8%	3,6%	23,5%
6º AO 9º Total	823	01	824	103	38	684	472	211	60,1%	26,8%	13,1%
5º ao 9º Total	977	01	978	110	46	823	571	251	61,2%	26,9%	11,8%

Tabela 18 Fonte: Ata de Rendimento Escolar



**QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA
ANO 2011**

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	102	-	102	05	02	95	95	-	95%	-	5%
2º ano	158	-	158	05	10	143	90	53	60,8%	35,8%	3,3%
3º ano	127	-	127	09	09	109	93	16	78,8%	13,5%	7,6%
4º ano	137	-	137	12	07	118	88	30	67,6%	23%	9,3%
5º ano	119	-	119	12	13	94	60	34	56,6%	32%	11,3%
Total do 1º ao 5º	643	-	643	43	42	559	426	133	70,8%	22,1%	7,1%
6º ano	319	-	319	48	27	245	153	92	52,2%	31,5%	16,3%
7º ano	247	-	247	22	17	208	142	66	61,8%	28,6%	9,5%
8º ano	192	-	192	43	05	144	100	44	53,4%	23,5%	23%
9º ano	142	-	142	35	-	107	83	24	58,4%	16,9%	24,6%
6º ao 9º Total	900	-	900	148	49	704	478	226	56,1%	26,5%	17,3%
1º ao 9º Total	1.543	-	1.543	191	91	1.263	904	359	62,2%	24,7%	13,1%

Tabela 19 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL CÉLIA FRANCO DA COSTA PRADO**TURNO: DIURNO****ZONA: RURAL****LOCALIDADE: POVOADO PEDRINHAS****QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA****ANO 2013**

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	41	03	44	-	01	43	43	-	%	%	%
2º ano	79	05	84	01	02	81	81	-	%	%	%
3º ano	48	03	51	03	01	47	47	-	%	%	%
4º ano	34	05	39	03	02	34	28	06	%	%	%
5º ano	69	-	69	06	04	59	45	14	%	%	%
Total do 1º ao 5º	271	16	287	13	10	264	244	20	%	%	%
6º ano	46	01	47	06	04	37	12	25	%	%	%
7º ano	44	02	46	05	01	40	15	25	%	%	%
8º ano	34	-	34	04	04	26	18	08	%	%	%
9º ano	35	-	35	03	-	32	23	09	%	%	%
6º ao 9º Total	159	03	162	18	09	135	68	67	%	%	%
1º ao 9º Total	430	19	449	31	19	399	312	87	%	%	%

Tabela 20 Fonte: Ata de Rendimento Escola

ESCOLA MUNICIPAL CÉLIA FRANCO DA COSTA PRADO

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO PEDRINHAS

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2012

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	33	02	35	01	02	32	32	-	96,9%	-	3%
2º ano	79	02	81	01	03	77	32	45	41%	57,6%	1,3%
3º ano	43	02	45	-	01	44	29	15	65,9%	34%	-
4º ano	45	04	49	01	02	46	39	07	83%	14,8%	2,1%
5º ano	42	01	43	05	03	35	15	20	37,5%	50%	12,5%
Total do 1º ao 5º	242	11	253	08	11	234	147	87	60,7%	35,9%	3,3%
6º ano	75	05	80	08	05	67	41	26	54,7%	34,6%	10,6%
7º ano	28	02	30	01	-	29	26	03	86,6%	10%	3,3%
8º ano	43	-	43	02	01	40	31	09	73,8%	21,4%	4,7%
9º ano	55	01	56	02	02	52	50	02	92,5%	3,7%	3,7%
6º ao 9º Total	201	08	209	13	08	188	148	40	73,6%	19,9%	6,4%
1º ao 9º Total	443	19	462	21	19	422	295	127	66,6%	28,6%	4,7%

Tabela 21 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL CÉLIA FRANCO DA COSTA PRADO**TURNO: DIURNO****ZONA: RURAL****LOCALIDADE: POVOADO PEDRINHAS****QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA****ANO 2011**

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ano	77	05	82	-	06	76	37	39	48,6%	51,3%	0%
3º ano	31	-	31	01	01	29	24	05	80%	16,6%	3,3%
4º ano	48	-	48	02	-	42	21	21	43,7%	43,7%	12,5%
5º ano	47	01	48	06	-	46	30	16	62,5%	33,3%	4,1%
Total do 1º ao 5º	203	06	209	09	07	193	112	81	54,4%	40%	4,5%
6º ano	72	08	80	08	05	67	23	44	30,7%	58,6%	10,6%
7º ano	48	-	48	01	01	46	38	08	80,8%	17%	2,1%
8º ano	59	02	61	-	01	60	52	08	86,6%	13,3%	0%
9º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6º ao 8º Total	179	10	189	09	07	173	113	60	62%	33%	4,9%
1º ao 8º Total	382	16	398	18	14	366	225	141	58,5%	36,8%	4,6%

Tabela 22 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO LOURENÇO DA SILVA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO BOQUEIRÃO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2013

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	08	01	09	-	01	08	08	-	100%	0%	0%
2º ano	05	-	05	-	-	05	05	-	100%	0%	0%
3º ano	05	-	05	-	-	05	05	-	100%	0%	0%
4º ano	10	-	10	-	-	10	10	-	100%	0%	0%
5º ano	15	-	15	-	-	15	15	-	100%	0%	0%
<i>Total do 1º ao 5º</i>	43	01	44	-	01	43	43	-	100%	0%	0%
6º ano	36	01	37	01	01	35	19	16	52,8%	44,4%	2,7%
7º ano	21	-	21	01	-	20	119	01	90,5%	4,7%	4,7%
8º ano	23	-	23	-	-	23	23	-	100%	0%	0%
9º ano	25	-	25	-	03	22	22	-	100%	0%	0%
<i>6º ao 9º Total</i>	105	01	106	02	04	100	183	17	81,4%	16,6%	1,9%
<i>1º ao 9º Total</i>	148	02	150	02	05	143	126	17	86,9%	11,7%	1,3%

Tabela 22 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO LOURENÇO DA SILVA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO BOQUEIRÃO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2012

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	05	01	06	-	01	05	05	-	100%	-	-
2º ano	05	-	05	-	-	05	05	-	100%	-	-
3º ano	13	-	13	-	02	11	10	01	90,9%	9%	-
4º ano	17	-	17	-	01	16	16	-	100%	-	-
5º ano	07	-	07	-	01	06	06	-	100%	-	-
Total do 1º ao 5º	47	01	48	-	05	43	42	01	97,6%	2,3%	-
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 24 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO LOURENÇO DA SILVA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO BOQUEIRÃO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2011

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ano	12	-	12	01	-	11	10	01	83,3%	8,3%	8,3%
3º ano	20	-	20	-	-	20	17	03	85%	15%	-
4º ano	06	-	06	-	-	06	06	-	100%	-	-
5º ano	10	-	10	01	-	09	07	02	70%	20%	10%
Total do 1º ao 5º	48	-	48	02	-	46	46	06	83,3%	12,5%	4,1%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 25 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ INÁCIO DA FONSECA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO JUNCO

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2013

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	20	-	20	-	01	19	-	-	100%	0%	0%
2º ano	27	01	28	-	03	25	-	-	100%	0%	0%
3º ano	24	02	26	-	02	24	-	-	100%	0%	0%
4º ano	22	01	23	-	-	23	05	05	78,2%	21,7%	0%
5º ano	21	02	23	03	02	18	04	04	66,7%	19%	14,2%
<i>Total do 1º ao 5º</i>	114	06	120	03	08	109	09	09	89,3%	8%	2,6%
6º ano	53	01	54	08	03	43	27	27	31,3%	53%	15,6%
7º ano	38	03	41	07	01	33	21	21	30%	52,5%	17,5%
8º ano	43	-	43	04	02	37	15	15	53,7%	36,5%	9,7%
9º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6º ao 9º <i>Total</i>	134		138	06	06	112	63	63	37,9%	47,7%	14,3%
1º ao 9º <i>Total</i>	248		258	14	14	222	72	72	61,4%	29,5%	9%

Tabela 26 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ INÁCIO DA FONSECA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO JUNCO

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2012

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	22	01	23	-	05	18	18	-	100%	-	-
2º ano	31	01	32	01	03	28	18	10	62,1%	34,4%	3,4%
3º ano	29	-	29	-	06	23	18	05	78,2%	21,7%	-
4º ano	21	-	21	-	01	20	18	02	90%	10%	-
5º ano	22	02	24	-	01	23	19	04	82,6%	17,3%	-
Total do 1º ao 5º	125	04	129	01	16	112	91	21	80,5%	18,5%	1%
6º ano	51	02	53	10	02	41	26	15	50,9%	29,4%	19,6%
7º ano	39	-	39	03	01	35	31	04	81,6%	10,5%	7,8%
8º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6º ao 9º Total	90	02	92	13	03	76	57	19	64%	21,3%	14,6%
1º ao 9º Total	215	06	221	14	19	188	148	40	73,2%	19,8%	6,9%

Tabela 27 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ INÁCIO DA FONSECA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO JUNCO

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2011

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	20	-	20	-	01	19	19	-	100%	0%	0%
2º ano	27	01	28	-	03	25	25	-	100%	0%	0%
3º ano	24	02	26	-	02	24	24	-	100%	0%	0%
4º ano	22	01	23	-	-	23	18	05	78,2%	21,7%	0%
5º ano	21	02	120	03	02	18	14	04	66,7%	19%	14,2%
<i>Total do 1º ao 5º</i>	114	06	54	03	08	109	100	09	89,3%	8%	2,6%
6º ano	53	01	41	08	03	43	16	27	31,3%	53%	15,6%
7º ano	38	03	43	07	01	33	12	21	30%	52,5%	17,5%
8º ano	43	-	-	04	02	37	22	15	53,7%	36,5%	9,7%
9º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>6º ao 9º Total</i>	134	04	138	19	06	112	50	63	37,9%	47,7%	14,3%
<i>1º ao 9º Total</i>	248	10	258	22	14	222	150	72	61,4%	29,5%	9%

Tabela 28 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL FÉLIZ MADUREIRA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO CAJUEIRO

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2013

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	07	01	08	-	01	07	07	-	100%	0%	0%
2º ano	12	01	13	-	01	12	12	-	100%	0%	0%
3º ano	18	-	18	-	01	17	17	-	100%	0%	0%
4º ano	18	-	18	02	-	16	09	07	50%	38,8%	11,1%
5º ano	09	-	09	-	-	09	07	02	77,7%	22,2%	-
Total do 1º ao 5º	64	02	66	02	03	61	52	09	82,6%	14,2%	3,1%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 29 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL FÉLIZ MADUREIRA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO CAJUEIRO

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2012

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	06	-	06	-	-	06	06	-	100%	-	-
2º ano	22	-	22	-	01	21	11	10	52,3%	47,6%	-
3º ano	16	01	17	-	02	15	10	05	66,6%	33,3%	-
4º ano	15	-	15	02	-	13	08	05	53,3%	33,3%	13,3%
5º ano	08	01	09	-	-	09	07	02	77,7%	22,2%	-
Total do 1º ao 5º	67	02	69	02	03	64	42	22	63,6%	33,3%	3%
6º ano	41	01	42	03	03	36	19	17	48,8%	43,5%	7,6%
7º ano	38	03	41	10	01	30	18	12	45%	30%	25%
8º ano	24	01	25	-	01	24	22	02	91,6%	8,3%	-
9º ano	20	01	21	03	01	17	17	-	85%	-	15%
6º ao 9º Total	123	06	129	16	06	107	76	31	61,7%	25,2%	13%
1º ao 9º Total	190	08	198	18	09	171	118	53	62,4%	28%	9,5%

Tabela 30 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL FÉLIZ MADUREIRA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO CAJUEIRO

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2011

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ano	26	-	26	01	-	25	13	12	50%	46,1%	3,8%
3º ano	15	-	15	-	01	14	10	04	71,4%	28,5%	-
4º ano	11	-	11	-	01	10	07	03	70%	30%	-
5º ano	14	-	14	01	-	13	13	-	92,8%	-	7,1%
Total do 1º ao 5º	66		66	02	02	62	43	19	67,1%	29,6%	3,2%
6º ano	44	-	44	05	01	38	30	08	69,7%	18,6%	11,6%
7º ano	35	-	35	05	-	30	23	07	65,7%	20,0%	14,2%
8º ano	21	01	22	02	-	20	20	-	90,9%	-	9%
9º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6º ao 9º Total	100	01	101	12	01	88	73	15	73%	15%	12%
1º ao 9º Total	166	01	167	14	03	150	116	34	70,7%	20,7%	8,5%

Tabela 31 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JOSEFA INOCÊNCIA DOS SANTOS

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: SEDE

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2013

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	124	08	132	06	08	118	118	-	95,1%	-	4,8%
2º ano	205	09	214	07	17	190	190	-	96,4%	-	3,5%
3º ano	126	09	135	05	10	120	120	-	96%	-	4%
4º ano	127	10	137	03	14	120	92	28	74,8%	22,7%	2,4%
5º ano	136	09	145	05	17	123	114	09	89%	7%	3,9%
Total do 1º ao 5º	718	45	763	26	66	671	634	37	90,9%	5,3%	3,7%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 32 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JOSEFA INOCÊNCIA DOS SANTOS

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: SEDE

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2012

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	120	10	130	04	08	118	118	-	96,7%	-	3,3%
2º ano	154	08	162	06	08	148	87	61	56,5%	39,6%	3,9%
3º ano	132	10	142	04	07	131	110	21	81,5%	15,5%	3%
4º ano	147	06	153	07	10	136	132	04	92,3%	2,8%	4,9%
5º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do 1º ao 5º	553	37	587	21	33	533	447	86	80,7%	15,5%	3,8%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 33 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL MARIA VANIRA RODRIGUES PEREIRA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO COLÔNIA SÃO PAULO

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2013

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	14	-	14	-	03	11	11	-	100%	0%	0%
2º ano	18	01	19	02	03	14	14	-	87,5%	0%	12,5%
3º ano	21	01	22	02	02	18	18	-	90%	0%	10%
4º ano	14	-	14	-	02	12	12	-	100%	0%	0%
5º ano	15	-	15	-	04	11	11	-	100%	0%	0%
Total do 1º ao 5º	82	02	84	04	14	66	66	-	94,2%	0%	5,7%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 34 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL MARIA VANIRA RODRIGUES PEREIRA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO COLÔNIA SÃO PAULO

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2012

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	07	01	08	-	01	07	07	-	100%	-	-
2º ano	30	01	31	-	06	25	14	11	56%	44%	-
3º ano	15	-	15	-	03	12	09	03	75%	25%	-
4º ano	14	01	15	-	02	13	11	02	84,6%	15,3%	-
5º ano	12	-	12	-	04	08	07	01	87,5%	12,5%	-
Total do 1º ao 5º	78	03	81	-	14	65	48	17	73,8%	26,1%	-
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 35 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL MARIA VANIRA RODRIGUES PEREIRA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO COLÔNIA SÃO PAULO

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2011

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	07	01	08	-	01	07	07	-	100%	-	-
2º ano	30	01	31	-	06	25	14	11	56%	44%	-
3º ano	15	-	15	-	03	12	09	03	75%	25%	-
4º ano	14	01	15	-	02	13	11	02	84,6%	15,3%	-
5º ano	12	-	12	-	04	08	07	01	87,5%	12,5%	-
<i>Total do 1º ao 5º</i>	78	03	81	-	14	65	48	17	73,8%	26,1%	-
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º <i>Total</i>									%	%	%
1º ao 9º <i>Total</i>									%	%	%

Tabela 36 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL IDÁLIA TAVARES DE ALMEIDA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO GUIDINHA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2013

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ano	43	-	43	01	02	40	26	14	63,4%	34,1%	2,4%
3º ano	35	-	35	02	02	31	23	08	69,7%	24,2%	6%
4º ano	27	-	27	01	01	25	22	03	84,6%	11,5%	3,8%
5º ano	30	-	30	02	-	28	16	12	53,3%	40%	6,6%
Total do 1º ao 5º	135	-	135	06	05	124	87	37	66,9%	28,4%	4,6%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 37 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL IDÁLIA TAVARES DE ALMEIDA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO GUIDINHA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2012

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	19	-	19	-	02	17	17	-	100%	0%	0%
2º ano	44	-	44	02	06	36	36	-	94,7%	0%	5,2%
3º ano	37	-	37	01	01	35	35	-	87,2%	0%	2,7%
4º ano	32	-	32	02	03	27	26	01	89,7%	3,4%	6,8%
5º ano	30	-	30	05	-	25	24	01	80%	3,3%	16,6%
Total do 1º ao 5º	162	-	162	10	12	140	138	02	92%	1,3%	6,6%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 38 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL IDÁLIA TAVARES DE ALMEIDA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO GUIDINHA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2011

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	27	-	27	-	-	27	27	-	100%	-	-
2º ano	45	-	45	01	04	40	28	12	68,3%	29,2%	2,4%
3º ano	33	-	33	-	01	32	22	10	68,7%	31,2%	-
4º ano	30	-	30	-	01	29	22	07	75,8%	24,1%	-
5º ano	29	-	29	02	03	24	21	03	80,8%	11,5%	7,6%
Total do 1º ao 5º	164	-	164	03	09	152	120	32	77,4%	20,6%	1,9%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 39 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ LINO DOS SANTOS

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO RIO DAS PEDRAS

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2013

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	12	-	12	-	01	11	11	-	100%	0%	0%
2º ano	23	-	23	01	04	18	18	-	94,7%	0%	5,2%
3º ano	20	-	20	-	-	20	20	-	100%	0%	0%
4º ano	13	-	13	02	-	11	09	02	69,3%	15,3%	15,3%
5º ano	16	01	17	01	-	16	14	02	82,4%	11,7%	5,8%
Total do 1º ao 5º	84	01	85	04	05	76	72	04	90%	5%	5%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 40 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ LINO DOS SANTOS

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO RIO DAS PEDRAS

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2012

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	16	03	19	-	01	18	18	-	100%	-	-
2º ano	35	-	35	02	03	30	22	08	68,7%	25%	6,2%
3º ano	17	01	18	02	02	14	13	01	81,2%	6,2%	12,5%
4º ano	23	-	23	01	02	20	16	04	76,1%	19%	4,8%
5º ano	09	-	09	01	-	08	06	02	66,6%	22,2%	11,1%
<i>Total do 1º ao 5º</i>	100	04	104	06	08	90	75	15	78,1%	15,6%	6,2%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º <i>Total</i>									%	%	%
1º ao 9º <i>Total</i>									%	%	%

Tabela 41 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ LINO DOS SANTOS

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO RIO DAS PEDRAS

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2011

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ano	25	-	25	02	01	22	11	11	45,8%	45,8%	8,3%
3º ano	13	01	14	-	-	14	12	02	%85,7	14,2%	-
4º ano	12	-	12	01	02	09	04	05	40%	50%	10%
5º ano	11	-	11	-	01	10	08	02	80%	20%	-
Total do 1º ao 5º	61	01	62	03	04	55	35	20	60,4%	34,4%	5,1%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 42 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL MANOEL FRANCISCO GOMES

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO CHICO GOMES

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2013

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	08	-	08	-	02	06	06	-	100%	0%	0%
2º ano	15	-	15	-	07	08	08	-	100%	0%	0%
3º ano	12	-	12	-	01	11	11	-	100%	0%	0%
4º ano	10	-	10	-	-	10	08	02	80%	20%	0%
5º ano	06	-	06	-	-	06	06	-	100%	0%	0%
<i>Total do 1º ao 5º</i>	51	-	51	-	10	41	39	02	95,1%	4,8%	0%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
<i>6º ao 9º Total</i>									%	%	%
<i>1º ao 9º Total</i>									%	%	%

Tabela 43 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL MANOEL FRANCISCO GOMES

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO CHICO GOMES

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2012

ANO	MATR. INICIAL	APOS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FIN07AL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	07	-	07	-	-	07	07	-	100%	-	-
2º ano	19	03	22	-	03	19	09	10	47,3%	52,6%	-
3º ano	11	-	11	01	01	09	07	02	70%	20%	10%
4º ano	09	01	10	01	01	08	05	03	55,5%	33,3%	11,1%
5º ano	13	01	14	-	03	11	10	01	9,9%	9%	-
Total do 1º ao 5º	59	05	64	02	08	54	38	16	67,9%	28,5%	3,5%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 44 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL MANOEL FRANCISCO GOMES

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO CHICO GOMES

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2011

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ano	20	01	21	-	02	19	07	12	36,8%	63,1%	-
3º ano	14	-	14	-	02	12	09	03	75%	25%	-
4º ano	11	-	11	-	02	09	09	-	100%	0%	-
5º ano	07	-	07	-	01	6	06	-	100%	0%	-
Total do 1º ao 5º	52	01	52	-	07	46	31	15	67,3%	32,6%	-
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 45 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL RUFINO JOSÉ SANTANA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO SERRA COMPRIDA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2013

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	02	01	03	-	-	03	03	-	100%	0%	0%
2º ano	13	-	13	-	02	11	11	-	100%	0%	0%
3º ano	07	01	08	-	01	07	07	-	100%	0%	0%
4º ano	04	-	04	-	01	03	03	-	100%	0%	0%
5º ano	09	-	09	01	-	08	07	01	77,7%	11,1%	11,1%
<i>Total do 1º ao 5º</i>	36	02	37	01	04	32	31	01	93,9%	3%	3%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º <i>Total</i>									%	%	%
1º ao 9º <i>Total</i>									%	%	%

Tabela 46 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL RUFINO JOSÉ SANTANA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO SERRA COMPRIDA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2012

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	10	03	13	-	01	12	12	-	100%	-	-
2º ano	03	-	03	-	-	03	03	-	100%	-	-
3º ano	07	-	07	-	-	07	06	01	85,7%	14,2%	-
4º ano	zero	02	02	-	-	02	02	-	100%	-	-
5º ano	05	-	05	-	-	05	04	01	80%	20%	-
Total do 1º ao 5º	25	05	30	-	01	29	27	02	93,1%	6,8%	-
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 47 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL RUFINO JOSÉ SANTANA

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO SERRA COMPRIDA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2011

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ano	08	-	08	01	-	07	07	-	87,2%	-	12,5%
3º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4º ano	04	-	04	-	-	04	04	-	100%	-	-
5º ano	09	-	09	-	-	09	09	-	100%	-	-
Total do 1º ao 5º	21	-	21	01	-	20	20	-	95,2%	-	4,7%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 48 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL JOÃO ANTÔNIO DOS PASSOS

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO CANJINHA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2013

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	09	01	10	-	01	09	09	-	100%	0%	0%
2º ano	08	02	10	-	-	10	10	-	100%	0%	0%
3º ano	08	01	09	-	01	08	08	-	100%	0%	0%
4º ano	15	-	15	-	01	14	14	-	100%	0%	0%
5º ano	07	-	07	-	01	06	06	-	100%	0%	0%
Total do 1º ao 5º	47	04	51	-	04	47	47	-	100%	0%	0%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 49 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL JOÃO ANTÔNIO DOS PASSOS

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO CANJINHA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2012

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	04	-	04	-	-	04	04	-	100%	-	-
2º ano	09	-	09	-	01	08	04	04	50%	50%	-
3º ano	13	-	13	-	-	13	12	01	92,3%	7,6%	-
4º ano	10	-	10	-	-	10	06	04	60%	40%	-
5º ano	07	-	07	-	-	07	07	-	100%	-	-
Total do 1º ao 5º	43	-	43	-	01	42	33	09	78,5%	21,4%	-
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 50 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL JOÃO ANTÔNIO DOS PASSOS

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO CANJINHA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2011

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ano	16	-	16	-	01	15	15	-	100%	-	-
3º ano	08	01	09	-	-	09	09	-	100%	-	-
4º ano	10	-	10	-	01	09	07	02	77,7%	22,2%	-
5º ano	07	-	07	-	-	07	07	-	100%	-	-
Total do 1º ao 5º	41	01	42	-	02	40	38	02	95%	5%	-
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 51 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MARTINS DOS SANTOS

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO CAROBA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2013

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	10	-	10	-	01	09	09	-	100%	0%	0%
2º ano	16	-	16	-	03	13	13	-	100%	0%	0%
3º ano	05	01	06	-	-	06	06	-	100%	0%	0%
4º ano	07	-	07	-	-	07	05	02	71,4%	28,5%	0%
5º ano	08	-	08	-	02	06	05	01	83,3%	16,6%	0%
Total do 1º ao 5º	46	01	47	-	06	41	38	03	92,6%	7,3%	0%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 52 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MARTINS DOS SANTOS

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO CAROBA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2012

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	10	01	11	-	-	11	11	-	100%	-	-
2º ano	10	01	11	-	-	11	06	05	54,5%	54,5%	-
3º ano	08	01	09	-	01	08	06	02	75%	25%	-
4º ano	06	01	07	-	01	06	06	-	100%	-	-
5º ano	07	-	07	-	-	07	07	-	100%	-	-
Total do 1º ao 5º	41	04	45	-	02	43	36	07	83,7%	16,2%	-
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 53 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MARTINS DOS SANTOS

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO CAROBA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2011

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ano	14	-	14	-	01	13	08	05	61,5%	38,4%	-
3º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4º ano	11	-	11	-	01	10	05	05	50%	50%	-
5º ano	12	-	13	-	01	11	09	02	81,8%	18,1%	-
Total do 1º ao 5º	37	-	37	-	03	34	22	12	64,7%	35,2%	-
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 54 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADO EUVALDO DINIZ GONÇALVES

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO MANILHA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2013

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	11	-	11	01	-	10	10	-	90,9%	0%	9%
2º ano	29	-	29	-	01	28	28	-	100%	0%	0%
3º ano	12	-	12	-	01	11	11	-	100%	0%	0%
4º ano	21	-	21	01	-	20	20	-	95,2%	0%	4,7%
5º ano	12	-	12	-	-	12	12	-	100%	0%	0%
<i>Total do 1º ao 5º</i>	85	-	85	02	02	81	81	-	97,5%	0%	2,4%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º <i>Total</i>									%	%	%
1º ao 9º <i>Total</i>									%	%	%

Tabela 55 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADO EUVALDO DINIZ GONÇALVES

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO MANILHA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2012

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	16	-	16	-	01	15	15	-	100%	-	-
2º ano	24	-	24	01	02	21	11	10	50%	45,4%	4,5%
3º ano	14	01	15	01	-	14	13	01	86,7%	6,6%	6,6%
4º ano	17	-	17	-	-	17	11	06	64,7%	35,2%	-
5º ano	14	-	14	-	-	14	14	-	100%	-	-
Total do 1º ao 5º	85	01	86	02	03	81	64	17	77,1%	20,4%	2,4%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 56 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADO EUVALDO DINIZ GONÇALVES

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO MANILHA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2011

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ano	21	-	21	-	-	21	09	12	42,8%	57,1%	-
3º ano	20	01	21	01	-	20	17	03	81%	14,2%	4,7%
4º ano	23	-	23	-	03	20	17	03	85%	15%	-
5º ano	06	-	06	-	-	06	06	-	100%	-	-
Total do 1º ao 5º	70	01	71	01	03	67	49	18	72%	26,4%	1,5%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 57 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO BOQUEIRÃO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2013

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	12	-	12	-	02	10	10	-	100%	0%	0%
2º ano	19	01	20	-	-	20	20	-	100%	0%	0%
3º ano	14	02	16	-	02	14	14	-	100%	0%	0%
4º ano	12	01	13	-	01	12	11	01	91,6%	8,3%	0%
5º ano	19	-	19	-	-	19	18	01	94,7%	5,2%	0%
Total do 1º ao 5º	76	04	80	-	05	75	73	02	97,3%	%2,6	0%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 58 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO BOQUEIRÃO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2012

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	12	-	12	-	01	11	11	-	100%	-	-
2º ano	21	-	21	01	02	18	12	06	63,2%	31,5%	5,2%
3º ano	10	-	10	01	-	09	09	-	90%	-	10%
4º ano	20	-	20	-	01	19	17	02	89,4%	10,5%	-
5º ano	12	-	12	-	-	12	12	-	100%	-	-
Total do 1º ao 5º	75	-	75	02	04	69	61	08	%85,9	11,2%	2,8%
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 59 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ

TURNO: DIURNO

ZONA: RURAL

LOCALIDADE: POVOADO BOQUEIRÃO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA ESCOLA

ANO 2011

ANO	MATR. INICIAL	APÓS CENSO	MATR. TOTAL	AFAST. POR ABAN.	AFAST. POR TRANSF.	MATRI. FINAL	APROV.	REPROV.	TAXA APROV.	TAXA REPROV.	TAXA ABAN.
1º ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ano	25	-	25	-	05	20	11	09	55%	45%	-
3º ano	15	-	15	-	-	15	14	01	93%	7%	-
4º ano	16	-	16	-	01	15	11	04	73,3%	26,6%	-
5º ano	09	-	09	-	01	08	08	-	100%	-	-
Total do 1º ao 5º	65	-	65	-	07	58	44	14	75,8%	24,1%	-
6º ano									%	%	%
7º ano									%	%	%
8º ano									%	%	%
9º ano									%	%	%
6º ao 9º Total									%	%	%
1º ao 9º Total									%	%	%

Tabela 60 Fonte: Ata de Rendimento Escolar

TABELA DEMONSTRATIVA DOS TRABALHADORES DA ESDUCAÇÃO POR UNIDADE

Nº	INEP	ESCOLA	LOCALIDADE	Nº DE FUNCIONÁRIO
01	28006640	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ LINO DOS SANTOS	POV. RIOS DAS PEDRAS	04
02	28006631	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ INACIO DA FONSECA	POV. JUNCO	06
03	28006674	ESCOLA MUNICIPAL RUFINO JOSÉ DE SANTANA	POV. SERRA COMPRIDA	03
04	28006658	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MARTINS DOS SANTOS	POV. CAROBA	03
05	28006577	ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO LOURENÇO DA SILVA	POV. BOQUEIRÃO II	04
06	28006666	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ROMÃO DO NASCIMENTO	SEDE	19
07	28006615	ESCOLA MUNICIPAL IDÁLIA TAVARES DE ALMEIDA	POV. GUIDINHA	04
08	28006593	ESCOLA MUNICIPAL EUVALDO DINIZ	POV. MANILHA	04
09	2802889	ESCOLA MUNICIPAL MARIA VANIRA RODRIGUES PEREIRA	POV. COLÔNIA SÃO PAULO	03
10	28006690	ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ	POV. AREIAS	04
11	28034120	ESCOLA MUNICIPAL PROF JOSEFA INOCÊNCIO DOS SANTOS	SEDE	08
12	28006623	ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO GOMES	POV. CHICO GOMES	04
13	28006507	ESCOLA MUNICIPAL JOÃO ANOTONIO DOS PASSOS	POV CANJINHA.	03
14	28006585	ESCOLA MUNICIPAL FELIZ MADUREIRA	POV CAJUEIRO	04
15	28027167	ESCOLA MUNICIPAL CÉLIA FRANCO DA COSTA PRADO	POV. PEDRINHAS	03

Tabela 61 Fonte: Elaborada pelo autor

TOTAL: 76 TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

Gráfico de matrícula anual

■ ANO 2011 ■ ANO 2012 ■ ANO 2013

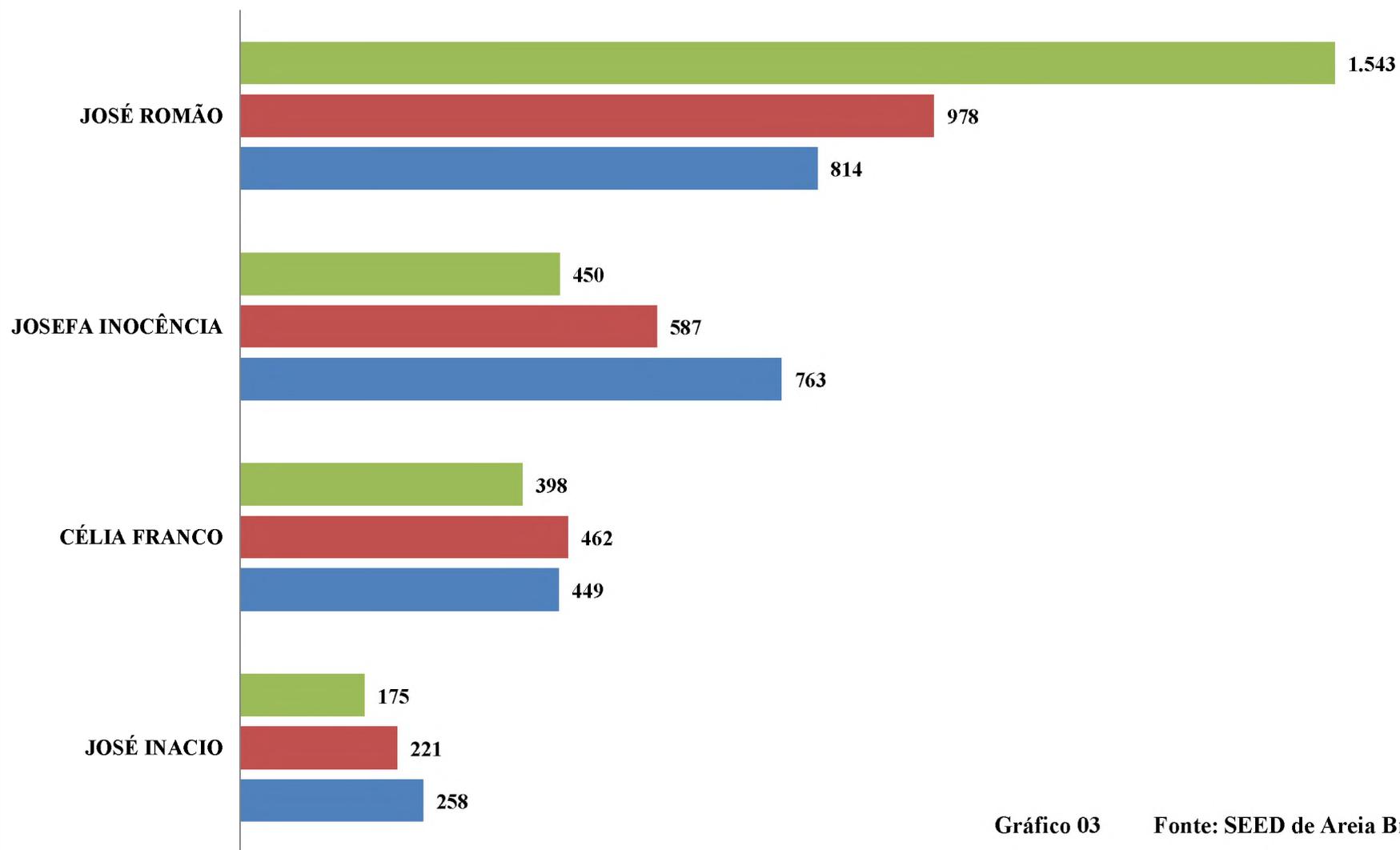


Gráfico 03 Fonte: SEED de Areia Branca/SE

Gráfico de matrícula anual - 02

■ 2014 ■ 2013 ■ 2012

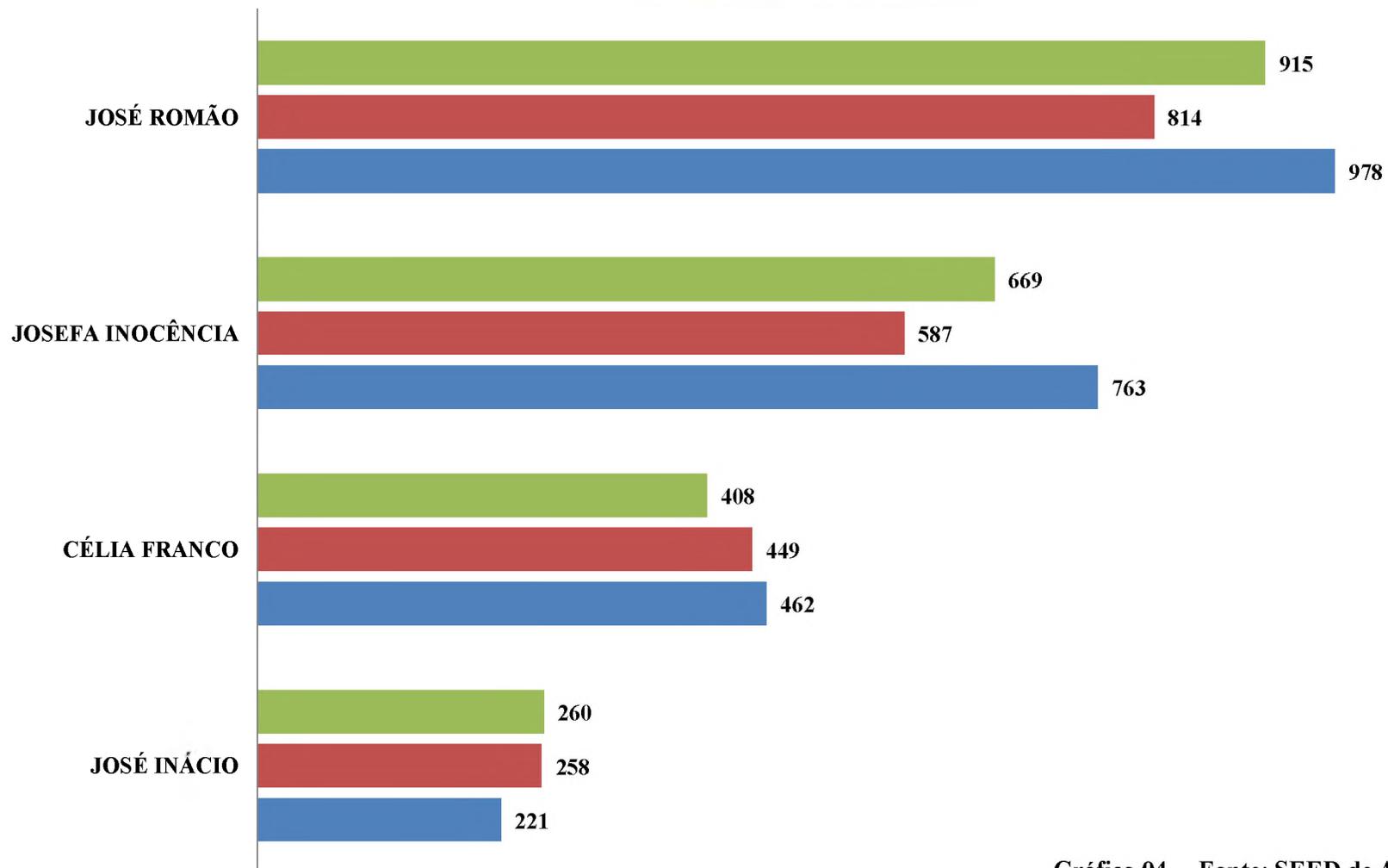


Gráfico 04 Fonte: SEED de Areia Branca/SE

2. METAS E ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

META 1: Universalizar o ensino fundamental de nove anos, no prazo de três anos, a partir da vigência deste PME, para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, desde que esteja apto às habilidades e competências de aprendizagem.

ESTRATÉGIAS:

1.1. O Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, deverá, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedido de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental;

1.2. Pactuar entre União, estados, Distrito Federal e municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

1.3. Criar, regulamentar e implementar no âmbito do sistema de ensino no prazo de um ano da aprovação do PME, mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental para garantir permanência e continuidade dos estudos, ouvindo o fórum municipal de educação, assegurada a equidade da relação professor-aluno, a infraestrutura e as condições materiais.

1.4. Regulamentar no prazo de um ano após a aprovação deste PME, os mecanismos legais de acompanhamento e monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as),

em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

1.5. Realizar permanentemente a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, incluindo a chamada pública a ser realizada anualmente, nos termos do inciso II § 1º do artigo 5º da lei nº 9.394/96; devendo, no prazo de um ano após a aprovação deste PME, ser instituído um colegiado que congregue todos os órgãos públicos responsáveis pela execução desta estratégia.

1.6. Construir coletivamente com a participação comunidade escolar o PPP (Projeto Político Pedagógico) da unidade escolar deverá desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;

1.7. Garantir autonomia no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região por meio da resolução dos conselhos Estadual e Municipal de Educação no 1º ano de vigência do PEE (Plano Estadual de Educação) e PME (Plano Municipal de Educação);

1.8. Garantir os recursos humanos, materiais, físicos e financeiros para que as escolas municipais estabeleçam relações com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

1.9. Viabilizar e incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias, buscando fortalecer as instâncias deliberativas das assembleias e conselhos escolares.

1.10. Estimular e garantir a oferta do ensino fundamental, do 1º ao 9º ano, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades;

1.11. O Fórum Municipal de Educação, em articulação com a Secretaria de Estado da Educação, no prazo de 01 (um) ano após a aprovação deste PME, deverá elaborar e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação proposta de regulamentação e da oferta de formas alternativas o ensino fundamental, por meio da resolução dos conselhos Estadual e Municipal de Educação; garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

1.12. A Secretaria Municipal de Educação deve assegurar as condições materiais e financeiras para que as escolas municipais ofereçam atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

1.13. Disponibilizar e assegurar recursos humanos, materiais e espaços físicos para a realização das atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas municipais em parcerias com as instituições federais de ensino, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

1.14. Fazer Chamada Pública para os estudantes na idade do Ensino Fundamental no 1º ano de vigência do plano, nos termos do inciso II § 1º do artigo 5º da lei nº 9.394/96; devendo, no prazo de um ano após a aprovação deste PME, ser instituído um colegiado que congregue todos os órgãos públicos responsáveis pela execução desta estratégia;

1.15. Utilizar os levantamentos demográficos do IBGE e dados da Secretaria Municipal de Educação para a projeção da matrícula do Ensino Fundamental;

1.16. Mobilizar os Conselhos de Direitos Educacionais, em especial os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, para a propagação dos marcos regulatória, fixando diretrizes curriculares e operacionais voltadas para a educação básica dos residentes no campo;

1.17. Assegurar às escolas municipais que oferta o ensino fundamental, os insumos necessários à estrutura e ao funcionamento das unidades de ensino, cuja referência são os parâmetros nacionais de qualidade, para possibilitar a manutenção permanente dos prédios escolares; a garantia de instalações adequadas e equipadas para

o funcionamento de bibliotecas escolares, dos laboratórios, das quadras poliesportivas cobertas, das salas de aula ventiladas, iluminadas e com mobiliário, das cozinhas, e dos refeitórios; bem como a existências dos recursos e dos materiais pedagógicos de suporte aos processos educativos;

1.18. Estimular e viabilizar a construção conjunta, com a participação efetiva da comunidade escolar, do Projeto Político Pedagógico das Escolas Municipais de Ensino Fundamental na perspectiva de garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME;

1.19. Estabelecer, como meta para o atendimento à demanda do ensino fundamental, o máximo de 25 alunos por classe nos anos iniciais (1º ao 5º ano) e observando para os anos finais (6º ao 9º ano):

a) em 3 anos o máximo de 30 alunos por classe;

b) em 5 anos o máximo de 28 alunos por classe;

c) em 7 anos o máximo de 25 alunos por classe;

META 2: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS:

2.1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

2.2. Instituir instrumentos de avaliação nacional periódico e específico para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e

monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

2.3. Selecionar, certificar e divulgar tecnologia educacional para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

2.4. Garantir o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

2.5. Garantir a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;

2.6. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

2.7. Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

META 3:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Tabela: 62 Fonte: INEP

ESTRATÉGIAS:

3.1 A avaliação sistemática da educação municipal de possibilitar os possíveis rendimentos das ações políticas e pedagógicas no âmbito das instâncias do Sistema Municipal de Educação na perspectiva de:

- a) Realizar diagnósticos, a cada dos anos, a fim de dimensionar as políticas públicas que promovam a qualidade da educação básica em todas as modalidades e etapas de modo que seja avaliado, nos respectivos espaços deliberativos definidos pelo PME, o grau de aproximação ou afastamento dessas políticas educacionais, dos projetos políticos pedagógicos das escolas e práticas pedagógicas;
- b) Possibilitar instrumentos de acompanhamento de controle social sobre a Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Escolas públicas e Privadas do estado, considerando as determinações do PME;
- c) Garantir que o processo de acompanhamento e controle social das políticas públicas seja respeitada a representação dos trabalhadores/as da educação lotados nas unidades de ensino, estudantes, pais, mães e representantes da administração municipal

como sujeitos dos processos avaliativos em todas as instâncias deliberativas do Sistema Municipal de educação;

- d) Garantir que cada unidade escolar municipal realize sua avaliação interna de modo a orientar o redimensionamento das políticas públicas, tendo como parâmetros os seguintes pontos: a adequação das condições das infraestruturais da escola; a possibilidade de recursos materiais existentes na escola; a situação das condições dos/as trabalhadores/as da educação em cada unidade de escolar; as formas e condições de participação da comunidade na vida escolar; o cumprimento dos objetivos do projeto político pedagógico das escolas; e a inserção social da Escola em sua comunidade;
- e) Garantir: o pagamento do reajuste do piso salarial dos professores, anualmente definido pelo MEC, para todos os níveis de carreira do magistério público municipal; a carreira respeitando os níveis de formação e tempo de serviço dos/as trabalhadores/as em educação docentes e funcionários de escola; o cumprimento da legislação educacional ligada à gestão democrática e ao direito social de crianças e adolescentes; a ampliação do investimento para a educação pública municipal chegando, no mínimo, a 28% até 2018 e ampliando esses investimentos para, no mínimo, 30% até o final da vigência do PME de todos os tributos municipais (impostos, taxas e contribuições); a aplicação dos recursos, tendo como parâmetros os meios de elaboração das peças orçamentárias, considerando a demanda orçamentária construída pelas unidades escolares a partir das ações propostas nos seus projetos políticos pedagógicos; as dinâmicas de funcionamento do Sistema a partir das ações da Secretaria de Educação e do Conselho; o cumprimento das metas quantitativas e qualitativas do Plano Municipal de Educação;

3.2. Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitado a diversidade regional, estadual e municipal;

3.3. Assegurar que:

a) haja acompanhamento permanente do fluxo escolar, no âmbito das escolas municipais de ensino fundamental, de modo a corrigir as distorções e superar as práticas de exclusão social da escola, para que no prazo de 5 (cinco) anos alcance 75% e, até o final da vigência deste PME 95% os alunos concluam essa etapa na idade recomendada, adotando ações que garantam as condições físicas e materiais, administrativas e pedagógicas;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e oitenta por cento, pelo menos, o nível desejável;

3.4. Constituir, em colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

3.5. Induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

3.6. Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

3.7. Associar a prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com IDEB abaixo da média nacional;

3.8. Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

3.9. Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

3.10. Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices dos estados, inclusive do Distrito Federal, e dos municípios;

3.11. Acompanhar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

3.12. Melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções:

PISA	2015	2018	2021
Média dos resultados em matemática, leitura e ciências	438	455	473

Tabela 63 Fonte: INEP

3.13. Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para *softwares* livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

3.14. Garantir transporte gratuito para todos(as) os(as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

3.15. Desenvolver pesquisas de modelos alternativos nacionais (regionais, territoriais e locais), escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;

3.16. Universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno(a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

3.17. Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

3.18. Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

3.19. Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens

culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

3.20. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

3.21. Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

3.22. A União, em regime de colaboração com os entes federados subnacionais, estabelecerá, no prazo de dois anos contados da publicação desta lei, parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

3.23. Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;

3.24. Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

3.25. Programar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes, jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assim, como a segurança física e psicológica dos profissionais da educação que formam a equipe das unidades de ensino municipal;

3.26. Garantir de maneira efetiva nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígena e implementar ações educacionais no âmbito da formação continuada para professores na temática, nos termos das Leis n^{os} 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil no 1º ano de vigência do PEE (Plano Estadual de Educação) e PME (Plano Municipal de Educação);

3.27. Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial no 1º ano de vigência do PEE (Plano Estadual de Educação) e PME (Plano Municipal de Educação);

3.28. Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência no 1º ano de vigência do PEE (Plano Estadual de Educação) e PME (Plano Municipal de Educação);

3.29. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

3.30. Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

3.31. Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

3.32. Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

3.33. Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas municipais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes estaduais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

3.34. Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem no 1º ano de vigência do PEE (Plano Estadual de Educação) e PME (Plano Municipal de Educação);

3.35. Instituir, em articulação com os estados, os municípios e o Distrito Federal, programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;

3.36. Promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Brasil. [Plano Nacional de Educação (PME)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PME) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____ **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PME) e dá outras providências.

_____ BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Sinopse Estatística da Educação Básica – 2010, Brasília, abril 2015.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. **O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL: AVANÇOS, PERPLEXIDADES E TENDÊNCIAS**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 2005.

MILITÃO, Prof. Dr. Silvio Cesar Nunes; MIRALHA, Mayara Faria - **ENSINO FUNDAMENTAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E PANORAMA ATUAL**. São Paulo. 2007.

C - ENSINO MÉDIO

1. O Ensino Médio no Município de Areia Branca: Historicidade e Contexto

⁶Edivane Maria dos Santos

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda." (Paulo Freire)

Escola é uma instituição que tem como um dos objetivos a formação do intelecto humano. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação é um direito e um dever de todos. A escola é um dos elementos que proporciona o cumprimento desta lei. A LDB assegura ainda que escola deve ser democrática, isto é, obrigatória e gratuita, no qual o Ensino Médio é fundamental para que se conclua a educação básica. Essas conquistas educacionais foram adquiridas através de várias lutas que desencadearam debates e discussões que proporcionaram um ponto de partida igual para todos.

A escola que queremos está no papel, convencionada nas constituições brasileiras, no âmbito da lei e nas ações que uma comunidade escolar se propõe a realizar com eficácia e eficiência, defendendo a ideia de que a escola não é o lugar para domesticar ninguém, mas um espaço especial para a construção da cidadania.

O Colégio Estadual Governador João Alves Filho situado no município de Areia Branca, foi criado em 1978 como núcleo do Colégio Estadual Murilo Braga na administração do então prefeito José Francisco de Almeida com o objetivo de oferecer uma maior comodidade aos alunos que estavam concluindo a primeira etapa do ensino fundamental e conseqüentemente uma melhor qualidade de ensino, pois até então os alunos que tinham condições e desejavam continuar seus estudos eram obrigados a estudarem em regime de internato em Aracaju, Laranjeira, Itabaiana ou mesmo em Riachuelo. Ou então viajar todos os dias para uma dessas localidades em transporte de linha ou mesmo cedido pela prefeitura.

Como a cada ano era crescente o número de alunos que desejavam continuar seus estudos, surgia a necessidade premente da implantação de uma Unidade de Ensino que atendesse aos anseios da comunidade no tocante ao prosseguimento dos estudos

⁶ Pós-graduada em Psicopedagogia; Licenciada em História; Diretora do Colégio Estadual Governador João Alves Filho; Responsável pela Sistematização do Ensino Médio para o PME/Areia Branca.

para as últimas séries do Ensino Fundamental, e foi então que o governo municipal em parceria com o estadual, somaram esforços e fundaram este núcleo de ensino com o objetivo de atender a essa clientela carente, haja visto que por ser Areia Branca um município pequeno, e sua população no momento (1978) , ocupar-se basicamente das atividades primárias (agricultura, pecuária e extrativismo), poucos eram aqueles cujos pais dispunham de recursos para mandar seus filhos estudar em outra localidade.

A referida Unidade de Ensino começou a funcionar nos turnos vespertino e noturno, no prédio da escola municipal José Romão do Nascimento (neste município) também cedido pela prefeitura, até o ano de 1991 com algumas passagens por casas alugadas em diversos endereços da cidade.

No dia 03 de maio de 1984 foi assinado o decreto n 6240 reconhecendo de forma definitiva a Unidade Escolar para o Ensino de 1º Grau no município de Areia Branca, e em 11 de junho do mesmo ano um novo decreto com o nº 6311 altera o nome da escola, onde a partir desta data, passou a ser conhecido pelo nome de Escola de 1º Grau Gov. João Alves Filho em homenagem ao então governador do mesmo nome, e não mais Colégio Estadual Murilo Braga (núcleo), como era conhecido por todos.

Em 1993 foi construído um prédio na rua São João S/N no espaço do Forródro, com o objetivo de funcionar como escola, o qual é composto por 6 salas de aula, mais dependências administrativas, cozinha, cantina, almoxarifado, depósito de mantimento e sanitários; porém essas instalações estejam distante de atender com qualidade às necessidade propostas, pois não oferece segurança a comunidade que a frequenta, e muito menos condições de funcionamento para o fim ao qual foi destinado. Ou seja, atender a uma clientela nos turnos matutino, vespertino e noturno, terminando de vez com a constante peregrinação que era então a situação da nossa escola.

Com o ensino médio autorizado pela Resolução nº 330/2003/CEE e reconhecido pela Resolução nº316/2006/CEE passou a conhecido como Colégio Estadual Governador João Alves Filho, com a missão de assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola, formando-os cidadãos críticos, capazes de agir na transformação da comunidade.

A proposta educativa desta escola permite a compreensão da realidade e o desenvolvimento do cidadão nos seus níveis intelectual, afetivo, emocional e espiritual,

seu compromisso com a ética e a responsabilidade social e ambiental. O currículo desta Unidade de Ensino visa à formação de cidadãos com pensamento crítico e global possibilitando sua autonomia, inserção social e a resolução de problemas complexos pertinentes à sua realidade.

O apoio da SEED (Secretaria de Estado da Educação) tem sido importantíssimo na dinâmica desta escola, pois é o ato oficial que atesta a legitimidade e as condições plenas para se desenvolver atividades educacionais neste estabelecimento de ensino.

A elaboração curricular do Colégio Estadual Governador João Alves Filho leva em conta as seguintes preposições:

- ✓ O aluno é o protagonista do processo ensino-aprendizagem,
- ✓ Conteúdos são construídos visando à aptidão de competências e habilidade e formação de valores de forma interdisciplinar;
- ✓ A escolha dos conteúdos e dos componentes curriculares são influenciados pela realidade local;
- ✓ O currículo é flexível e dinâmico com atividades educativas que ultrapassam o âmbito da sala de aula.

A verificação do rendimento escolar é realizada através de avaliações continuadas e cumulativas do desempenho do aluno. É um processo relevante em que o contexto escolar e o processo de construção do conhecimento dos alunos são diagnosticados. A verificação do rendimento escolar deve-se a: avaliação investigativa inicial, avaliação qualitativa contínua, relação quantidade/qualidade, avaliação enquanto acompanhamento do aluno.

A avaliação continuada tem como objetivos: acompanhar o aproveitamento do aluno, identificar dificuldades específicas dos alunos visando auxiliá-los, propiciar aos alunos a auto avaliação, apoiar a aprendizagem, informar em que medida se alcançou os objetivos propostos. Desta forma, haverá um acompanhamento pertinente do aprendizado do aluno por parte do professor.

Cabe a escola, agora, enfrentar os grandes desafios desse novo milênio na encruzilhada que a todos nós, educadores e alunos, nos é imposta não só pelo mundo globalizado que nos cerca, como pelos imperativos do desenvolvimento científico e tecnológico, ou a escola nova, mudando de mentalidade e de atitude frente ao mundo ou

poderá sucumbir ao peso da velocidade das mudanças tudo questionado por valores éticas que por muitas vezes se contrapõem, ou por novos valores suscitados pelos acontecimentos e circunstâncias da vida social.

O projeto político pedagógico da escola respalda-se num trabalho vinculado aos princípios da dignidade de ser humano, da participação, da responsabilidade, da solidariedade e do compromisso de todos os envolvidos no processo educativo. O projeto deve sobretudo, nortear-se pela concepção do educando como ser humano completo, um sujeito social e histórico, marcado pelo meio que desenvolve e que também o marca.

A nova visão de trabalho foi substituída pelo exercício de uma prática polivalente, buscando articuladamente a interdisciplinaridade no currículo com envolvimento de todos os professores sobretudo mediante seu compromisso individual e coletivo para os propósitos da escola.

Portanto, os educadores são os que ajudarão seus educandos nessa caminhada; não oferecendo-lhes respostas prontas, mas abrindo-lhes perspectivas e desafios que os levem a mostrar competência e habilidade básicas, conquistadas enquanto são criados espaços de intersubjetividade e interlocução entre professor/ aluno e aluno/ aluno.

1.1 Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio – EJAEM

A Lei nº 9.394/96, no Capítulo II, Seção V, que trata da Educação de Jovens e Adultos, no Artigo 37 diz que “A Educação de Jovens e Adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” No Artigo 38 da mesma Seção, afirma que “os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”, a nível de ensino médio, para os maiores de 18 anos, como está explicitado no parágrafo I, Inciso II.

Nesse sentido, a Escola Estadual Pedro Diniz Gonçalves passou a ofertar a Educação de Jovens e Adultos no Nível Médio pelo Ato de Autorização do EJAEM

(Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio) nº 280/2005 de 06 de outubro de 2005, e anos depois, pela Resolução do CEE (Conselho Estadual de Educação), referente à mesma oferta, nº 089 de 15/04/2010.

2. DIAGNÓSTICO:

MATRÍCULA ATUAL DE ALUNOS NO ENSINO MÉDIO (Ano: 2015)

DER	MUNICÍPIO	ESCOLA	ANO / ETAPA	TURNO	QUANTIDADE		
03	Areia Branca	Colégio Estadual Governador João Alves Filho	1ª A	Manhã	30		
			1º B	Noite	25		
			1º C	Manhã	26		
			2º A	Manhã	48		
			3º A	Manhã	27		
			1º D	Tarde	48		
			1º E	Tarde	45		
			2º B	Tarde	30		
			2º C	Tarde	31		
			3º B	Tarde	48		
			1º F	Noite	27		
			1º G	Noite	27		
			2º D	Noite	30		
			2º E	Noite	31		
		3º C	Noite	54			
		TOTAL:				527	
				Escola Estadual Pedro Diniz Gonçalves	EJAEM 1ª ETAPA	Noite	47
					EJAEM 2ª ETAPA	Noite	-
					EJAEM 3ª ETAPA	Noite	41
					EJAEM 4ª ETAPA	Noite	-
		TOTAL:				88	
		TOTAL GERAL DE ALUNOS NO ENSINO MÉDIO:				615	

Tabela 64 Fonte: Diário Escolar/2015

Cabe notar que a EJA (Educação de Jovens e Adultos) é ofertada de forma Modular (por período/semestre). Nisso, a 2ª (segunda) e 4ª (quarta) Etapa acontecerá no segundo semestre, podendo ter o número de matrícula diferenciado no final do ano.

Considerando o número de concludentes do ensino fundamental de todo o município, onde 07 (sete) escolas (particular, municipal e estadual) oferecem o 9º Ano, esse quantitativo de alunos matriculados no ensino médio no serviço público aqui em Areia Branca, ainda é muito pequeno. O que podemos deduzir é o seguinte:

- Alguns alunos estão matriculados no IFS (Instituto Federal de Sergipe), levando em conta a aprovação dos mesmos nos últimos anos;
- Alguns alunos estão matriculados em escolas particulares;
- Alguns alunos estão fora da escola.

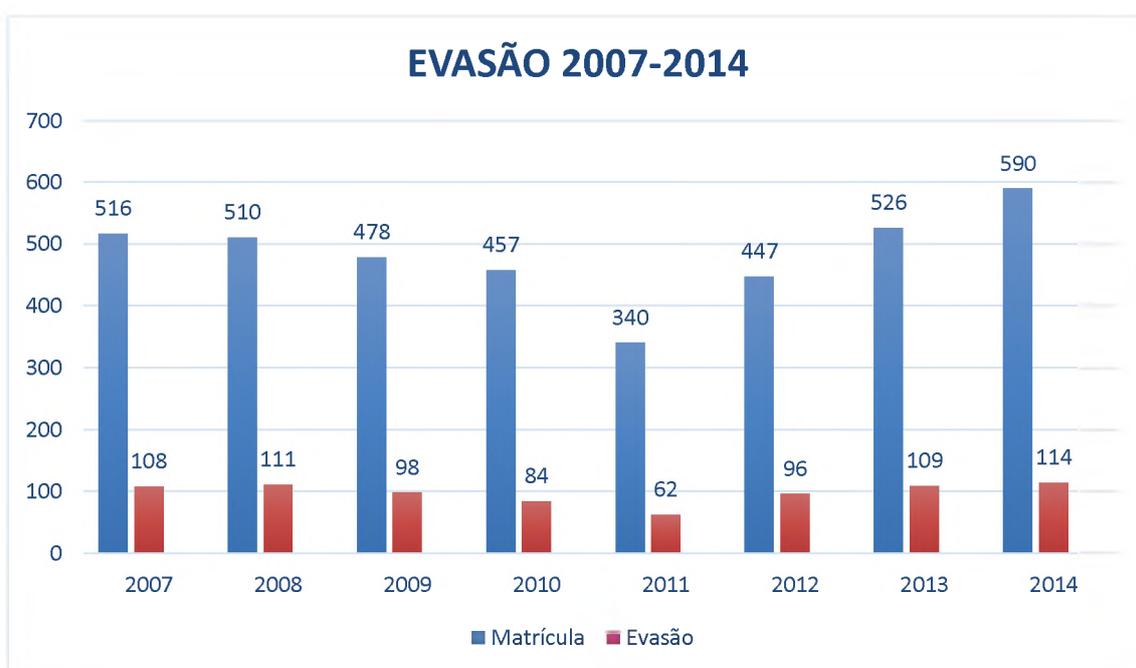


Gráfico 05 - Fonte: Ata Escolar do Colégio João Alves Filho

A partir desse gráfico, observamos que os dados determinam uma média tanto na matrícula quanto na Evasão. No entanto, são números consideráveis na Evasão Escolar.

Nesse sentido, urge promover ações que assegure os alunos na escola e que lhes garanta a continuidade e conclusão da Educação Básica.

RAZÃO ALUNO/PROFESSOR 2008 a 2013

ANO LETIVO	ALUNOS MATRICULADOS	TOTAL DE PROFESSORES	ALUNO/PROFESSOR
2008	694	17	40,8
2009	653	18	36,2
2010	596	18	33,1
2011	609	19	32,0
2012	570	18	31,6
2013	603	17	35,4

Tabela 65 – Fonte: Colégio João Alves Filho

A razão aluno/professor nesta unidade de ensino, no período de 2008 a 2013 variou de 32 alunos/professor a 41 alunos/professor, o que atende a perspectiva de que cada professor acompanhe, em média, 40 alunos. Cabe notar, que nessa tabela também estão inseridos os alunos do Ensino Fundamental.

NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS POR TURMA

ANO LETIVO	ALUNOS MATRICULADOS	Nº DE TURMAS	ALUNO/TURMA
2008	694	18	38,5
2009	653	18	36,2
2010	596	18	33,1
2011	609	17	35,8
2012	570	17	33,5
2013	603	17	35,4

Tabela 66 – Fonte: Colégio João Alves Filho

O número médio de alunos por turma, no período de 2008 a 2013 variou de 34 a 39. De acordo com o artigo 77 do Regimento Escolar, a escola atende ao que está no

limite de alunos por turma oferecida em cada ano letivo, pois para o ensino fundamental o limite é de 45 alunos, enquanto para o ensino médio, 50 alunos.

Cabe notar que o Colégio Estadual Governador João Alves Filho oferece, por questões de espaço físico, apenas uma única turma de 9º ano do ensino fundamental. A nota de Língua Portuguesa na Prova Brasil desses últimos anos ainda não teve desempenho satisfatório, o que exige providências no sentido de melhorar as competências de leitura e produção de texto. No tocante a Matemática, a nota obtida foi superior apenas a de algumas escolas da zona rural. No sentido de contextualizar e dinamizar o ensino de Matemática e Língua Portuguesa nos últimos dois anos, outros esforços deverão ser empreendidos para alcançar os níveis de aprendizado adequado (proficiente e avançado), de modo que os alunos demonstrem domínio total de tais conteúdos, competências e habilidades.

Nesse sentido, urge que a escola desenvolva as seguintes ações:

1. Divulgar análise dos resultados de proficiência da Prova Brasil e do IDEB, e sua relação com os dados de desempenho e fluxo escolar (aprovação, reprovação, abandono).
2. Desenvolver estratégia de recuperação da aprendizagem com base no percentual de alunos com aprendizado abaixo do esperado para a série, de acordo com os resultados de proficiência.
3. Realizar encontros de formação continuada com professores sobre escala de desempenho e descritores da Prova Brasil, bem como sobre concepção de ensino e de avaliação a serem adotadas.
4. Envolver todos os professores em ações que visem à melhoria do desempenho dos alunos em leitura e resolução de problemas em todas as séries e disciplinas do ensino fundamental.
5. Definir estratégias de ensino que priorizem o desenvolvimento de habilidades e competências.
6. Formar um banco de questões de Língua Portuguesa e Matemática para realização de simulados, contemplando habilidades, competências e conteúdos desejados para cada série.

RESULTADO FINAL DE MATRÍCULA (ANO 2013)

TURMAS	MATRÍCULA INICIAL	ADMITIDOS	TRANSFERIDOS	ABANDONO	APROVADOS	REPROVADOS	MATRÍCULA FINAL
1° A	50	-	03	06	27	14	41
1° B	46	01	03	04	32	07	39
1° C	44	-	-	04	20	20	40
1° D	40	-	01	05	34	-	34
1° E	38	-	01	14	16	07	23
1° F	34	-	01	16	16	01	17
2° A	40	-	03	04	17	16	33
2° B	45	-	01	08	28	08	36
2° C	39	-	-	21	16	02	18
2° D	37	-	01	07	21	08	29
3° A	31	-	01	02	25	03	28
3° B	35	-	01	04	23	07	30
3 C	47		01	14	30	02	32
TOTAL	526	01	17	109	305	95	400

Tabela 67 - Fonte: Ata Escolar - Colégio João Alves Filho

LEVANTAMENTO DOS PROFESSORES QUE ESTÃO ATUANDO EM DISCIPLINA DIFERENTE DA ÁREA DE FORMAÇÃO/CONCURSO (2015)

Nº	UNIDADE DE ENSINO	INÍCIO DO EXERCÍCIO	PROFESSOR	DISCIPLINA/LICENCIATURA QUE FEZ O CONCURSO	DISCIPLINA QUE ATUA
1	Colégio Estadual Governador João Alves Filho	23.01.2013	Antenor Jackson Almeida de Medeiros	Matemática	Matemática
2		29.11.2013	Cíntia Carla de Oliveira	Geografia	Geografia
3		27.03.2013	Danilo Oliveira Santos	Química	Química
18		12.12.2014	Dayane Silva dos Santos	Matemática	Matemática
17		06.08.2014	Dyego Anderson Silva Pereira	Geografia	Geografia; S. Cult.; Religião; Sociologia
4		19.09.2012	Edivânia de Barros Andrade	Português	Português
5		28.08.2007	Elenilde Silva Santos	Português	Português
6		04.07.2013	Franklin Menezes Nunes	História	História
7		30.04.2004	Helenilson da Silva Santos	Biologia	Biologia; Ciências
8	17.09.2012	Jamisson Araújo	Inglês	Inglês	

9		29.04.2013	José da Silva Menezes	Física	Física
11		22.10.2014	José Sandro Santos Hora	Filosofia	Filosofia; Sociologia
10		17.04.2006	Lígia Valença Machado	Ed. Física	Ed. Física
12		30.12.2013	Plácido Brandão Silva	Ed. Física	Ed. Física
13		09.09.2012	Railda de Jesus Santana	Português	Português
14		21.01.2013	Raquel da Conceição Mendonça	Biologia	Biologia; Ciências
15		30.05.2005	Regina da Conceição Santos	Matemática	Matemática
16		15.10.2013	Rogenildo Andrade Barros	Português	Português; Redação
19		18.04.2013	Valéria de Oliveira Nascimento	Espanhol	Espanhol

Tabela 68 Fonte: Prontuário da Diretoria Regional de Educação - DRE'03 - Itabaiana/SE

RESULTADO FINAL DE MATRÍCULA – EJAEM: (2008 - 2010 – 2013 -2014)

ANO	TURMAS ETAPAS	MATRÍCULA INICIALA	TRANSFERIDOS	ABANDONO	APROVADOS	REPROVADOS
2008	1ª Etapa	105	-	36	65	04
	2ª Etapa	-	-	-	-	-
	3ª Etapa	-	-	-	-	-
	4ª Etapa	-	-	-	-	-
2010	1ª Etapa	50	-	18	26	06
	2ª Etapa	26	-	05	20	1
	3ª Etapa	48	-	10	36	02
	4ª Etapa	38	-	-	38	-
2013	1ª Etapa	55	-	29	25	01
	2ª Etapa	33	-	03	29	01
	3ª Etapa	25	-	02	21	02
	4ª Etapa	28	-	08	19	01
2014	1ª Etapa	41	-	09	31	01
	2ª Etapa	29	-	05	24	-
	3ª Etapa	32	-	03	29	-
	4ª Etapa	36	-	04	32	-

Tabela 69 - Fonte: Mapa de Apuração: Escola Estadual Pedro Diniz Gonçalves

O que podemos observar é que nenhuma transferência foi feita e o número de Evasão na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio, está substancialmente alta.

3. META:

1. Universalizar até 2018 do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2025, a taxa líquida de matrículas (é a relação entre a matrícula na faixa etária adequada à etapa de ensino e a população desta faixa de idade) no ensino médio para 90% nesta faixa etária;

4. ESTRATÉGIAS:

1. Auxiliar na universalização do acesso para o ensino médio;

2. Ampliar o número de vagas, inclusive para cursos profissionalizantes;

3. Assessorar no atendimento aos padrões adequados de infraestrutura e de qualidade, estabelecidos no PNE (Plano Nacional de Educação) para o Ensino Médio;

4. Estimular, com a participação efetiva da comunidade, a elaboração de propostas político-pedagógicas no Ensino Médio, de maneira a atender às necessidades e especificidades locais;

5. Estimular a participação democrática da comunidade na gestão, por meio dos Conselhos Escolares, nas Escolas de Ensino Médio da cidade;

6. Realizar, com o apoio das Secretarias Municipais (Educação, Saúde, Ação Social) e em parceria com IBGE, no prazo de 2 anos, o mapeamento e caracterização da demanda para o Ensino Médio, Técnico de Nível Médio e Profissional em Areia Branca, que subsidie a abertura de novas escolas, bem como a elaboração de novas políticas públicas;

7. Promover a busca ativa pelo poder público (localização e identificação) da população de 15 a 17 anos fora da escola, em parceria com as áreas da Assistência Social e da Saúde;

8. Assegurar através de convênios, programas para melhoria da segurança dentro e fora da escola;
9. Assegurar através de convênios com a Rede Estadual e Universidades, a criação de curso preparatório para o ENEM, concomitante ao terceiro ano do Ensino Médio;
10. Constituir equipes multidisciplinares e multiprofissionais itinerantes a partir de convênios (fonoaudiólogos, psicólogos e assistentes sociais) que possam dar suporte à prática educativa municipal;
11. Colaborar com a ampliação de vagas e criar condições de matrícula, garantindo a permanência e o sucesso do aluno na escola;
12. Colaborar com espaço físico e materiais adequados, bibliotecas atualizadas e laboratórios equipados adequadamente.
13. Auxiliar no acompanhamento contínuo, de maneira a compreender os entraves e progressos para se alcançar as metas e objetivos propostos no Plano Nacional de Educação;

5. REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

FREIRE, Paulo. (1979). Educação e Mudança. 14ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PPP – Projeto Político Pedagógico. *Colégio Estadual Governador João Alves Filho*. Areia Branca, SE. Atualização em janeiro de 2015.

D - ENSINO SUPERIOR

1. Desafios do Ensino Superior para o Município de Areia Branca

⁷Edilma Silva Santos

A educação superior é uma instituição social, cujo papel fundamental é formar a elite intelectual e científica da sociedade a que serve. É oferecida por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. O cidadão pode optar por três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. Os cursos de pós-graduação são divididos entre *lato sensu* (especializações e MBAs) e *stricto sensu* (mestrados e doutorados).

Dá-se pela forma presencial, em que o aluno deve ter frequência em pelo menos 75% das aulas e avaliações, pelo ensino a distância (EAD), onde o aluno recebe livros, apostilas e conta com a ajuda da internet e de um tutor, sendo que sua presença não é necessária dentro da sala de aula, e se dá também por cursos semipresenciais, com aulas em sala e também à distância.

Discutir sobre a educação superior hoje no Brasil é um grande desafio. Se, por um lado, reconhecemos avanços significativos, por outro ainda temos problemas que precisam ser enfrentados com urgência para que a Educação brasileira atinja o crescimento a que se propõe – inclusive no cenário internacional. Ao falarmos de avanços, portanto, não podemos esquecer que eles trazem consigo a obrigação de readequação de visão sobre o assunto, atualizações profissionais e, principalmente, um novo comportamento dos principais atores envolvidos: governo, instituições de ensino, professores, alunos e mercado de trabalho.

Nessas últimas décadas foram criadas diversas políticas públicas educacionais, esperando que, por sua aplicação, elas sejam imprescindíveis e necessárias para que a

⁷ Mestre em Ciências da Educação; Pós-graduada em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas; Pós-graduada em Arte Educação; Especialização em Docência na Educação Infantil (UFS); Licenciada História e em Pedagogia com Habilitação em Supervisão Escolar; Graduação incompleta em Tecnologia em Informática e Gestão da Informação; Acadêmica do Curso de Letras; Professora da Rede Estadual e Municipal; Ex-diretora da Escola Estadual Pedro Diniz Gonçalves; Orientadora de Estudos do PNAIC (Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa); Coordenadora Geral do PME/Areia Branca.

educação brasileira tenha melhorias efetivas. Dentre elas, estão as Políticas públicas de educação inclusiva⁸, e as Políticas públicas para a Educação à Distância. Mas, apesar do Brasil possuir uma vasta rede de políticas, busca-se ainda uma educação de qualidade.

São nesses desafios que a Educação Superior de Areia Branca está inserida. Pela urgência de requalificar os profissionais que atuam na área educacional, depois que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9394/1996) foi aprovada, a exigência de formação inicial em nível superior para professores da Educação Básica e as mudanças nas diretrizes curriculares provocaram a re-definição das políticas públicas de formação. Com isso, a Educação a Distância passou a ganhar força no âmbito das agências formadoras. Nesta direção as Universidades Federais começaram a instalar Centros de Educação Superior a Distância, criando possibilidades de ofertas de cursos de licenciaturas, caminhando, assim para consolidação dessa modalidade de ensino.

Com efeito, a implantação de políticas públicas, sempre se fez acompanhar da problemática realidade dos déficits sociais, conforme ressalta Meksenas:

“A política pública no Brasil segue a lógica da expansão desigual no tempo e no espaço; do atendimento deficitário à população pobre; dos gastos excessivos, que se perdem na manutenção da burocracia e pouco contribuem para os fins propostos; do repasse dos recursos a setores do empresário, na perspectiva de sua concentração na esfera privada; da ausência da redistribuição da riqueza na perspectiva social.” (2002, p. 116).

Entretanto, uma arrancada mais acelerada pela utilização da internet, bem como dos PCs nas casas em Areia Branca, se deu pela vinda da Universidade Aberta do Brasil (UAB) com seus Cursos de Licenciaturas à distância. No final de 2010 foram contabilizadas 89 universidades públicas credenciadas à UAB, com mais de 500 polos de ensino espalhados pelo país..

⁸ Além desta política pública (social) que se encontra em larga implementação no Brasil, outras de destaque semelhante se encontram também em curso, como por exemplo, Políticas públicas para diversidade étnico-racial, Políticas públicas para a Educação Infantil, Políticas públicas para o Ensino Fundamental de nove anos, Políticas para Erradicação do analfabetismo, Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos, Políticas públicas para o Ensino Médio.

A Universidade Aberta do Brasil é um programa do Ministério da Educação (MEC) que tem como propósito levar formação superior às regiões onde não há campus universitário e oferecer educação à distância preferencialmente a professores do ensino básico sem diploma de ensino superior ou profissional em busca de curso de atualização. Esse programa em Sergipe conta com a parceria da Universidade Federal de Sergipe (UFS), mas cabem aos órgãos estaduais e municipais recursos para pagamento do pessoal (tutores) e infra-estrutura adequada, envolvendo transporte, alimentação e hospedagem aos cursistas e tutores.

2. DIAGNÓSTICO

Em 2007, no estado de Sergipe, foram abertas mais 750 vagas, elevando para 2.250 o total de vagas de graduação à distância, oferecidas pela UAB. Nesse mesmo ano aconteceu o primeiro vestibular para o ingresso na UAB de Areia Branca, que além das 20 (vinte) vagas em cada licenciatura (Letras, Matemática, História, Geografia, Biologia, Pedagogia, Química e Física) foram ofertadas vagas especiais para os professores que já estavam em sala de aula e que ainda não tinham o curso superior.

Por conseguinte, em virtude de o curso utilizar uma metodologia à distância e precisar do computador com internet para envio de tarefas, estudos e pesquisas, houve uma necessidade de que esses professores aprovados despertassem para um rápido aprendizado na habilidade do uso do computador. Lévy afirma que “a comunicação interativa e coletiva é a principal atração do ciberespaço”. Isso ocorre porque a Internet é um instrumento de desenvolvimento social. Ela possibilita a partilha da memória, da percepção, da imaginação. Isso resulta na aprendizagem coletiva e na troca de conhecimentos entre os grupos. Para Castells (2003, p. 256), a Internet é essencialmente “[...] o meio de comunicação e de relação essencial sobre o qual se baseia uma forma de sociedade que nós já vivemos - aquela que eu chamo de sociedade em rede”.

Mas o Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) na modalidade a distância não foi um projeto que foi adiante em nosso município. Com a troca do gestor municipal em 2009, o município não garantiu a continuidade desse programa e todos os alunos foram transferidos para outros Polos em Sergipe, como por exemplo, para os que

ficam nos municípios de São Domingos e Laranjeiras. Com isso, sem mais laboratório no próprio município dificultou o acesso de professores a computadores com internet, necessitando que eles tivessem o seu próprio equipamento e não ter que se deslocar do seu município a outro.

Atualmente 01 (um) ônibus leva os estudantes da UAB para São Domingos somente nos dias de prova, que geralmente ocorre nos dias de sábado e domingo. Diariamente 02 (dois) ônibus transportam universitários para a capital (Aracaju), nos horários da manhã e mais 02 (dois) à noite. Ainda, mais 02 (dois) ônibus saem diariamente para o município de Itabaiana somente no turno da noite.

3. META:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação do ensino superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

4. ESTRATEGIAS:

1. Ampliar a oferta de transporte para o acesso às universidades de ensino superior em cidades sedes, de maneira a minimizar os custos e incentivar os alunos ao ingresso e conclusão no Ensino Superior.
2. Criar políticas públicas que busquem ampliar o sucesso do estudante, proveniente do ensino médio público, para o ingresso no ensino superior, através de cursos preparatórios para o vestibular;
3. Incentivar a criação de mecanismos promotores de intercâmbio entre os estabelecimentos de educação superior e as escolas públicas de educação básica de Areia Branca, visando ao desenvolvimento de pesquisa, extensão bem como programas de formação continuada para a educação básica e professores de escolas públicas, conforme as necessidades diagnosticadas;

4. Implementar programas informativos e de incentivo ao jovem do ensino médio de escola pública sobre cursos e profissões, ofertas e vagas, políticas de amparo e/ou financiamento ao estudante universitário no que se refere ao acesso e permanência no ensino superior;
5. Promover a divulgação e incentivo junto aos professores da educação básica de informações sobre pós-graduação;
6. Estimular a implantação de uma Instituição de Ensino Superior pública no município;
7. Estabelecer parcerias, entre as escolas Municipais e Estaduais e as Instituições de Ensino Superior para a criação de equipes multidisciplinares (Psicopedagogas, Assistentes Sociais, Fonoaudiólogas, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais e Profissionais da Educação Física), para o atendimento da Educação Infantil ao Ensino Médio;
8. Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

5. REFERÊNCIAS:

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. vol. 3, São Paulo: Paz e terra. 2003.

LÉVY, Pierre. As Tecnologias da Inteligência. O Futuro do Pensamento na Era da Informática. Ed. 34. Rio de Janeiro, 1993.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação**. São Paulo ed. Cortez, 2002.

IV MODALIDADES DE ENSINO

A - EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1. A implantação da sala de recursos no município de Areia Branca/SE

⁹Luana da Mota Santos

1.1 Introdução

Em séculos passados as pessoas com deficiência foram colocadas à margem da sociedade. A diversidade ao longo da história vem sendo desrespeitada e a luta dessas pessoas ainda não cessou. No campo educacional, esse quadro não poderia ser diferente. No entanto, atualmente, algumas mudanças já são visíveis. A preocupação com as diferenças individuais tem ganhado um maior destaque na sociedade pluralista em que vivemos.

A inclusão é uma temática bastante divulgada tanto no contexto social quanto no escolar. A todo instante, novas propostas estão sendo lançadas para a melhoria da educação e um exemplo disso é a questão da formação de professores na perspectiva da inclusão. Escolas devem possibilitar o acesso de todas as crianças e adolescentes em classes regulares de ensino, contudo se não houver aprendizagem, ao invés da inclusão teremos somente a integração.

2. Integração ou inclusão? A verdadeira “arte” de incluir

Com o surgimento da Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), o termo inclusão veio para mostrar e dar o direito à educação para todos, independentemente das diferenças individuais. A Declaração apresenta os princípios políticos e práticos das necessidades educativas especiais e indica que todas as pessoas com deficiência sejam matriculadas em escolas regulares, baseando-se no princípio de educação para todos.

⁹ Graduada em Letras-Português pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Pós- Graduada em Libras e Inclusão pela Faculdade Tobias Barreto (FTB). Professora efetiva da Rede Estadual (Língua Portuguesa) e Municipal de Areia Branca (Libras). Responsável pela Sistematização da Educação Inclusiva e Temas Transversais. E-mail: lumota447@yahoo.com.br

Para haver inclusão não pode existir desigualdade e todos os alunos devem ser incluídos na sala de aula comum. Pois só assim, as ações desenvolvidas na escola podem possibilitar aos alunos com deficiência o seu acesso ao mundo do saber.

É até provável que uma criança com deficiência não atinja os objetivos propostos pela escola regular, mas o que deve ser observado é o crescimento pessoal dessa criança, a sua disponibilidade, o seu desempenho e o seu desenvolvimento social. O espaço escolar é muito importante na interação entre os seres humanos. Teresa Rego (apud MENDES e SILVA, 2001) afirma “[...] que a escola deve ser um espaço para as transformações, as diferenças, o erro, as contradições, a colaboração mútua para a criatividade”.

Dessa forma, é importante proporcionar a essas crianças oportunidades de estar interagindo, convivendo em espaço social diverso, rico e estimulante. São muitas as dificuldades, contudo deve-se sempre ter esperanças, ter sensibilidade, não impor barreiras e não fechar as portas para a inclusão. Para incluir é necessário integrar, estar junto. Por isso, não existe inclusão sem integração. Colocar as crianças em salas de aula somente por colocar e não estimulá-las para que haja aprendizagem vai de encontro à função social da escola.

Incluir não é somente levar o aluno à sala de aula, sem dar assistência nenhuma (aí seria integrar) como acontece em algumas escolas onde discentes são tratados com indiferença, desprezo e preconceito até mesmo pelos próprios profissionais da educação. Somente inseridos no convívio com outras crianças corre-se o risco de não haver trocas interativas no processo ensino-aprendizagem e, além do mais, o risco da segregação. A aceitação aos deficientes eleva a valorização da sua autoestima. Do contrário, surge mais preconceito em torno dos ditos “não normais”.

A inclusão veio desintegrar conceitos que permeavam a vida de grupos marginalizados ao longo do tempo. Incluir é se preocupar com o bem estar do aluno, suas individualidades e suas potencialidades.

2.1 Classes comuns X classes especiais

Segundo as leis que regem nosso país todas as crianças devem ser incluídas em classes comuns. E se necessário for ter um atendimento especializado em um contraturno. Esse atendimento se fará em salas de recursos, ambientes adaptados para

auxiliá-los. Atualmente se enfatiza a heterogeneidade no ambiente escolar, as escolas têm obrigação de receber todas as crianças, independentemente de cor, raça, religião ou deficiência. “O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo [...]”. (LDB, 1996, art.5º)

No entanto, essa nova versão da política não leva em consideração que o fracasso escolar existente na vida dos deficientes é resultado de uma maneira excludente de ensinar. Na maioria das vezes, o próprio professor exhibe “[...] ideias preconcebidas ou concepções equivocadas [...] atribuindo ao aluno imagens depreciativas”. (SILVA e PEREIRA, 2003) Esses alunos acabam sendo tratados como tendo dificuldade para acompanhar o processo escolar e são vistos como pouco inteligentes.

3. Sala de Recursos

Para que alunos com deficiência desenvolvam competências e habilidades é preciso que tenham apoio educacional em contraturno, afirma alguns especialistas. Eles devem estar inseridos em um turno em classe regular e em outro em classe especial. Estudiosos dessa área chamam esse recurso de atendimento educacional especializado (AEE). Esse atendimento ocorre nas salas de recursos que são adaptadas para auxiliar indivíduos com uma ou mais deficiência.

Ao desenvolver competências e habilidades, esses discentes não se sentem excluídos e são vistos com normalidade. Vale ressaltar que esse atendimento não é um reforço escolar, como já foi confundido em algumas escolas antes de a nova política ajustar o público-alvo do AEE. Sobre esse assunto Maria Teresa (apud MONROE, abr.2010, p.77) afirma: “Era comum ver na nas antigas salas de recursos alunos que apresentavam apenas dificuldade de aprendizado. Hoje, a lei determina que somente quem tem deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades seja atendido nesse ambiente”.

Para que esse trabalho em contra turno ocorra com sucesso o docente da sala de recurso deve se unir ao da sala regular com o intuito de identificar as necessidades de cada criança e/ou adolescente. Ao haver uma constante comunicação entre os educadores, cada um perceberá a possível evolução em ambas as classes, a regular e a especial.

Além disso, para que haja eficácia e eficiência no trabalho docente numa Sala de Recursos é preciso que a implementação e aquisição dos materiais estejam disponíveis no momento de sua abertura. Esses materiais e equipamentos devem conter o que diz o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais do Ministério da Educação- MEC:

Nº. de Ordem	ESPECIFICAÇÃO	Contemplada pelo MEC	
		Sim	Não
	Tipo I		
1.	02 Computadores		
2.	02 Estabilizadores		
3.	01 Impressora laser		
4.	01 Scanner		
5.	01 Teclado com colmeia		
6.	01 Mouse		
7.	01 Acionador de pressão		
8.	01 Laptop		
9.	01 Software para comunicação aumentativa e alternativa		
10.	01 Material Dourado		
11.	01 Tapete alfabético encaixado		
12.	01 Memória de numerais		
13.	01 Alfabeto Braille		
14.	01 Quebra-cabeça sobreposto		
15.	01 Dominó de animais em Libras		
16.	01 Dominó de frutas em Libras		
17.	01 Dominó tátil		
18.	01 Memória tátil		
19.	01 Dominó de associação de ideias		
20.	01 Dominó de associação de frases		
21.	01 Bandinha rítmica		
22.	01 Sacolão Criativo		

23.	01 Esquema Corporal		
24.	01 Lupa eletrônica		
25.	01 Kit de lupas manuais		
26.	01 Plano inclinado – Suporte leitura		
27.	01 Mesa redonda		
28.	04 Cadeiras		
29.	02 Mesas para computador		
30.	02 Cadeiras para computador		
31.	01 Armário		
32.	01 Mesa para impressora		
33.	01 Quadro Branco		
Tipo II			
1	01 Impressora Braille- pequeno porte		
2	01 Máquina de datilografia braile		
3	02 Regletes de Mesa		
4	04 Punções		
5	02 Sorobans		
6	02 Guias de Assinatura		
7	01Globo Terrestre tátil		
8	01Kit de Desenho Geométrico		
9	01Calculadora Sonora		

Tabela – 70 Fonte elaborada pela autora

Com relação a esse atendimento especializado, o Ministério da Educação (MEC) definiu o modelo multifuncional, ou seja, salas que agrupam diferentes deficiências e com estrutura para dez estudantes. Já, o segundo modelo quer realizar o AEE por deficiência. Para tais atendimentos não há grandes diferenças com relação à infraestrutura. Mas é com relação à formação do professor que existem as maiores disparidades. Não adianta uma sala de recursos bem equipada se o professor não estiver adaptado para atender ao público-alvo.

4. DIAGNÓSTICO:

4.1 A Sala de Recursos no Município de Areia Branca

A sala de recursos da Escola Municipal José Romão do Nascimento foi inaugurada em nove de abril de dois mil e doze. Como até hoje, a sala possuía pouquíssimos recursos, com apenas um computador sem acesso à internet, uma TV, alguns jogos, DVDs e livros comecei as atividades. O trabalho não foi fácil, a maioria do material disponível pelo MEC para a abertura de uma de uma sala como essa já havia sido estragado ou já não existia mais. Na tentativa de trabalhar os diversos temas, tais como a matemática, o português, o português como segunda língua, a Libras, entre outros tive que produzir meu próprio material.

Atendemos de segunda a sexta, alunos de diversos povoados e, principalmente, da Escola Municipal Josefa Inocência dos Santos, no total de vinte e cinco. Desde o início, o atendimento é feito em turno contrário e o modelo da sala é o multifuncional, assim como recomendado pelo MEC. Dentre os alunos temos quatro surdos, cinco com transtornos globais do desenvolvimento (autistas), dois com Síndrome de Down, dois com deficiência física e paralisia cerebral e os demais (doze) com deficiência intelectual. Veja o gráfico abaixo:

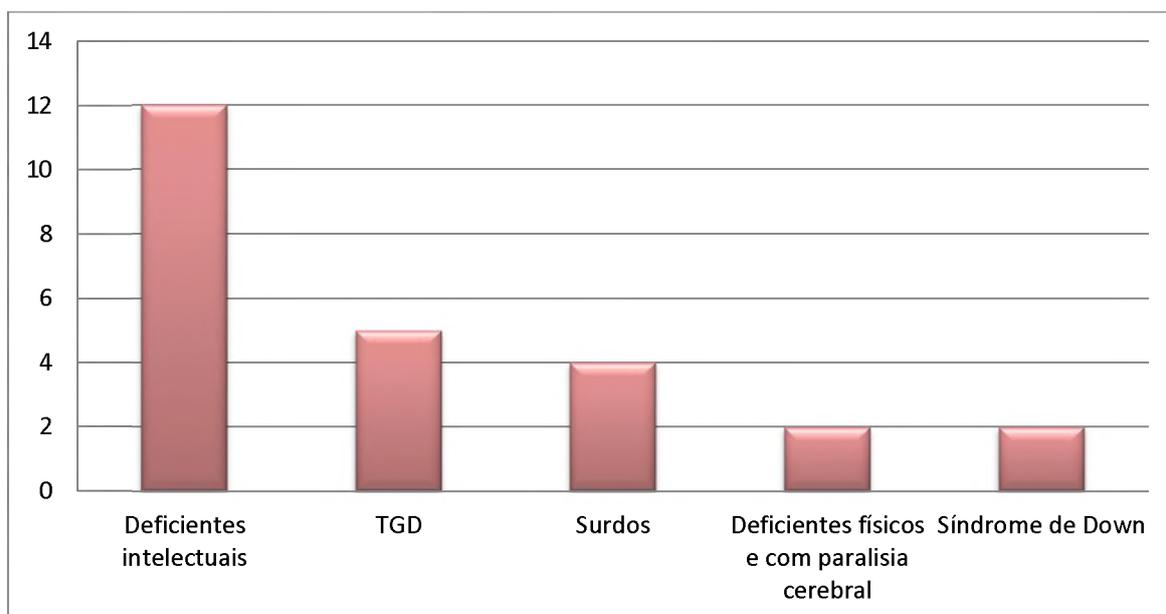


Gráfico 06 – Fonte elaborada pela autora (2015)

Vale ressaltar que as avaliações dos alunos surdos são aplicadas na sala de recursos devido à impossibilidade de comunicação entre professores do ensino regular e esses alunos. Na medida do possível há sempre uma comunicação entre mim e o professor da classe regular. Sabe-se que ainda há alunos sem diagnóstico na rede municipal de ensino e que o AEE para ser completo deveria ser multidisciplinar, com psicólogos, psiquiatras, fonoaudiólogos, intérpretes, professor da sala de recursos e professores da classe comum. Mas a luta por uma educação de qualidade e um ensino igualitário para todos continua. De modo geral, as seguintes metas para os próximos anos são imprescindíveis:

- 1- Universalizar, para a população de 04 a 17 anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, preferencialmente na rede regular de ensino;
- 2- Buscar parceria com a Secretária Municipal de Saúde;
- 3- Diagnosticar alunos na rede municipal com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades;
- 4- Reformar escolas e criar ambientes acessíveis;
- 5- Comprar transporte escolar acessível;
- 6- Contratar intérpretes de Língua Brasileira de Sinais para os discentes surdos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental;
- 7- Adquirir recursos para a sala multifuncional.

5. META:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

6. ESTRATÉGIAS:

- 1.** Implementar, durante a vigência deste Plano, projetos de estudo e aprofundamento das questões pertinentes à educação especial, envolvendo os especialistas que atuam na educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a fim de que seus conhecimentos e experiências possam ser utilizadas pelos professores de classes comuns, ampliando, desta forma, a inclusão desses educandos;
- 2.** Procurar meios, através de recursos governamentais para ampliar, durante a vigência deste Plano, transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção, baixa mobilidade e dependência de autocuidado, atendidos na rede municipal de ensino, garantindo a companhia de responsável, quando necessário;
- 3.** Promover a capacitação de motoristas e monitores do transporte escolar para o melhor atendimento às pessoas com dificuldades de locomoção, baixa mobilidade e dependência de autocuidado;
- 4.** Realizar, durante a vigência deste Plano, estudos para implantar as diretrizes e normas para a terminalidade específica do Ensino Fundamental aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 5.** Articular, durante a vigência deste Plano, as ações na perspectiva da educação inclusiva, com a política de educação para o trabalho, estabelecendo parcerias com organizações governamentais e não-governamentais, para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional, assegurando as adaptações curriculares necessárias para promover a colocação das pessoas com deficiências no mercado de trabalho.
- 6.** Criar, a partir da aprovação deste Plano, em até três anos, um banco de dados, em parceria com a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Saúde, que mantenha atualizado o censo sobre a população do município a ser atendida pela educação especial, de modo a realizar o encaminhamento destes à instituição responsável, garantindo a inclusão.

7. Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, que na Proposta Pedagógica das instituições municipais de ensino, se defina claramente o processo de inclusão escolar, nas etapas e modalidades de ensino de competência do município, com oferta de formação continuada específica e suporte técnico.
8. Assegurar e garantir, durante a vigência deste Plano, a aplicação anual dos testes de acuidade visual e auditiva, aos alunos da educação infantil e Ensino Fundamental, em parceria com a Secretaria de Saúde, de forma a detectar problemas e oferecer encaminhamentos adequados;
9. Manter, durante a vigência deste Plano, os projetos de capacitação presencial para professores, monitores, coordenadores e equipe funcional da escola, preparando-os para receber alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
10. Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, o acesso e a permanência na escola dos alunos com surdez ou deficiência auditiva, garantindo o intérprete de Libras/Língua brasileira de sinais, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental;
11. Garantir ao aluno com surdez ou deficiência auditiva apoio pedagógico, com professor especializado em Libras, em período contrário ao horário de aula;
12. Procurar, a partir da vigência deste Plano, em até três anos, implantar a função de Instrutor de Libras, para atuação nas instituições municipais de ensino;
13. Assegurar, durante a vigência deste Plano, através do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, a valorização do professor que possua formação específica em Educação Especial, para atender os alunos que apresentam deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
14. Assegurar e implantar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, o atendimento de uma equipe multiprofissional (fonoaudiólogo, psicólogo e psicopedagogo), para a realização de avaliações e acompanhamento psicopedagógico, centralizados no Órgão Municipal de Educação;

15. Incentivar as escolas para que estabeleçam momentos de discussão com a família ou responsáveis e toda comunidade escolar em relação às questões da inclusão, visando conscientização e mudança de atitudes.

16. Definir, a partir do segundo ano de vigência deste Plano, que todas as turmas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental recebam no máximo 02 (dois) alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com redução do número de alunos matriculados na referida turma, sendo que cada aluno com deficiência equivale a 02 (dois) dos demais alunos matriculados no ensino regular.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima et al. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Vol.1. Brasília: MEC, SEESP, 2005. (Programa Nacional de apoio à Educação dos surdos).

MONROE, Camila. **A arte de incluir**. In: Revista Nova Escola. Ano XXV. Nº238. Dez. 2010. P. 72-75.

_____. **Apoio para aprender**. In: revista Nova Escola. Ano XXV. Nº231. Abr. 2010. P. 76-79.

FARIA, Sandra Patrícia. **Fortalecimento da identidade surda: efeitos da adequação metodológica na educação surda**. Universidade de Brasília, s.d.

_____. **Em busca de uma pedagogia surda: uma experiência em contexto de formação de professores surdos**. UNB/SEEDF, s.d.

COUTINHO, Leonardo. **Crimes na floresta**. In: Revista Veja. Agosto.

B – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

1. Educação de Jovens e Adultos: Sempre é Tempo de Aprender

¹⁰Josefa Almeida Cruz

“O que o homem deve ser, ele não o sabe por instinto, mas é nisso que se fundamenta o direito da criança a ser educada.” (Friedrich Regel)

Antes de falar especificamente sobre a Educação de Jovens e Adultos é necessário fazer uma viagem no tempo partindo do ponto onde tudo começou, ou seja, o surgimento da escrita.

Segundo Pereira e Torres (1998), há milhões de anos os homens que habitavam a Terra viviam de forma muito diferente da nossa maneira de viver. Sempre em pequenos bandos, caçavam e pescavam para sobreviver, moravam em cavernas. Com o aumento da população e a escassez de alimento os homens foram modificando sua maneira de viver, buscando em novas formas, mais seguras e eficientes, o suprimento para as suas necessidades. Para que tudo isso acontecesse, a principal modificação foi aperfeiçoar a comunicação entre eles, pois seria complicado organizar estratégias de caça, pesca e outros, apenas por ruídos e gestos (mímicas).

Segundo Freire (apud Gadotti, 1979, p. 721) em Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta, os termos Educação de Adultos e não formal refere-se a mesma área disciplinar, teórica e prática da Educação, porém com finalidades distintas.

Esses termos tem sido popularizados principalmente por organizações internacionais – UNESCO – referindo-se a uma área especializada da Educação. No entanto, existe uma diversidade de paradigmas dentro da Educação de adultos.

¹⁰ Licenciada em Letras; Coordenadora Municipal da Educação de Jovens e Adultos; Responsável pela Sistematização da EJA no PME/Areia Branca.

A educação de adultos tem estado, a partir da 2ª Guerra Mundial, a cargo do Estado, muito diferente da Educação não-formal, que está vinculada a organizações não-governamentais.

Até a 2ª Guerra Mundial, a educação popular era concebida como extensão da Educação formal para todos, sobretudo para os menos privilegiados que habitavam as áreas das zonas urbanas e rurais.

Após a I Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada na Dinamarca, em 1949, a Educação de Adultos tomou outro rumo, sendo concebida como uma espécie de Educação Moral. Dessa forma, a escola, não conseguindo superar todos os traumas causados pela guerra, buscou fazer um “paralelo” fora dela, tendo como finalidade principal contribuir para o resgate do respeito aos direitos humanos e para a construção da paz duradoura.

A partir da II Conferência Internacional de Educação de Adultos em Montreal, no ano de 1963, a Educação de adultos passou a ser vista sob dois enfoques distintos: como uma continuação da educação formal, permanente e como uma educação de base ou comunitária.

Depois da III, a lei de reforma nº 5.692, que dedicou, pela primeira vez na história da educação um capítulo ao ensino supletivo foi aprovada em 11 de agosto de 1971 e veio substituir a Lei nº 4.024/61, reformulando o ensino de 1º e 2º graus. Enquanto a última LDB foi resultado de um amplo processo de debate entre tendências do pensamento educacional brasileiro, levando treze anos para ser editada, a Lei de Reforma nº 5.692/71 foi elaborada em um prazo de 60 dias, por nove membros indicados pelo então Ministro da Educação Coronel Jarbas Passarinho.

O passo seguinte foi dado pelo MEC quando instituiu um grupo de trabalho para definir a política do Ensino Supletivo e propor as bases doutrinárias de Valnir Chagas. O ensino supletivo foi apresentado como um manancial inesgotável de soluções para ajustar, a cada instante, a realidade escolar às mudanças que se operavam em ritmo crescente no país e no mundo.

Segundo Soares (2002), o parecer nº 699/72, do conselheiro Valnir Chagas, estabeleceu-se a doutrina para o ensino supletivo. Os exames supletivos passaram a ser organizados de forma centralizada pelos governos estaduais. Os cursos, por outro lado,

passaram a ser organizados e regulamentados pelos respectivos Conselhos de Educação. O parecer nº 699/72 foi elaborado para dar fundamentação ao que seria a doutrina de ensino superior. Nesse sentido, ele viria a “detalhar” os principais aspectos da Lei nº 5692, no que tange ao ensino supletivo, facilitando sua compreensão e orientando sua execução.

A estrutura de Ensino Supletivo, após a LDB de 1971, seguiu a orientação expressa na legislação de procurar suprir a escolarização regular daqueles que não tiveram oportunidade anteriormente na idade própria. As formas iniciais de atendimento a essa prerrogativa foram os exames e os cursos. O que até então era a “madureza” passou ao controle do Estado, foi redefinido e se transformou em Exames Supletivos. A novidade trazida pelo Parecer nº 699/72 estava em implantar cursos que dessem outro tratamento ao atendimento da população que se encontrava fora da escola, a partir da utilização de novas metodologias.

A Lei nº 5.962/71 concebeu flexibilidade e autonomia aos Conselhos Estaduais de Educação para normatizarem o tipo de oferta de cursos supletivos nos respectivos Estados. Isso gerou grande heterogeneidade nas modalidades implantadas nas unidades da federação. Para implementar a legislação, a Secretaria Estadual de Educação criou, em 1975, o Departamento de Ensino Supletivo (DESU) em reconhecimento à importância crescente que essa modalidade de ensino vinha assumindo.

Segundo Soares (apud Haddad, 1991, p. 189), durante o período entre 1964 e 1985, foi revelado que o Estado procurava introduzir a utilização de tecnologias como meio de solução para os problemas da Educação.

Esta ideia de tecnologia a serviço do econômico e do pedagógico perdurou por todo o período estudado. O Estado se propunha a oferecer uma educação de massas, a custos baixos, com perspectiva de democratizar oportunidades educacionais, “elevando” o nível cultural da população, nível este que vinha perdendo qualidade pelo crescimento do nº de pessoas, segundo sua visão. (HADDAD, 1989)

2. DIAGNÓSTICO:

MATRÍCULA DA EJA, MODULAR 1ª FASE/ 2ª FASE – 1ª A 4ª SÉRIE/ 5ª A 8ª SÉRIE; DE 2004, 2010 E 2014

Matrícula - 2004		Aprovados		Reprovado		Evadidos		Transferidos	
		Quantidade	Taxa (%)	Quantidade	Taxa(%)	Quantidade	Taxa(%)	Quantidade	Taxa(%)
1ª fase, modular (1ª a 4ª serie)	230	85	36,9	31	13,4	79	34,3	01	0,4
2ª fase, modular (5ª a 8ª serie)	274	128	46,7	27	9,8	155	56,5	04	1,4
Matrícula - 2010		Aprovados		Reprovado		Evadidos		Transferidos	
		Quantidade	Taxa (%)	Quantidade	Taxa(%)	Quantidade	Taxa(%)	Quantidade	Taxa(%)
1ª fase, modular (1ª a 4ª serie)	132	27	20,4	39	29,5	65	49,2	01	0,7
2ª fase, modular (5ª a 8ª serie)	238	108	45,3	01	0,4	108	45,3	01	0,4
Matrícula - 2014		Aprovados		Reprovado		Evadidos		Transferidos	
		Quantidade	Taxa (%)	Quantidade	Taxa(%)	Quantidade	Taxa(%)	Quantidade	Taxa(%)
1ª fase, modular (1ª a 4ª serie)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª fase, modular (5ª a 8ª serie)	158	64	40,5	16	10,1	78	49,3	-	-

Tabela 71 - Fonte: Atas

3. METAS:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2018 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

2. Reconhecer a educação continuada durante a vida, acompanhada de medidas que garantam as condições necessárias para o exercício desse direito;
3. Disponibilizar os recursos para o atendimento da EJA, com políticas que contribuam para o acesso e permanência dos alunos, garantindo também a formação continuada de seus Professores.

4. ESTRATÉGIAS:

1. Estabelecer programas, visando alfabetizar jovens, adultos e idosos, de modo a reduzir a taxa de analfabetismo para índices abaixo de 1% até 2020;
2. Assegurar e ampliar a oferta pública e gratuita de Educação de Jovens e Adultos, equivalente ao Ensino Fundamental e Médio presencial, para a população a partir de 15 anos, que não tenha atingido esses níveis de escolaridade;
3. Distribuir a oferta de vagas nos períodos diurno e noturno, de acordo com a demanda associada, sempre que possível, com a Educação Profissional;
4. Incentivar a construção de propostas político-pedagógicas, considerando as faixas de idade, em conformidade com as peculiaridades da etapa do ciclo de vida em que se encontram;
5. Auxiliar na distribuição do livro didático aos alunos e professores, de acordo com suas especificidades, bem como materiais de incentivo à leitura condizentes com a faixa etária desses alunos;
6. Assegurar o fornecimento de material de apoio à atividade didático-pedagógica aos alunos e professores, de acordo com suas especificidades, bem como materiais de incentivo à leitura condizentes com a faixa etária desses alunos;

7. Assegurar e incentivar a formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento docente.
8. Realizar Censo Escolar Municipal, com o apoio das Secretarias Municipais (Educação, Saúde, Ação Social) e em parceria com IBGE, a cada 3 anos, de maneira a mapear demanda social por EJA, buscando detectar a população não escolarizada ou com baixa escolaridade, de maneira a subsidiar o planejamento de ações e de oferta de vagas nas diversas modalidades da EJA;
9. Estabelecer parcerias com as empresas para a implantação e/ou manutenção de programas de escolarização junto ao quadro de funcionários, conforme demanda existente;
10. Construir políticas, estratégias, ações e mecanismos que assegurem o direito ao acesso e à permanência do aluno da EJA seriado/modular na escola;
11. Formular e implementar programa de merenda escolar para alunos da EJA, sobretudo em unidades escolares, salas isoladas e com merendeiras para todos os períodos;
12. Garantir que as escolas da EJA contemplem os padrões de infraestrutura estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação e por este Plano Municipal;
13. Garantir a todos os alunos da EJA o acesso e uso de equipamentos culturais, esportivos, de lazer, sobretudo aos equipamentos de informática e à internet para realização de atividades intra e extraclasse;
14. Garantir a divulgação ampla da oferta de vagas através das diversas formas de comunicação disponíveis, bem como articulação com a comunidade, associação de moradores, igrejas, etc.;
15. Realizar anualmente encontros e eventos de trocas de experiências em alfabetização de jovens e adultos;
16. Garantir acesso e transporte para alunos de área rural e bairros distantes às escolas e salas da EJA;
17. Articular as políticas de educação de jovens e adultos com outras áreas como saúde, esporte, assistência social e cultura, fortalecendo o atendimento em rede;

- 18.** Estabelecer políticas que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade e rede, tendo como objetivo assegurar curso para geração de renda;
- 19.** Articular com a Secretaria de Assistência Social para atender os alunos da EJA, principalmente os idosos e as pessoas com necessidades educacionais especiais e com deficiências, visando proporcionar qualidade de vida enquanto elas estiverem frequentando a escola;
- 20.** Efetuar a revisão curricular da EJA acrescentando as disciplinas de Arte, Língua Estrangeira Moderna, Música e Educação Física ministrada pelo especialista;
- 21.** Flexibilizar currículos, frequência mínima para aprovação e carga horária, em concordância com a lei federal;
- 22.** Criar salas de músicas em articulação com as ações da Assistência Social.
- 23.** Articular com a Secretaria da Saúde e Ação Social, programas de saúde bucal com ações de tratamento e custeio de próteses dentárias;
- 24.** Estabelecer uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação para a busca ativa de alunos para frequentarem a escola;
- 25.** Articular a Secretaria de Educação e Prefeitura para a implantação do Pro-Jovem Campo no município;
- 26.** Executar ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos para os mais carentes, em parceria com a Secretaria da Saúde;
- 27.** Assegurar que, no prazo de 5 anos, garanta-se a redução do número de alunos por turma para no máximo 30 alunos por classe;
- 28.** Garantir que os alunos transexuais sejam chamados pelos seus nomes sociais e de reconhecimento da sua identidade de gênero;
- 29.** Construir políticas públicas que assegurem a valorização de povos e culturas indígenas, afrodescendentes, quilombolas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SOARES, M. Letramento: Um tema em três gêneros, Belo Horizonte, Autêntica 1998.

FREIRE, Paulo Regis Neves. Educação e Mudança. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

www.pedagogiaemfoco-pro.br/jovens. Acessado em 18 de abril de 2015.

C – EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

1. Aspectos Históricos do ProInfo em Areia Branca

¹¹* Andreia Freire dos Santos

**Edilma Silva Santos

No contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, a Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, elaborou revisão do Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO. Essa revisão, instituída pelo Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, intitula-se Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo e postula a integração e articulação dos componentes a seguir:

- Instalação de ambientes tecnológicos nas escolas (laboratórios de informática com computadores, impressoras e outros equipamentos e acesso à internet banda larga);
- Formação continuada de professores e outros agentes educacionais para o uso pedagógico das Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Disponibilização de conteúdos e recursos educacionais multimídia e digitais, soluções e sistemas de informação disponibilizados pela SEED/MEC nos próprios computadores, por meio do Postal do Professor, da TV/DVD Escola etc.

O ProInfo foi criado em 9 de abril de 1997 pelo Ministério da Educação, vinculado à Secretaria de Educação a Distância. Podemos dizer que as questões sobre o impacto da informática na educação e na sociedade poderiam ter sido suplantadas há dez anos a partir do questionamento de como fornecer condições mínimas de acesso à tecnologia às parcelas da população menos favorecidas economicamente, porque

¹¹ *Pós-graduada em Psicopedagogia Clínico e Institucional (Faculdade São Luís de França) Licenciada em Física (UFS); Coordenadora Municipal do ProInfo; Professora da Rede Municipal de Areia Branca.

**Mestre em Ciências da Educação; Pós-graduada em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas; Pós-graduada em Arte Educação; Especialização em Docência na Educação Infantil (UFS); Licenciada História e em Pedagogia com Habilitação em Supervisão Escolar; Graduação incompleta em Tecnologia em Informática e Gestão da Informação; Acadêmica do Curso de Letras; Professora da Rede Estadual e Municipal; Ex-diretora da Escola Estadual Pedro Diniz Gonçalves; Orientadora de Estudos do PNAIC (Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa); Coordenadora Geral do PME/Areia Branca.

diferente do Proninfe, o ProInfo teve maior incentivo financeiro e é o mais abrangente no território nacional entre todos os projetos, através de seus Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE).

Esse programa implantou no ano de 1998, 119 (cento e dezenove) Núcleos de Tecnologia Educacional em 27 Estados e no Distrito Federal e capacitou, por intermédio de cursos de especialização em Informática em Educação (360 horas), cerca de 1.419 multiplicadores para atuarem nos NTEs. Tem por objetivo promover o uso da Telemática como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público.

Foi nesse contexto que surgiu o Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – *ProInfo Integrado* que congrega um conjunto de processos formativos, dentre eles o curso Introdução à Educação Digital, com carga horária de 40 horas e o curso Tecnologias na Educação: Ensinando e aprendendo com as TICs, esse com 100 horas.

O objetivo maior desse Programa é a inserção de tecnologias da informação e comunicação nas escolas públicas do país, visando promover a inclusão digital e social dos professores e gestores escolares das escolas de educação básica e comunidade em geral. Também visa a dinamizar e qualificar os processos de ensino e de aprendizagem com vistas à melhoria da qualidade da educação básica.



Figura 09 – Slogan do Programa

Respeitando as Diretrizes Nacionais do Ministério da Educação e do Desporto – MEC/ Secretaria de Educação à Distância – SEED, que propõe a implementação do Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO. Um projeto elaborado em nosso município em 2009 tem como finalidade apresentar a proposta do Núcleo Municipal de Tecnologia Educacional de Areia Branca/ SE – NTMEAB.

O desenvolvimento do referido projeto está baseado na discussão de um novo paradigma educacional que ressignifique o espaço escolar, e que venha contribuir na melhor formação de sujeitos ativos, reflexivos, cidadãos atuantes e participativos, isso através da utilização pedagógica dos recursos de informática e telecomunicações. O acesso a informação e ao conhecimento tem se tornado determinante para que a comunidade docente e discente possam participar e compreender o mundo em transformação, e se sintam sujeitos desse novo cenário da TIC (tecnologia de informação e comunicação).

Diante desses patamares de concepção de ensino, propomos em adotar a inclusão digital, não somente como suporte metodológico, mas como uma promoção para a democratização das tecnologias da informação a partir de propostas pedagógicas de conhecimento e valorização dos conteúdos e sua realidade educacional, proporcionando novas formas de aprender e de pensar.

A educação vem sendo revista e difundida mundialmente em diferentes pilares de desenvolvimento, que sugere na sociedade humana uma transformação e independência global, isso tudo com a finalidade e o objetivo de tornar os sistemas educacionais mais eficientes e aberto as mudanças.

As grandes transformações tecnológicas educacionais vem provocando mudanças sociais principalmente no campo educação a distância, na produção, nos serviços e nas relações sociais, ampliando as múltiplas possibilidades e desafios.

Para atuar nessa perspectiva, o professor precisa está preparado para trabalhar com projetos mediados com as tecnologias. Para isso faz-se necessário definir a escola que queremos, para quais desafios devemos preparar nossos alunos. Essa proposta pedagógica irá implementar possibilidades, motivações e acessos às diversas tecnologias de informação.

A pedagogia de projetos deve permitir e facilitar a utilização das diferentes mídias, possibilitando aprender fazendo e reconhecendo a própria autoria naquilo que produz, a compreensão da realidade informatizada, planejando e atuando para a construção de novos cenários, de novos saberes. Com as novas tecnologias aprende-se a lidar com a diversidade, a abrangência e a rapidez de acesso as informações.

Diante desse paradigma, o NTME/ SMEAB, se propõe a buscar alternativas e definições de metas e ações juntamente com a comunidade escolar, para que esse contexto de interação, informação e comunicação esteja inserido nas práticas educacionais, observando as exigências e necessidades do mundo globalizado e informatizado, e que sejamos adeptos da utilização transformadora do computador na Educação, que a escola encontre o elo de mudança na relação entre professor-aluno.

O computador é um recurso que pode desencadear essa nova dinâmica porque possibilita o fazer, o executar e criar coisas, encurta distâncias e facilita a comunicação. Portanto, a sua utilização na educação – principalmente quando ligado em rede – significa uma possibilidade de estruturar, potencializar, fortalecer novas idéias que podem transformar a escola num espaço vivo de produção, recepção e socialização de conhecimentos.

Este projeto ainda tem como objetivo:

- Sensibilizar os sujeitos do processo (aluno, professor e comunidade escolar) para que incorporem a tecnologia da informação e comunicação nas práticas pedagógicas.
- Distribuir e oportunizar as tecnologias de informática nas escolas públicas municipais, para que possibilite a qualidade na educação e de modernidade na gestão escolar.
- Favorecer a criação de novas formas de construção do conhecimento no ambiente escolar, com o uso das novas tecnologias.
- Estimular a produção de conteúdos digitais pelos alunos e professores no ambiente escolar, divulgando os mesmos com o uso dos recursos tecnológicos.
- Promover encontros pedagógicos e técnicos nas escolas, assessorando o corpo discente e docente no hábito da pesquisa, troca de experiências.
- Assessorar o professor na necessidade de construir e reconstruir o conhecimento através da metodologia de projetos.
- Capacitar e reciclar professores e gestores no domínio e utilização do computador e seus softwares, usando os recursos tecnológicos de modo interativo e cooperativo.
- Oferecer capacitação continuada aos coordenadores pedagógicos dos NTMEAB e professores articuladores dos laboratórios de informática educativa.

- Disponibilizar suporte técnico e pedagógico às escolas que possuem ambientes informatizados.
- Incentivar e sensibilizar a realização de cursos para capacitar e aperfeiçoar o corpo docente, através da Metodologia de Educação à Distância.
- Realizar palestras com os alunos, levando-os a tomada de consciência sobre si mesmo e sobre o mundo no qual está inserido.

2. DIAGNÓSTICO

Contextualização do Proinfo Municipal

O projeto municipal de informática na educação vincula-se ao PROINFO/SEED/MEC e destina-se a rede Pública Municipal de Areia Branca/ SE. Elaborado em 2009 por representante do TIC's Municipal.

Dados Formais do NTMEAB:

✓ Nome do NTMEAB

Núcleo de Tecnologia Educacional da Secretaria Municipal de Areia Branca – NTMEAB.

✓ Área de Abrangência das Escolas do NTMEAB

O NTMEAB com sede na Secretaria Municipal de Educação de Areia Branca/ Se, envolverá os povoados, vinculados a SMEAB, com 15 entidades educacionais sob sua jurisdição.

✓ Escolas Municipais Jurisdicionadas a Secretaria Municipal de Educação de Areia Branca/ SE

Nº	Unidade Escolar	INEP	Endereço
01	E. M. Antonio Lourenço da Silva	28006577	Povoado Boqueirão II
02	E. M. Célia Franco da Costa Prado	28006585	Povoado Pedrinhas
03	E. M. de 1º Grau Maria Vanira R. Pereira	28028589	Povoado Colônia
04	E. M. Dep. Euvaldo Diniz Gonçalves	28006593	Povoado Manilha
05	E. M. Idália Tavares de Almeida	28006615	Povoado Guidinha

06	E. M. João Antonio dos Passos	28006623	Povoado Canjinha
07	E. M. José Lino dos Santos	28006640	Povoado Rio das Pedras
08	E. M. José Romão do Nascimento	28006666	Sede
09	E. M. Rufino José de Santana	28006674	Povoado Serra Comprida
10	E. M. José Inácio da Fonseca	28006631	Povoado Junco
11	E. M. José Martins dos Santos	28006658	Povoado Caroba
12	E. M. Manoel Francisco Gomes	28006682	Povoado Chico Gomes
13	E. M. São José	28006690	Povoado Boqueirão I
14	E. M. Felix Madureira	28006607	Povoado Cajueiro
15	Unidade M. de Educação Pré Escolar Vovó Menininha	28027167	Sede

Tabela 72 Fonte: Elaborada pelas autoras

O Núcleo Municipal de Tecnologia Educacional NTME de Areia Branca, no desenvolvimento de suas ações tem a finalidade de potencializar o processo de ensino-aprendizagem, utilizando variados recursos disponíveis em tecnologia, viabilizando e promovendo uma maior interação entre os sujeitos da comunidade escolar.

As escolas recebem suporte técnico e pedagógico para o desenvolvimento de seus projetos didáticos e a mediação eficaz das TIC's no Sistema de Ensino.

Portanto, o NTMEAB se propõe a manter comunicação e acompanhamento constante, para que haja uma melhor interação entre os profissionais da educação municipal e alunos da rede. Proporcionar uma melhor comunicação entre coordenadores do Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO e articuladores do Programa. Essa comunicação servirá para discussão de idéias, metas e ações que merecem maior atenção, dialogar, elaborar e desenvolver projetos, utilizando como recurso: visitas, capacitações, encontros pedagógicos, reuniões, e-mails, blogs, fóruns, chats etc.

O NTMEAB foi homologado em 05 de novembro de 2010, pelo ofício 4730/2010/DITEC/SEED/MEC, o qual foi instalado na SMEAB no dia 17 de abril de 2012, onde podemos então colocar em prática os objetivos acima citados.

No caso das escolas da área rural, foram distribuídos pelo MEC a partir do ProInfo Rural alguns equipamentos em todas as escolas municipais rurais, doados para a criação de laboratórios de informática, onde funcionam com precariedade pois temos

problemas com rede elétrica e falta de sinal para internet móvel. Esses laboratórios, compostos por cinco computadores, monitor LCD, impressora de jato de tinta, wireless (rede sem fio) e Linux Educacional, têm garantia de 3 (três) anos e o sistema é composto por um PC (figura 2) no qual podem ser conectados a 5 (cinco) monitores de vídeo, teclados, mouses, caixas de som e microfones, compondo até 5 (cinco) estações de trabalho independentes.



Figura 10

Também estão voltados para o uso pedagógico da informática nas escolas da rede pública de educação básica, articulados à distribuição de computadores, de conteúdos e recursos multimídia e digitais, oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais. O kit reúne os hinos nacionais, mais de 200 objetos de aprendizagem, 800 vídeos educacional da programação da TV Escola, mais de 1800 textos de literatura em português, espanhol e inglês, além de 50 (cinquenta) aplicativos educacionais livres, contemplando as grades de Física, Química, Biologia, Matemática, Geografia, História e Português.

A formação de professores pelo NTE municipal obedece a um cronograma, seguindo o interesse dos mesmos que se matriculam e escolhem o horário do curso. (manhã ou tarde). São ofertados os três tipos de cursos que o ProInfo Integrado oferece e possui 02 (duas) professoras multiplicadoras que, embora não tendo feito curso de especialização na área de informática e educação, atuam no Núcleo a fim de formar os professores para trabalharem com informática e com as diferentes TICs na sua prática pedagógica.

O município oferece os três tipos de cursos do ProInfo Integrado e esses são os únicos em andamento para os professores e profissionais da área. Há também uma proposta para o Curso de Especialização de Tecnologias em Educação com 400 horas, com objetivo de atualização e aprofundamento nos princípios da integração de mídias e

à reconstrução da prática político-pedagógica, mas este ainda não está vigorando em Areia Branca.

3. METAS:

1. Investir em edificação, instalação e reordenação de espaços físicos, para a adequação de laboratórios de informática, recursos tecnológicos, acervos bibliográficos e equipamentos, promovendo parcerias entre os Núcleos de Tecnologias federal, estadual e municipal;
2. Oportunizar formação, capacitação, qualificação e aperfeiçoamento dos recursos tecnológicos disponíveis nas escolas, preparando a comunidade escolar para o uso das TICs e equipamentos e incluí-la digitalmente na sociedade.

4. ESTRATÉGIAS:

1. Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da secretaria de educação municipal, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da secretaria de educação, professores e alunos;
2. Prever um sistema de informações em parceria com o Estado, União e instituições privadas, que orientem e viabilizem a política de formação em novas tecnologias de informação e comunicação;
3. Incentivar a oferta de cursos de formação continuada, promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e aperfeiçoar os laboratórios de informática para a realização desses cursos;
4. Mobilizar e articular a oferta de cursos básicos de informática, destinados a atender a população excluída do mercado de trabalho, sempre associados à Educação Básica;
5. Estabelecer a permanente revisão e adequação dos cursos oferecidos para técnicos, professores e alunos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELORS, Jacques. (2001). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 6 ed. São Paulo: UNESCO, MEC, Editora Cortez.

NOVÓIA, Antônio. (1995). *As organizações escolares em análise*. 2. ed. Lisboa-Portugal: Dom Quixote Ltda.

PACHECO, J. A. (1995). *O Pensamento e a ação do professor*. Porto: Porto Editora.

VALENTE, J. A. (2002a). *A espiral da aprendizagem e as tecnologias da informação e comunicação: repensando conceitos*. In: JOLY, M.C. (Ed.). *Tecnologia no ensino: implicações na aprendizagem*. São Paulo: Casa do Psicólogo Editora, p.15-37

V - TEMAS TRANSVERSAIS

¹²Marineide Santos Macedo

1. Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos é uma proposta educacional voltada para a construção de uma cultura de respeito à dignidade do ser humano de todas as pessoas sem exceção. Embora possa ter significados diferentes nas diversas culturas, a dignidade humana se assenta no princípio de que todos os seres humanos têm direito à felicidade individual e coletiva e, portanto, ninguém pode fazer o outro sofrer para conseguir sua felicidade.

Na Educação em Direitos Humanos, os valores são organizados a partir de determinados princípios teóricos e metodológicos. Assim podemos sintetizá-los:

a) Sujeito de direitos: Todo ser humano se constrói histórica e socialmente como sujeito, ou seja, um indivíduo capaz de autonomia de pensar e de ser, não podendo, portanto, jamais ser tratado como objeto.

b) Diversidade: A humanidade é extremamente diversa, composta de diferentes etnias, costumes, religiões, filosofias, pensamentos morais, etc. Não há um determinado padrão que possa legitimar este ou aquele povo, este ou aquele modo de ser como modelo ideal de ser humano a ser seguido por todos.

c) Democracia: A sociedade democrática é aquela que garante a liberdade de ser de cada indivíduo, porém – ao mesmo tempo – o bem estar de todos igualmente. Neste sentido, o poder público, a segurança e a justiça devem ser expressões da vontade racional e democrática da maioria, contudo sem excluir ou eliminar o direito de existir e de expressar das minorias. As relações democráticas devem ser a base das organizações sociais, incluindo a escola e o ensino.

d) Sensibilidade ética. As relações éticas de respeito à dignidade humana não se constroem apenas pelo conhecimento racional dos direitos e deveres na convivência

¹² Mestranda em Ciências da Educação (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias); Pós-graduada em Educação, Desenvolvimento e Políticas Públicas Educativas (Centro de Tecnologia e Pesquisa/Faculdade Nossa Senhora de Lourdes); Licenciada em Pedagogia; Professora da Rede Municipal de Areia Branca e Itabaiana.

democrática. A vivência de uma cultura de respeito aos direitos humanos depende da sensibilidade de cada um diante da condição humana do outro. Ao colocar-se no lugar do outro, consigo perceber as situações de alegria e sofrimento do outro física e moralmente. Esta sensibilidade ética impulsiona atitudes de solidariedade incondicional.

e) Mudança e transformação social. A EDH está comprometida em formar gerações que lutem para superar todas as formas de violações da dignidade humana. Cabe, pois, a EDH proporcionar aos estudantes conhecimentos e vivências coletivas para que desenvolvam a consciência crítica da realidade e de si mesmo e se perceberem como sujeitos de transformação da sociedade.

f) Espaço público e meio ambiente. A EDH deve desenvolver no aluno o respeito ao espaço público como bem coletivo e de utilização democrática de todos. A convivência na esfera pública é uma educação de cidadania. Esta dimensão política da educação deve ser estendida ao cuidado com o meio ambiente local, regional e global. A sobrevivência da humanidade de hoje e das futuras gerações depende de um desenvolvimento sustentável que preserve a diversidade da vida e das culturas.

g) Transversalidade, vivência e globalidade. Quanto à dimensão metodológica a EDH não pode ser exclusividade de uma determinada disciplina ou área. Os direitos humanos se caracterizam pelo seu caráter transversal e, por isso, devem ser trabalhados a partir do diálogo interdisciplinar. Suas metodologias devem envolver toda a comunidade escolar: alunos, professores, funcionários, direção, pais e comunidade local. Além disso, no mundo de comunicação globalizada, a EDH procura estimular e fortalecer os vínculos entre o local, o nacional e o mundial.

2. Educação e Meio Ambiente

A educação ambiental compreende a complexidade como uma característica inerente aos processos educativos; este campo é propício para aprender a aprender a complexidade, já que as ciências da educação, por definição, como objeto de conhecimento, são tributárias de diversas disciplinas que conformam um campo complexo onde interatuam os emergentes sociais, as demandas comunitárias, as demandas políticas, os avanços na epistemologia, a didática, a psicologia da aprendizagem, a sociologia, as ciências naturais, etc.

3. Desigualdades, Discriminações e Diversidades

Uma Política Pública de Educação que parta da premissa na qual a diferença tem como significantes *defeito*, *inadequação* e *desigualdade* não cumpre o papel transformador e emancipador da educação e muito menos de uma educação para direitos humanos. Como já apontamos em outra ocasião:

“Nesse quadro, ser diferente é ser necessariamente objeto de desqualificação, de depreciação, e, conseqüentemente, ocupar um lugar minoritário. Por lugar minoritário entendo um espaço ocupado por sujeitos que não possuem reconhecimento e possibilidade de uso da palavra. Não posso concordar com certas leituras que relacionam minoria com quantidade, visto que mulheres e negros, por exemplo, não são minorias numéricas, mas ocupam sim um lugar minoritário em uma sociedade marcada milenarmente por uma lógica patriarcalista, e que reconhece como detentor do poder apenas o homem. E não um homem qualquer. Reconhece como detentor do poder, como ocupante do lugar majoritário, capaz de nomear e normatizar, o homem branco, eurocêntrico, cristão e heterossexual. Diferir desse padrão é ocupar algum espaço mais ou menos minoritário, mas definitivamente minoritário” (Silva, 2007, p. 3).

A escola tem que abrir as portas ao dissenso, ao múltiplo; às questões que são silenciadas e que não têm lugar público. A escola precisa assumir seu papel de defensora do direito à memória e ao reconhecimento; é preciso tornar a escola um elemento polarizador de turbulências e conflitos, um agente de fermentação social da realidade.

4. Orientação Sexual

No Brasil, a Educação Sexual na escola já faz parte de pelo menos um documento nacional desde 1996: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que se configuram por um conjunto de propostas educativas, publicadas pelo Ministério da Educação e do Desporto em 1997, que visam trabalhar temas sociais de modo transversal nas disciplinas curriculares diversas. Os temas são: ética, saúde, meio-ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural.

A educação sexual nas escolas deve fundamentar-se em uma concepção pluralista da sexualidade, ou seja, no reconhecimento da multiplicidade de comportamentos sexuais e de valores a eles associados. É preciso considerar cada indivíduo em sua singularidade e inserção cultural, e partir da ideia que não há uma verdade absoluta sobre as concepções, atitudes e práticas de como viver a sexualidade.

5. Educação para o Trânsito

Anualmente os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito (órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios) elegem uma semana do mês de setembro para concentrar esforços, visando ao fomento de práticas positivas voltadas ao trânsito, genericamente denominadas de educação de trânsito. É a “Semana Nacional de Trânsito”.

Mesmo abrangendo a educação no trânsito de forma global, afinal a Semana Nacional de Trânsito tem fins essencialmente educativos, mostra-se útil não só por suas ações, mas por seu valor simbólico em demonstrar união de esforços. Todos os anos elege-se um aspecto comportamental ou técnico a ser seguido como referência de boa prática: uso de acento elevado para crianças, cinto de segurança, transporte seguro de cargas, perigos da mistura álcool e direção etc.

A Educação no trânsito nos leva a uma compreensão mais ampla e profunda, envolvendo o próprio processo de desenvolvimento intelectual e moral do ser humano, denominado Educação. Refere-se à verificação prática, especificamente na área de trânsito, do resultado dos métodos empregados no ensino e aperfeiçoamento de todas as faculdades humanas relacionadas à vida em sociedade, passando por aspectos culturais, intelectuais, morais da criança, adulto e idoso. Tudo isso transmitido, consolidado, aperfeiçoado ou corrigido por meio de técnicas, métodos e gestão de Ensino.

6. ESTRATÉGIAS:

- 1.** Registrar, explicitamente, no Projeto Político Pedagógico e nos planos anuais de cada Escola ações e prazos relacionados à Educação em Direitos Humanos;
- 2.** Proporcionar aos profissionais da educação e outras lideranças na área, possibilidade de participação em eventos para intercâmbio e troca de experiências na área de Direitos Humanos;
- 3.** Acompanhar o cotidiano das relações entre estudantes, para coibir o bullying e promover a interação positiva entre os que possuem orientação sexual diferente;

4. Garantir apoio especializado (psicológico, assistência social) a alunos e profissionais em educação que sofreram ou sofrem algum tipo de discriminação e/ou violência, garantindo-lhes o acesso e permanência na escola, com segurança;
5. Elaborar um plano de formação na temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, para promover a capacitação dos Profissionais da Educação de todos os níveis de ensino visando implementar a Lei Federal 10.639/2003 em dois anos.
6. Incentivar o protagonismo cultural, nas escolas, refletindo sobre o uso da cultura midiática, transformando essa reflexão em produtos culturais produzidos por alunos para a comunidade escolar;
7. Incentivar as escolas para que estabeleçam momentos de discussão com a família ou responsáveis sobre a rotina da escola, em relação às questões ambientais, visando conscientização e mudança de atitudes;
8. Garantir a implementação do tema da sustentabilidade de forma transversal nos conteúdos escolares;
9. Favorecer a incorporação e reconhecimento, por parte das escolas, de que a educação sexual integra-se ao projeto político e pedagógico reduzindo a vulnerabilidade de crianças e jovens, promovendo a saúde sexual e a convivência, com respeito à diversidade sexual;
10. Oportunizar a reflexão crítica sobre os materiais pedagógicos utilizados nas escolas, como livros, cartilhas, figuras e textos de modo que esses instrumentos pedagógicos não reproduzam a discriminação, os preconceitos sexuais e a imposição de valores morais conservadores;
11. Assegurar o espírito laico nas escolas e que crenças religiosas não devam ser atreladas ao trabalho do professor; ao mesmo tempo, trabalhando com a educação sexual intencional, é possível a garantia do respeito aos valores da família, religiosos, morais e a promoção da autonomia do aluno no que se refere ao acesso à informação reflexiva;

12. Incluir o tema “Educação para o Trânsito”, unindo a teoria à prática, como conteúdo das escolas a curto prazo, integrado a diversas disciplinas, buscando a vivência (dos alunos) do tema e o desenvolvimento da mudança de cultura em trânsito e mobilidade;
13. Criar ambientes integrados de “Educação para o Trânsito” nos espaços de vivência dos alunos nas escolas, para o desenvolvimento de atividades dirigidas e/ou livres relacionadas ao trânsito; (suprimir)
14. Viabilizar a criação de material didático sobre conduta defensiva no trânsito, de acordo com a faixa etária e valores humanos que permeiam a “Educação para o Trânsito”;
15. Desenvolver junto aos órgãos competentes campanhas permanentes de “Educação para Trânsito”, utilizando diversas mídias, por meio de parcerias;
16. Implantar nas unidades de ensino do município projetos envolvendo a temática das drogas e suas consequências.

7. REFERÊNCIA:

SILVA, Alessandro Soares da. Direitos Humanos e Lugares Minoritários: um convite ao pensar sobre processos de exclusão na escola. Em *Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. 2007. Acessado em 18 de setembro de 2011 e Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/11_soares.pdf.

VI - PROGRAMAS EDUCACIONAIS

1. Programas Educacionais do Governo Federal

¹³Elisângela Oliveira Andrade

Nesse capítulo, uma sucinta apresentação dos Programas de Governo para promover a melhoria da qualidade do ensino público, conceituando cada programa que a Educação Municipal atualmente participa. Não debruçamos melhor sobre cada um deles porque não é do nosso interesse criticar ou elogiar sua implantação, implementação ou importância das políticas do Governo. Mas identificar quais possíveis impactos da inserção dessas ações no município de Areia Branca, que não raras vezes, convivem com o distanciamento e a precariedade de recursos para a aplicabilidade desses programas, bem como desvendar que perspectivas são trazidas a esse município em prol do progresso e do processo educativo.

Com efeito, um panorama favorável passou a existir com a implementação de alguns dos programas governamentais, implicando isso na implantação de muitas inovações no processo educativo de nosso município. Analisemos, portanto, os programas mais expressivos:

Atleta na Escola

O Programa Atleta na Escola tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos, através do Governo Federal em parceria com os Estados, Distrito Federal, Municípios, Escolas públicas (privadas e federais), Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiro e as Confederações Brasileiras de Atletismo, Judô e Voleibol, com o intuito de alcançar tais objetivos expostos.

Formação pela Escola

¹³ Pós-graduada em Língua Portuguesa; Licenciada em Letras Português; Técnico Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação; Presidente do Rotarat /Itabaiana. Professora da Rede Municipal de Areia Branca.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) quer estimular toda a comunidade escolar a contribuir ainda mais com a qualidade na educação. Por isso, criou o FormAção pela Escola, em parceria com a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC). O Formação pela Escola é um programa de formação continuada, na modalidade a distância, que tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da atuação das pessoas envolvidas com execução, acompanhamento, avaliação, controle e prestação de contas de programas do FNDE.

PAR - Plano de Ações Articuladas

O Plano de Ações Articuladas visa promover a melhoria da qualidade da educação básica. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, colocou à disposição dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, instrumentos eficazes de avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública.

A partir da adesão ao Plano de Metas do PDE, Areia Branca passou à elaboração de seu PAR.

Todos os entes federados (estados e municípios) já poderão fazer um novo diagnóstico da situação educacional local e elaborar o planejamento para uma nova etapa (2014 a 2018), com base no Ideb dos últimos anos.

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. O programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. Os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento

congênera, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

a) PDDE Interativo é o sistema ou plataforma utilizada pelo programa. Em 2012, a metodologia do PDE Escola foi disponibilizada para todas as escolas através do PDE Interativo. A partir de 2014, o sistema foi denominado PDDE INTERATIVO, para melhor identificação com os programas que transferem recursos.

b) PDDE Escola do Campo consiste no repasse financeiro por meio de transferência de recursos, nas categorias econômicas de custeio e capital, para contratação de mão-de-obra e outras despesas necessárias à manutenção, conservação e pequenos reparos em suas instalações, bem como aquisição de mobiliário escolar e outras ações de apoio com vistas à realização de atividades educativas e pedagógicas coletivas requeridas pela oferta de turmas organizadas sob a forma de multisseriação.

c) PDDE Escolas Sustentáveis prevê recursos a serem empregados: para a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental, considerando a gestão, o currículo, o espaço físico e a relação com a comunidade; para apoiar a realização dos projetos elaborados no contexto da realização da IV Conferência Nacional Infância-Juvenil pelo Meio Ambiente (IV CNIJMA), como forma de estimular a continuidade de processos educadores que envolvam e valorizem a participação da comunidade escolar em ações voltadas à sustentabilidade socioambiental.

PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola

É um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo, com objetivo de auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão. Para as escolas priorizadas pelo programa, o MEC repassa recursos financeiros destinados a apoiar a execução de todo ou parte do seu planejamento.

Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o

projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macro campos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros. Tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando determina que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Aos oito anos de idade, as crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de texto.

Ao aderir ao Pacto, os entes governamentais se comprometem a alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática e realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do Ensino Fundamental.

PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e o Caminho da Escola

O Ministério da Educação executa atualmente dois programas voltados ao transporte de estudantes: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar, que visam atender alunos moradores da zona rural.

O Caminho da Escola foi criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, e consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Já o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

O programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola

O Programa Nacional Biblioteca da Escola, desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O

atendimento é feito em anos alternados: em um ano são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos. Já no ano seguinte são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar.

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

O Programa Nacional do Livro Didático tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.

O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes.

O PNLD também atende aos alunos que são público-alvo da educação especial. São distribuídas obras didáticas em Braille de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários.

PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia Educacional

É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias.

Para fazer parte do Proinfo Urbano e /ou Rural, o município seguiu três passos: a adesão, o cadastro e a seleção das escolas.

PSE - Programa Saúde na Escola

O Programa visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

O público beneficiário do PSE são os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e Educação de Jovens e Adultos.

1.1 Programa Mais Educação: Primeiro Passo para a Educação Integral

¹⁴ Andreia Freire dos Santos

*“A educação integral não é uma tecnologia social, é uma nova forma de viver a vida”
(Jaqueline Moll)*

É uma ação interministerial instituída pela Portaria nº 17/2007 e pelo Decreto Presidencial 7.083/2010 e integra as ações do Plano do Desenvolvimento da Educação (PDE). É uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e organização curricular, na perspectiva da Educação Integral, contribuindo para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. São Objetivos do programa:

- ✓ Fomentar a Educação Integral por meio do apoio às atividades sócio-educativas no contra turno escolar;
- ✓ Garantir proteção e desenvolvimento integral às crianças e aos adolescentes que vivem em zonas de risco e beneficiários do “Programa Bolsa Família.”
- ✓ Elevar a aprendizagem dos alunos expandindo seus conhecimentos para além dos muros da escola;
- ✓ Elevar o nível do IDEB nas escolas públicas.

Cabe a Secretaria Municipal de Educação disponibilizar um professor vinculado à escola, com dedicação de no mínimo 20h e preferencialmente 40h, denominado “Professor Comunitário”, que será o responsável pelo acompanhamento pedagógico do programa. Nomear um técnico na secretaria, responsável pela coordenação do Programa no âmbito da secretaria de educação, que integrará o Comitê do PDDE Interativo.

O gestor da Unidade Escolar precisa ter uma visão ampla de desenvolvimento educacional, e o crescimento da escola perpassa pelo comprometimento da comunidade escolar e das pessoas. Se quisermos uma “Educação Integral de Qualidade” à prioridade é o Pedagógico, seguida como ancora do processo administrativo. E que a preparação

¹⁴ Pós-graduada em Psicopedagogia Clínico e Institucional (Faculdade São Luís de França) Licenciada em Física (UFS); Coordenadora Municipal do ProInfo; Professora da Rede Municipal de Areia Branca.

da criança para os embates da vida, tem que acontecer no tempo certo. O gestor escolar para conduzir a escola, precisar tomar decisões, aprender a correr riscos vencer desafios.

Os Princípios do Programa

Educar/Cuidando ou Cuidar/Educando

- ✓ Princípio Ético – combater e eliminar qualquer manifestação de preconceito e discriminação;
- ✓ Princípio Político – defender o reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania;
- ✓ Princípio Estético – valorizar as diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira, e a construção de identidades plurais e solidárias.

“Os Macrocampos”

Ao fazer a adesão ao programa é necessário que cada unidade escolar juntamente com sua equipe, seleciona os macrocampos que mais condiz com a realidade de cada comunidade, veja a seguir os que estão disponíveis:

Escolas Urbanas

- Acompanhamento Pedagógico Obrigatório
- Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica
- Cultura, Artes e Educação Patrimonial.
- Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica.
- Esporte e Lazer
- Educação em Direitos Humanos
- Promoção da Saúde

Escolas do Campo

- Campos do Conhecimento – Acompanhamento Pedagógico Obrigatório
- Agro ecologia
- Iniciação Científica

- Educação em Direitos Humanos
- Cultura, Arte e Educação Patrimonial
- Esporte e Lazer
- Memória e História das Comunidades Tradicionais

1.1.1 O Programa Mais Educação no Município de Areia Branca

O Programa foi aderido em nosso município em 2012, na Escola Municipal José Romão do Nascimento onde matriculamos 150 alunos em 05 oficinas: Letramento, Matemática, Educação Patrimonial, Banda de Fanfarra e Atletismo. No ano de 2014 ampliamos a adesão para 13 escolas, 2 na zona urbana e 11 na zona rural.

Tivemos uma boa aceitação por parte de alunos e pais, onde tiramos crianças e adolescentes das ruas e colocamos na escola para realizarem oficinas que ocupavam a mente e o tempo.

Das oficinas trabalhadas no primeiro ano a que mais se destacou foi a da banda de fanfarra, os alunos se empenharam ao máximo e logo no primeiro ano já fizeram uma belíssima apresentação no Desfile Cívico de setembro e tem se apresentado em outros eventos do município. O artesanato também os interessou dentre as demais. Nas escolas do campo a aceitação foi maior ainda, em artes, dança, atletismo e acompanhamento pedagógico.

1,1.2 - META:

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

1.1.3 ESTRATÉGIAS:

1. Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos

(as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

2. Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

3. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

4. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;.

5. Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública;

6. Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

7. Atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

8. Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, assegurando atendimento educacional especializado

complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

9. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

1.1.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Ministério da Educação. Manual Operacional de Educação Integral. Brasília 2014.

MOLL, Jaqueline. Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica no MEC de 2007 a 2013.

1.2 PNAE

Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Areia Branca – SE

¹⁵Larissa Simões Menezes

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tem como finalidade garantir, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação dos estudantes de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, incluindo as modalidades de ensino de educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Junto a isso, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional, o programa tem como meta contribuir com o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos alunos e a formação de hábitos alimentares saudáveis.¹

No município de Areia Branca-SE, o Setor Municipal de Alimentação Escolar (SEMAE), vinculado à Secretaria Municipal de Educação, é o setor responsável pela alimentação escolar dos alunos matriculados nas escolas da rede municipal pública de ensino.

Atualmente, o município possui 06 escolas e 03 creches com os Programas educacionais: PNAE Creche, PNAE Pré-escolar, PNAE Fundamental, AEE, EJA e Mais Educação.

O gráfico abaixo representa o número de alunos atendidos pelo PNAE segundo o censo escolar²:

¹⁵ Graduada em Nutrição Bacharelado pela Universidade Federal de Sergipe

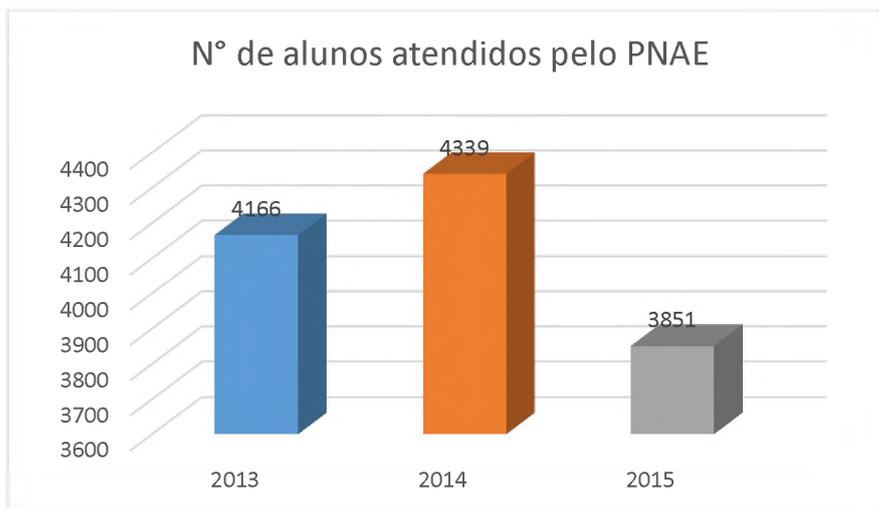


Gráfico 07 – N° de alunos beneficiados pelo PNAE segundo o censo escolar 2013 a 2015

A partir de 2006, exigiu-se a presença do nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa, bem como do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as Entidades Executoras³. Atualmente, a nutricionista Larissa Simões Menezes é a Responsável Técnica pelo PNAE no município.

O quadro abaixo demonstra o quadro de nutricionistas cadastradas no PNAE pelo município de Areia Branca-SE⁴.

Nutricionista	CRN	Situação	Status
LARISSA SIMOES MENEZES	4286-05	RT	APROVADO
TELMA DE CASSIA MERO SALES	1529-5	RT	DESVINCULADO
VALTERCIA DOS SANTOS SANTANA	1951-9	RT	DESVINCULADO
VALTERCIA DOS SANTOS SANTANA	1951-5	QT	DESVINCULADO
WANESSA MONTEIRO PASSOS	4968-5	RT	DESVINCULADO
WANESSA MONTEIRO PASSOS	4968-5	RT	DESVINCULADO

Tabela 73

*RT: Responsável Técnico

**QT: Quadro Técnico

Em 2 de junho de 2000, foi instituído que cada município deveria ter um Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do PNAE. Atualmente, os CAEs são formados por representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos professores, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo³.

Em Areia Branca, a 1ª constituição do CAE ocorreu em 2001. A atual formação do CAE, organizada em 2014, é composta por⁵:

Dados dos Membros						
	Nome	Cargo	Categoria	Ato de Nomeação	Nº Ato	Data Início
T	EUNICE DOS SANTOS SOUZA	VICE-PRESIDENTE(A)	PAIS DE ALUNOS	PORTARIA	004	17/03/2014
S	MARIA EVALDA NUNES DOS SANTOS	MEMBRO	PAIS DE ALUNOS	PORTARIA	004	17/03/2014
T	JOSE ADAILSON DE ALMEIDA	PRESIDENTE(A)	EDUCAÇÃO DOCENTE	PORTARIA	004	17/03/2014
S	JOSEFINA MARIA DOS SANTOS	MEMBRO	EDUCAÇÃO DOCENTE	PORTARIA	004	17/03/2014
T	JULIANA DA CRUZ SANTOS	MEMBRO	EXECUTIVO	PORTARIA	004	17/03/2014
S	EVERALDO JOSE DE SOUSA	MEMBRO	EXECUTIVO	PORTARIA	004	17/03/2014
T	MARIA APARECIDA DO VALE NASCIMENTO	MEMBRO	EDUCAÇÃO DOCENTE	PORTARIA	004	17/03/2014
S	NOELMA SOUSA	MEMBRO	EDUCAÇÃO DOCENTE	PORTARIA	004	17/03/2014
T	MARIA APARECIDA MENESES DOS SANTOS	MEMBRO	SOCIEDADE CIVIL	PORTARIA	004	17/03/2014
S	JOSIRA MARIA DE JESUS	MEMBRO	SOCIEDADE CIVIL	PORTARIA	004	17/03/2014
T	MARIA ELIELZA GOMES	MEMBRO	SOCIEDADE CIVIL	PORTARIA	004	17/03/2014
S	WASINGTON SANTOS MENEZES	MEMBRO	SOCIEDADE CIVIL	PORTARIA	004	17/03/2014
T	RENILZA DOS SANTOS SOUZA	MEMBRO	PAIS DE ALUNOS	PORTARIA	004	17/03/2014
S	ROCELEIDE FREIRE OLAVO	MEMBRO	PAIS DE ALUNOS	PORTARIA	004	17/03/2014

Tabela 74 *Legenda: T - Titular, S - Suplente*

Obs: Os membros do Executivo citados foram substituídos por: Maria de Lourdes Mendonça Rodrigues (Titular) e Geovania Alves Matos (Suplente).

Diante do que foi exposto, conclui-se que o PNAE é de suma importância para atender parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos areia-branquenses, contribuindo com o seu desenvolvimento e com seu rendimento na sala de aula.

1.2.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1] Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação escolar [acesso em 07 de abril de 2015]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>;

[2] Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação escolar-Consultas [acesso em 07 de abril de 2015]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas>;

[3] Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação escolar-Histórico [acesso em 07 de abril de 2015]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>;

[4] Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação escolar-Lista de Nutricionistas [acesso em 08 de abril de 2015]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sinutrinet/inicio;jsessionid=8E8CDDC08B210BA114038F1B22054CD4.ouro015>

[5] Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação escolar-Espelho do CAE [acesso em 08 de abril de 2015]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/consultaEspelhoCae.do>

VII FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

1. A Formação e Valorização Docente

¹⁶Josefina Maria dos Santos

A valorização dos professores é um tema bastante discutido na teoria, porém com pouca praticidade. Ao contrário do que se exige a Constituição Federal no seu artigo nº 206, inciso V, ao discorrer da importância da valorização do profissional da educação, também defendido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) nos seus artigos 62 e 63 ao fazer menção à valorização desses profissionais da educação na sua formação inicial e continuada, seguindo com os avanços na carreira e através da valorização pelo Piso Salarial Profissional.

Em se tratando das políticas públicas de valorização dos profissionais da educação do Município de Areia Branca/SE, ainda se faz necessário uma maior efetivação de propostas de ampliação de recursos voltados para a defesa e concessão de direitos e de melhoria nas condições do trabalho público.

A aprovação do Plano Nacional de Educação e conseqüentemente a aprovação do plano municipal de Areia Branca aumenta a expectativa de que os profissionais de educação deste município terão a garantia de defesa e concessão dos direitos cabíveis assegurados por esta lei.

Enfatizando a forma de organização da estrutura educacional e valorização dos profissionais de educação deste município, no tocante ao que atende esta secretaria de educação e a formação inicial e continuada dos profissionais, esta secretaria atende da Educação Infantil ao 9º (nono) ano do Ensino Fundamental, possuindo 16 (dezesesseis) unidades escolares, sendo que 03 (três) localiza-se na zona urbana e 13 (treze) na zona rural. Possui também 04 (quatro) creches, sendo 01 (uma) na zona urbana e 03 (três) na zona rural, com funcionamento apenas em duas delas. Em 2013 a matrícula de alunos foi de 3.771 (três mil setecentos e setenta e um) alunos para um universo de 178 (cento e setenta e oito) professores, no qual 02 (dois) ainda não tem formação específica para

¹⁶ Licenciada em Letras Português; Representante do SINTESE/Areia Branca; Professora Municipal; Responsável pela Sistematização da Formação e Valorização no PME/Areia Branca.

atuarem na área, 23 (vinte e três) com nível médio na modalidade Normal, 34 (trinta e quatro) com nível Superior, 118 (cento e dezoito) com especializações em Pós-Graduações lato-sensu e 01 (um) com Mestrado.

Não obstante ao que se trata no Plano de Carreira do Magistério, Lei nº 001/2005 e no Estatuto do Magistério - Lei nº003 de 22 de outubro de 2008, considerando os percentuais de escalonamentos contemplados nestas leis relativos ao direito à valorização por formação e por tempo de serviço, vale ressaltar que durante a implementação do Piso salarial seus percentuais foram rebaixados, e que a construção do Plano Municipal de Educação em especial nas metas 15 e 17 que tratam da formação e valorização dos profissionais de educação se apresenta como garantia para a reconstrução da carreira e valorização dos professores.

Em se tratando dos demais profissionais da educação, que não os professores, pretende-se, a partir da criação deste plano, consolidar políticas públicas que viabilizem a melhoria da formação destes profissionais por meio de parcerias com entidades de formação para uma maior efetividade na prestação dos serviços educacionais. E assegurar direitos de melhorias salariais como incentivo ao trabalho de qualidade. Com base na democracia de direitos que são conferidos a uma sociedade justa, entende-se a partir da implementação deste plano que, os direitos resguardados devam existir a partir da criação do Estatuto dos Servidores Municipais com discussões que envolvam seus sindicatos de base e secretaria municipal de educação quando se tratar das políticas de valorização profissional voltadas ao que compete ao desenvolvimento profissional e remuneratório das merendeiras, vigilantes, técnicos administrativos e servidores gerais das unidades de ensino.

1.1 DIAGNÓSTICO:

Demonstrativo do Quadro de Professores da Rede Municipal de Ensino de Areia Branca

INFORMAÇÕES GERAIS		
TOTAL DE PROFESSORES	178	
FORMAÇÃO	QUANTIDADE	EM PROPORÇÃO (%)
PROFESSORES NIVEL MEDIO	25	14,04%
PROFESSORES COM LICENCIATURA	34	19,10%
PÓS – GRADUAÇÃO	118	66,29%
MESTRADO	01	0,57%

Tabela 75 Fonte: Setor Pessoal/Areia Branca 2014

DETALHAMENTO		
ORDEM	NOME DO PROFESSOR	FORMAÇÃO
01.	ADELMA DE SANTANA	MEDIO
02.	BERTULINA SILVA MACEDO	MEDIO
03.	GENILDE DIAS DOS SANTOS	MEDIO
04.	GICELMA DIAS	MEDIO
05.	GINEILDE DE JESUS SANTOS	MEDIO
06.	JOSINEIDE DOS SANTOS SILVA	MEDIO
07.	JUSIENE DA SILVA SANTOS	MEDIO
08.	LINDINALVA LEITE SANTOS	MEDIO
09.	LUCIA MARIA R. DOS SANTOS	MEDIO
10.	LUCIVANIA DA SILVA SANTOS	MEDIO
11.	MARIA AUXILIADORA SOUZA	MEDIO
12.	MARIA DE FATIMA DIAS COSTA	MEDIO
13.	MARIA GILMA SOUSA RODRIGUES	MEDIO
14.	MARIA JOSE MACEDO LOPES	MEDIO
15.	MARIA ROSANGELA DE S. SOUSA	MEDIO
16.	MARIA JOSE MATOS SANTOS	MEDIO
17.	MARIA EDIVALDA S. DE ALMEIDA	MEDIO
18.	MARIA LUCIA F. DE OLIVEIRA	MEDIO
19.	MARIA JOSE SIMOES RODRIGUES	MEDIO
20.	MARIA FELICIANA DE ANDRADE	MEDIO
21.	MARIA SELMA S. DE SANTANA	MEDIO
22.	ROSANGELA ALCANTARA DOS SANTOS	MEDIO
23.	SIVANIA DOS SANTOS	MEDIO
24.	TATIANA RODRIGUES DE ALMEIDA	MEDIO
25.	VANDEILDE DOS SANTOS	MEDIO

26.	ANA LUIZA DE MENEZES	LICENCIATURA
27.	ANDREA MARIA DOS SANTOS	LICENCIATURA
28.	ALESSANDRA M. DE ALMEIDA	LICENCIATURA
29.	ANGELA MARIA ALVES	LICENCIATURA
30.	ANALINE NASCIMENTO DE OLIVEIRA	LICENCIATURA
31.	ARLENE O. NASCIMENTO SANTOS	LICENCIATURA
32.	AGLAE OLIVEIRA PASSOS	LICENCIATURA
33.	CHALLON MARINEIRO JURGENS	LICENCIATURA
34.	CLEANE MARIA LIMA	LICENCIATURA
35.	DAYSIANE DOS S. SILVA	LICENCIATURA
36.	DEUSA DOS S. DE OLIVEIRA	LICENCIATURA
37.	EDILEUZA DE JESUS FERNANDES	LICENCIATURA
38.	ELISANGELA R. CRUZ BRAZ	LICENCIATURA
39.	FERNANDA DOS SANTOS OLIVEIRA	LICENCIATURA
40.	GECIENE DOS SANTOS PASSOS	LICENCIATURA
41.	IVANILDE SALES DOS SANTOS	LICENCIATURA
42.	JOSE ADAILSON DE ALMEIDA	LICENCIATURA
43.	JOSE PEREIRA DOS SANTOS	LICENCIATURA
44.	JOSEFA ALMEIDA CRUZ	LICENCIATURA
45.	JOSEFINA MARIA DOS SANTOS	LICENCIATURA
46.	LILIAN ADRIANA DE J. MENDONÇA	LICENCIATURA
47.	MARIA DAS GRAÇAS S. CIQUEIRA	LICENCIATURA
48.	MARIA ISABEL CARVALHO DE JESUS	LICENCIATURA
49.	MARIA ADRIANA DOS SANTOS	LICENCIATURA
50.	MARIA APARECIDA DO VALE SOUZA	LICENCIATURA
51.	MARIA IOLANDA DE OLIVEIRA PASSOS	LICENCIATURA
52.	MARIA JOSE OLIVEIRA SANTOS	LICENCIATURA
53.	MARIA LUZIA CARVALHO OLIVEIRA	LICENCIATURA
54.	NEUZA MARIA DOS S. OLIVEIRA	LICENCIATURA
55.	NOELMA SOUSA	LICENCIATURA
56.	SANDRA ARAUJO MOREIRA	LICENCIATURA
57.	TANIA MARA DE JESUS	LICENCIATURA
58.	THATIANA FIGUEIREDO AZEVEDO	LICENCIATURA
59.	VERA LUCIA FONSECA SILVA	LICENCIATURA
60.	ADRIANA M. SANTOS SOUZA	PÓS – GRADUAÇÃO
61.	ANA CRISTINA DOS S. MARTINS	PÓS – GRADUAÇÃO
62.	ANA MARIA MOTA DA FONSECA	PÓS – GRADUAÇÃO
63.	ANA PAULA ROCHA BARRETO	PÓS – GRADUAÇÃO
64.	ANDREIA FREIRE DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
65.	ANA MARIA FERREIRA	PÓS – GRADUAÇÃO
66.	ANA CRISTINA ALVES DE SOUZA	PÓS – GRADUAÇÃO
67.	ANA LUCIA MENDONÇA	PÓS – GRADUAÇÃO
68.	ANAELMA ALVES RIBEIRO	PÓS – GRADUAÇÃO
69.	ANGELA MARIA ALVES	PÓS – GRADUAÇÃO

70.	ANDRE LUIS CORREIA SOARES	PÓS – GRADUAÇÃO
71.	ANDREA DE O. FONSECA	PÓS – GRADUAÇÃO
72.	ALDAIR DE JESUS	PÓS – GRADUAÇÃO
73.	ALEXANDRA ROCHA B. MACIEL	PÓS – GRADUAÇÃO
74.	ALEXANDRA DA SILVA SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
75.	CARLA REJANE DA CRUZ PINHEIRO	PÓS – GRADUAÇÃO
76.	COSMIA M. DE JESUS OLIVEIRA	PÓS – GRADUAÇÃO
77.	CELIA M. DO NASCIMENTO SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
78.	DIRLENE VIEIRA DA C. LEITE	PÓS – GRADUAÇÃO
79.	EDENIA MARIA COSTA REIS	PÓS – GRADUAÇÃO
80.	EDILMA SILVA SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
81.	EDNALVA DA SILVA MENEZES	PÓS – GRADUAÇÃO
82.	EDINELMA BISPO DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
83.	EDINICE CARVALHO CARDOSO	PÓS – GRADUAÇÃO
84.	EDIVALDA DE OLIVEIRA SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
85.	EDIVANDA DE OLIVEIRA FREIRE	PÓS – GRADUAÇÃO
86.	EDIVANIA ROCHA SANTOS PEREIRA	PÓS – GRADUAÇÃO
87.	EDIJARIA FERREIRA OLIVEIRA	PÓS – GRADUAÇÃO
88.	EDJANE SANTOS BARRETO	PÓS – GRADUAÇÃO
89.	EDILANE SANTANA DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
90.	ELIENE SANTANA DA SILVA SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
91.	ELISANGELA MENESES DE MELO	PÓS – GRADUAÇÃO
92.	ELISANGELA OLIVEIRA ANDRADE	PÓS – GRADUAÇÃO
93.	ELISANGELA TELES ANDRADE	PÓS – GRADUAÇÃO
94.	ELIONAR ROCHA SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
95.	EVANEIDE DA SILVA MENEZES	PÓS – GRADUAÇÃO
95.	ELIZABETE RORIGUES DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
96.	FATIMA FREIRE MENEZES	PÓS – GRADUAÇÃO
97.	GENIZIA ARAUJO DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
98.	GILDETE PEREIRA DE JESUS	PÓS – GRADUAÇÃO
99.	GISELMA DOS SANTOS FREIRE	PÓS – GRADUAÇÃO
100.	GICELMA SANTOS DOS REIS	PÓS – GRADUAÇÃO
101.	GERIVALDA SILVA FREIRE	PÓS – GRADUAÇÃO
102.	GIVALDO COSTA DE OLIVEIRA	PÓS – GRADUAÇÃO
103.	GIVALDA DE OLIVEIRA	PÓS – GRADUAÇÃO
104.	HELENEIDE PATRICIA S. DE JESUS	PÓS – GRADUAÇÃO
105.	HILDETE COSTA LIMA	PÓS – GRADUAÇÃO
106.	IARA TAVARES DE MENEZES	PÓS – GRADUAÇÃO
107.	ILDETE MOURA SOUZA	PÓS – GRADUAÇÃO
108.	ISABEL SANTOS DO ROSÁRIO FILHA	PÓS – GRADUAÇÃO
109.	ITAMARA LIMA CHAGAS	PÓS – GRADUAÇÃO
110.	JACKSON DOUGLAS SANTANA	PÓS – GRADUAÇÃO
111.	JOSE HENRIQUE M. DE OLIVEIRA	PÓS – GRADUAÇÃO
112.	JOSEFA M. LIMA DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO

113.	JOSEFA ROSIMEIRE COSTA DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
114.	JOSEFINA ROSA DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
115.	JOSEILDE MENEZES FERREIRA	PÓS – GRADUAÇÃO
116.	JOSENILDE DE JESUS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
117.	JOSILENE DA CRUZ PINHEIRO	PÓS – GRADUAÇÃO
118.	JOSIVANIA DE JESUS S. MARTINS	PÓS – GRADUAÇÃO
119.	JOSINEIDE OLIVEIRA ALVES	PÓS – GRADUAÇÃO
120.	LOURDES NUNES DE OLIVEIRA	PÓS – GRADUAÇÃO
121.	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
122.	LUCIENE ROSA BARRETO	PÓS – GRADUAÇÃO
123.	LUCIANA DOS PASSOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
124.	LUCIENE FREIRE DOS S. NASCIMENTO	PÓS – GRADUAÇÃO
125.	LUANA DA MOTA SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
126.	MARLI DONATILDE B. DOS ANJOS	PÓS – GRADUAÇÃO
127.	MARIA CRISTINA DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
128.	MARIA DE FATIMA BARRETO	PÓS – GRADUAÇÃO
129.	MARIA GICELMA DE L. SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
130.	MARIA GILVANEIDE SOUZA	PÓS – GRADUAÇÃO
131.	MARIA JOSÉ BISPO MELO	PÓS – GRADUAÇÃO
132.	MARIA JOSÉ DA SILVA PEREIRA	PÓS – GRADUAÇÃO
133.	MARIA JOSÉ DOS P. FONSECA	PÓS – GRADUAÇÃO
134.	MARIA GILENIZA DE JESUS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
135.	MARIA VALDIRA DA PAIXÃO MENEZES	PÓS – GRADUAÇÃO
136.	MARIA JOSÉ PASSOS	PÓS – GRADUAÇÃO
137.	MARIA JOSEANE SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
138.	MARIA LUCIVANIA DA SILVA NUNES	PÓS – GRADUAÇÃO
139.	MARIA MARLI DOS SANTOS LAPA	PÓS – GRADUAÇÃO
140.	MARIA SILVANEIDE DIAS DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
141.	MARIA VILMA BARBOSA SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
142.	MARIA VILMA ALVES DE LIMA	PÓS – GRADUAÇÃO
143.	MARIA DA PAIXÃO S. PASSOS	PÓS – GRADUAÇÃO
144.	MARIA DE FATIMA OLIVEIRA	PÓS – GRADUAÇÃO
145.	MARIA DO CARMO RODRIGUES	PÓS – GRADUAÇÃO
146.	MARIA VERA LUCIA DE SANTANA	PÓS – GRADUAÇÃO
147.	MARIA DE LOURDES SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
148.	MARIA RICARDINA GUIMARÃES	PÓS – GRADUAÇÃO
149.	MARINEIDE SANTOS MACEDO	PÓS – GRADUAÇÃO
150.	MARIONETE DOS SANTOS BRITO	PÓS – GRADUAÇÃO
151.	MEIRE BATISTA DE SANTANA	PÓS – GRADUAÇÃO
152.	NAZARE FREIRE DA S. SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
153.	NAILENE ALMEIDA LIMA RIBEIRO	PÓS – GRADUAÇÃO
154.	NEEMIAS BESERRA DE ARAUJO	PÓS – GRADUAÇÃO
155.	NILTON MARCELINO FERREIRA	PÓS – GRADUAÇÃO
156.	PATRICIA DA SILVA CELESTINO	PÓS – GRADUAÇÃO

157.	ROSINEIDE COSTA DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
158.	ROSINETE AMOROSO DA CRUZ	PÓS – GRADUAÇÃO
159.	ROSINETE PASSOS DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
160.	ROSIVANIA DE SOUZA	PÓS – GRADUAÇÃO
161.	ROSIVANIA FREIRE DA LAPA SANTANA	PÓS – GRADUAÇÃO
162.	SILVANA ANDRADE SANTANA	PÓS – GRADUAÇÃO
163.	SILVANIA PASSOS DA SILVA	PÓS – GRADUAÇÃO
164.	SILVANIA SANTANA COSTA	PÓS – GRADUAÇÃO
165.	SOLANGE DA SILVA SOUZA	PÓS – GRADUAÇÃO
166.	SONIA M. FAGUNDES DE MOURA	PÓS – GRADUAÇÃO
167.	SUZANA DOS PASSOS DA SILVA	PÓS – GRADUAÇÃO
168.	SONIA MARIA DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
169.	TEREZA CRISTINA DIAS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
170.	THAIS PEREIRA DA ROCHA	PÓS – GRADUAÇÃO
171.	UMBERTO LEMOS DIAS	PÓS – GRADUAÇÃO
172.	VALDINEIDE BATISTA SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
173.	VERA LUCIA ROSA DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
174.	VALDELICE FREIRE	PÓS – GRADUAÇÃO
175.	VANIA ANGELICA R. DE JESUS	PÓS – GRADUAÇÃO
176.	ZENILDE SALES DOS SANTOS	PÓS – GRADUAÇÃO
177.	ZORAIDE DE OLIVEIRA MOTA	PÓS – GRADUAÇÃO
178.	JOSE ANTONIO DE O. JUNIOR	MESTRADO

Tabela 76 Situação em 2014 Fonte: Setor Pessoal/Prefeitura Municipal de Areia Branca

Cabe notar, que referente ao quadro acima, muitos educadores que estão apresentados como formação no Ensino Médio, já conseguiram concluir o Ensino Superior e a Pós Graduação, bem como também outros já concluíram ou estão fazendo Mestrado.

1.2 METAS E ESTRATÉGIAS:

META 1:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do

art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS:

1.1. Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas, prioritariamente, e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;

1.2. Consolidar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, na forma da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica;

1.3. Ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

1.4. Consolidar e ampliar plataforma eletrônica para organizar a oferta a as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

1.5. Garantir a formação permanente dos professores e dos demais trabalhadores de educação que atuam nas unidades escolares nas suas áreas específicas através de convênios com universidades públicas;

1.6. Garantir políticas para formação inicial e continuada para os professores e demais profissionais da educação, que não possuam habilitação na área de atuação, criando condições necessárias para o acesso das mesmas no que diz respeito a sua carga horária e computando o estudo como carga horária de trabalho;

1.6. Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação

para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;

1.7. Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

1.8. Implementar cursos e programas especiais para assegurar formação na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa de atuação docente, em efetivo exercício;

1.9. Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

1.10. Implantar, no prazo de 1 (um) ano de vigência desta Lei, política nacional de formação continuada para os (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados;

1.11. Instituir programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem;

1.12. Desenvolver modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática, por meio da oferta, **nas redes federal e estaduais de educação profissional**, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.

META 2:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS:

2.1. Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

2.2. Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

2.3. Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

2.4. Garantir aos professores e demais profissionais da educação básica licença remunerada com todos os direitos e vantagens para estudos em programas de pós graduação stricto sensu, através de convênios com as instituições públicas de ensino superior;

2.5. Fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, em regime de colaboração com a União, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

2.6. Realizar diagnóstico referente a situação profissional dos professores e dos demais trabalhadores da educação especificando a sua formação e sua área de atuação no primeiro ano de vigência para subsidiar a política de formação profissional da educação.

2.7. Garantir a formação continuada dos professores e dos demais trabalhadores de educação que atuam nas unidades escolares nas suas áreas específicas através de convênios firmados com universidades públicas.

META 3:

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

3.1. Garantir o cumprimento da jornada de trabalho dos profissionais do Magistério conforme estabelecido no Plano de Carreira, **Lei Complementar nº 001 de 27 de outubro de 2005 e Estatuto do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº 003 de 22 de outubro de 2008;**

3.2. Garantir e assegurar o pagamento do reajuste do piso salarial do magistério, estabelecido anualmente pelo MEC, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para todos os níveis da carreira, respeitando todos os direitos e vantagens previstos no Plano de Carreira, **Lei Complementar nº 001 de 27 de outubro de 2005, e estatuto do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº 003 de 22 de outubro de 2008;**

3.3. Garantir e assegurar que o ingresso na rede Pública Municipal do Ensino para o cargo de provimento efetivo de professor de Educação Básica e de Pedagogo do Quadro do Magistério ocorra exclusivamente mediante concurso público de provas e títulos, conforme estabelecido no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

3.4. Criar e aprovar, no prazo de 02(dois) anos de vigência deste PME, o Plano de Carreira e o Estatuto dos demais profissionais da educação.

3.5. Garantir que as unidades escolares públicas municipais possuam estruturas físicas apropriadas tais como: quadras poliesportivas com cobertura, bibliotecas, cozinha/refeitórios, dispensas, laboratório (de informática e ciência), salas para atividades recreativas, condições de acesso para pessoas com deficiência física e etc.

3.6. Garantir que as escolas públicas municipais em parceria com Secretaria Municipal de Educação disponibilizem recursos para aquisição de materiais e equipamentos

didáticos como: esportivo, televisão, aparelho de som, datashow, mapas, globos, aparelho de DVD, computador, retroprojektor, slides, livros, compassos, balanças, peças de artes diversas (telas, esculturas, peças), máquina Braille, sintetizador de vozes, computadores que funcionam por contato, por pressão ou outros tipos de adaptação, e etc.

1.3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996;

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 05 de outubro de 1988;

PNE. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014;

SMEAB. Secretaria Municipal de Educação de Areia Branca, 2015.

VIII - FINANCIAMENTO E REGIME DE COLABORAÇÃO

1. Financiamento no Plano Municipal de Educação: Prover para Prever

¹⁷Edilma Silva Santos

Um dos aspectos de fundamental importância, quando se trata de Políticas Educacionais, diz respeito ao Financiamento do setor da Educação, tanto no que se refere a mecanismos de arrecadação de recursos quanto à destinação e gestão destes.

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige o equilíbrio das contas públicas, a partir do entendimento de que as metas devem apresentar resultados positivos entre receitas e despesas. Os constantes investimentos tendem a aumentar as despesas e, em contrapartida, há que se buscar mecanismos para incrementar a receita, racionalizando custos e direcionando os recursos para o cumprimento dos índices institucionais, especialmente na área da Educação.

Souza (2006) diz que as políticas públicas na sua essência estão ligadas fortemente ao Estado que determina como os recursos são usados para o benefício dos cidadãos. Sintetiza os principais teóricos que trabalham o tema das políticas públicas relacionadas às instituições que dão a última ordem, de como o dinheiro deve ser acumulado, investido, gasto e prestado conta para a sociedade.

Nessa mesma visão se aproxima Fernandes, em seu artigo “Políticas Públicas: Definição, evolução e o caso brasileiro na política social”, ao defender a ideia de que as políticas públicas se manifestam através de duas dimensões que se complementam entre si, quais sejam, o administrativo técnico e o aspecto político. Isto o faz nos termos seguintes:

“[...] costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizado como administrativo ou técnico, e assim livre, portanto do

¹⁷ Mestre em Ciências da Educação; Pós-graduada em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas; Pós-graduada em Arte Educação; Especialização em Docência na Educação Infantil (UFS); Licenciada História e em Pedagogia com Habilitação em Supervisão Escolar; Graduação incompleta em Tecnologia em Informática e Gestão da Informação; Acadêmica do Curso de Letras; Professora da Rede Estadual e Municipal; Ex-diretora da Escola Estadual Pedro Diniz Gonçalves; Orientadora de Estudos do PNAIC (Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa); Coordenadora Geral do PME/Areia Branca.

aspecto ‘político’ propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Este é uma meia verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionado ao processo decisório.” (Fernandes, 2007, p. 203).

Obviamente, para que quaisquer políticas públicas educacionais sejam de fato efetivadas é preciso que sejam aplicados altos recursos financeiros, pois numa sociedade capitalista o compromisso com a qualidade passa, em especial, pelo financeiro com a Educação.

Nesse sentido, é preciso principalmente, que nossa esfera governamental faça de maneira correta a redistribuição destes recursos, atendendo a demanda educacional, desenvolvendo continuamente atividades que privilegiem a arrecadação dos tributos municipais, como por exemplo, o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), Alvarás e ISS (Imposto sobre Serviços).

Cabe notar que em Areia Branca, os recursos do Salário-Educação, do FUNDEB, da Merenda Escolar e do PNATE, basicamente tem sido para o município, as fontes que provem e suprem as necessidades e despesas da Educação.

Sobre o Salário-Educação, explicitamos que ele foi instituído em 1964 e é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública e que também pode ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica.

A contribuição social do salário-educação está prevista no artigo 212, § 5º, da Constituição Federal, regulamentada pelas leis nºs 9.424/96, 9.766/98, Decreto nº 6003/2006 e Lei nº 11.457/2007. É calculada com base na alíquota de 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais, e é arrecadada, fiscalizada e cobrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda (RFB/MF).

As despesas custeadas com recursos da quota salário educação devem estar enquadradas com programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública e que também pode ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica, como por exemplo, realização de atividades meio,

necessárias ao funcionamento do ensino como despesas inerentes ao custeio das diversas atividades, relacionadas ao adequado funcionamento da educação básica, dentre as quais pode se destacar: serviços diversos (de vigilância, de limpeza e conservação, dentre outros), aquisição do material de consumo utilizado nas escolas e demais órgãos do sistema de ensino (papel, lápis, canetas, grampos, colas, fitas adesivas, giz, cartolinas, água, produtos de higiene e limpeza, tintas, etc.), aquisição de materiais didático-escolares diversos e manutenção, aquisição ou locação de veículos destinados ao transporte escolar.

Evidentemente que a base de qualquer projeto pedagógico de qualidade passa obrigatoriamente pela política de financiamento da Educação. A transparência da gestão dos recursos financeiros e o exercício do controle social, a par da definição de prioridades bem definidas, são instrumentos que permitirão a garantia da efetiva aplicação dos recursos destinados à educação.

2. DIAGNÓSTICO:

ANOS	PNAE	PNATE	PDDE	SALARIO - EDUCAÇÃO	FUNDEB	CONVÊNIOS	TOTAL
2011	247.080,00	9.562,14	2.044,20	365.066,34	8.821.538,66	221.988,49	9.667.279,83
2012	268.680,00	74.442,52	1.989,00	419.165,79	9.527.243,50	1.716.947,37	12.008.468,18
2013	302.140,00	3.420,58	2.160,00	470.937,19	10.913.582,68	-	11.692.240,45
2014	312.820,00	16.382,05	930,00	515.450,79	11.949.065,23	187.552,29	12.982.200,36

Tabela 77 Fonte: Secretaria Municipal de Finanças - PMAB

	2011	2012	2013	2014
PNAE	247.080,00	268.680,00	302.140,00	312.820,00

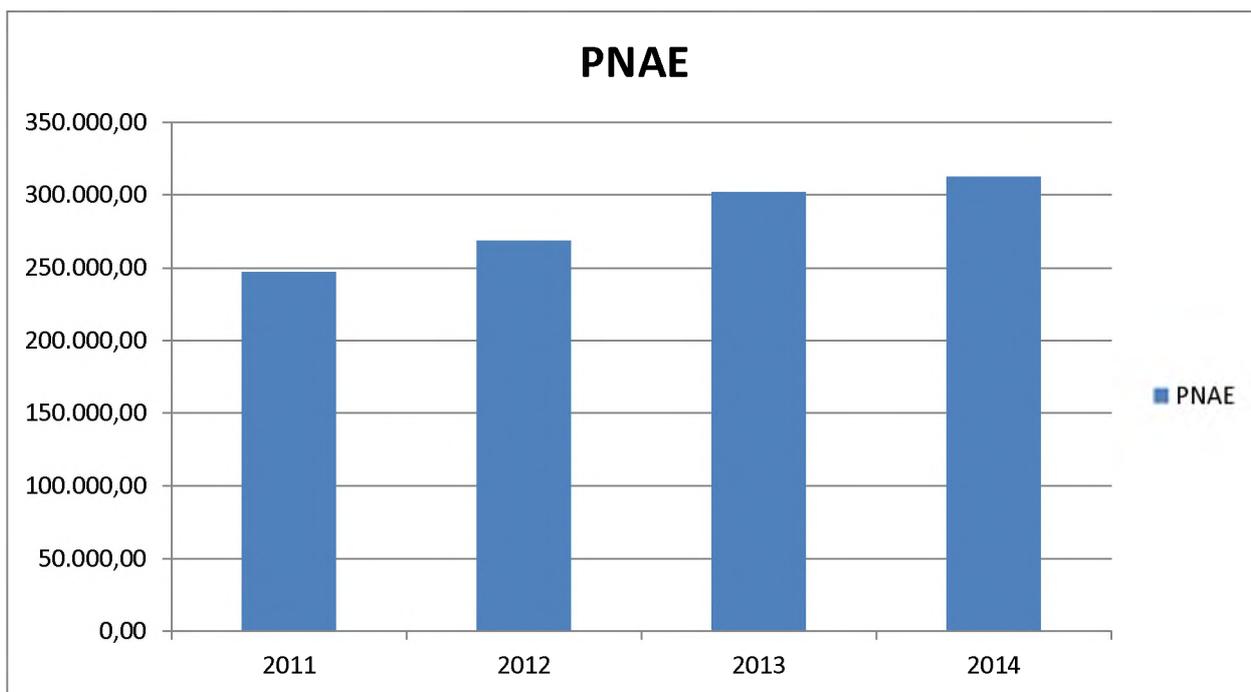


Gráfico 08 Fonte: Secretaria Municipal de Finanças - PMAB

	2011	2012	2013	2014
PNATE	9.562,14	74.442,52	3.420,58	16.382,05

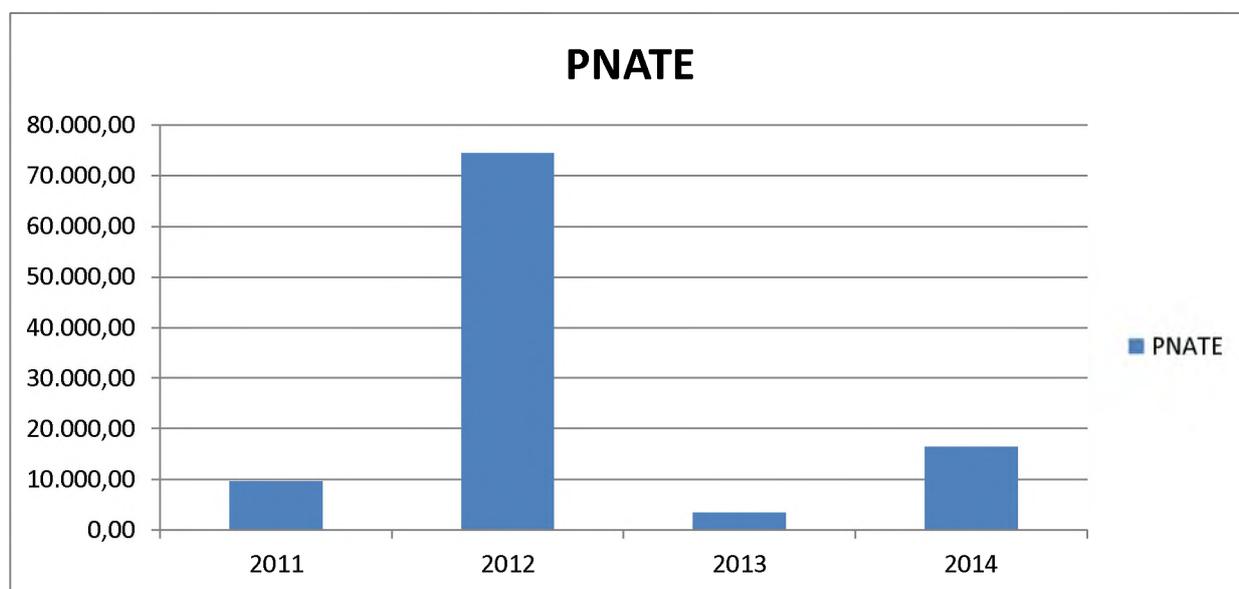


Gráfico 09 Fonte: Secretaria Municipal de Finanças - PMAB

	2011	2012	2013	2014
PDDE	2.044,20	1.989,00	2.160,00	930,00

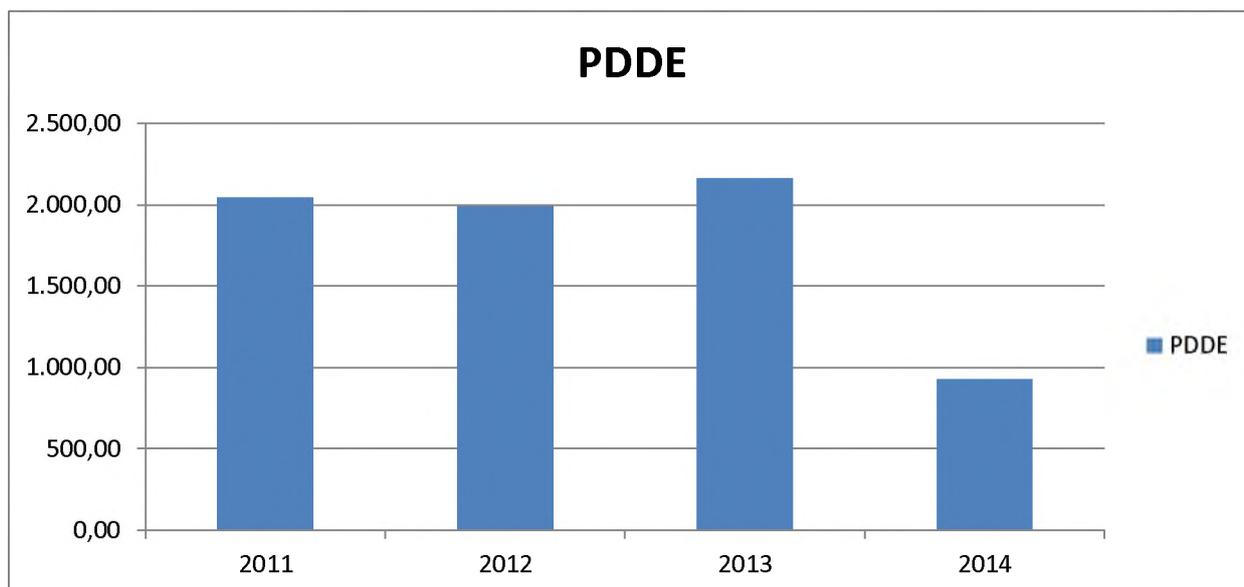


Gráfico 10 Fonte: Secretaria Municipal de Finanças - PMAB

	2011	2012	2013	2014
QSE	365.066,34	419.165,79	470.937,19	515.450,79

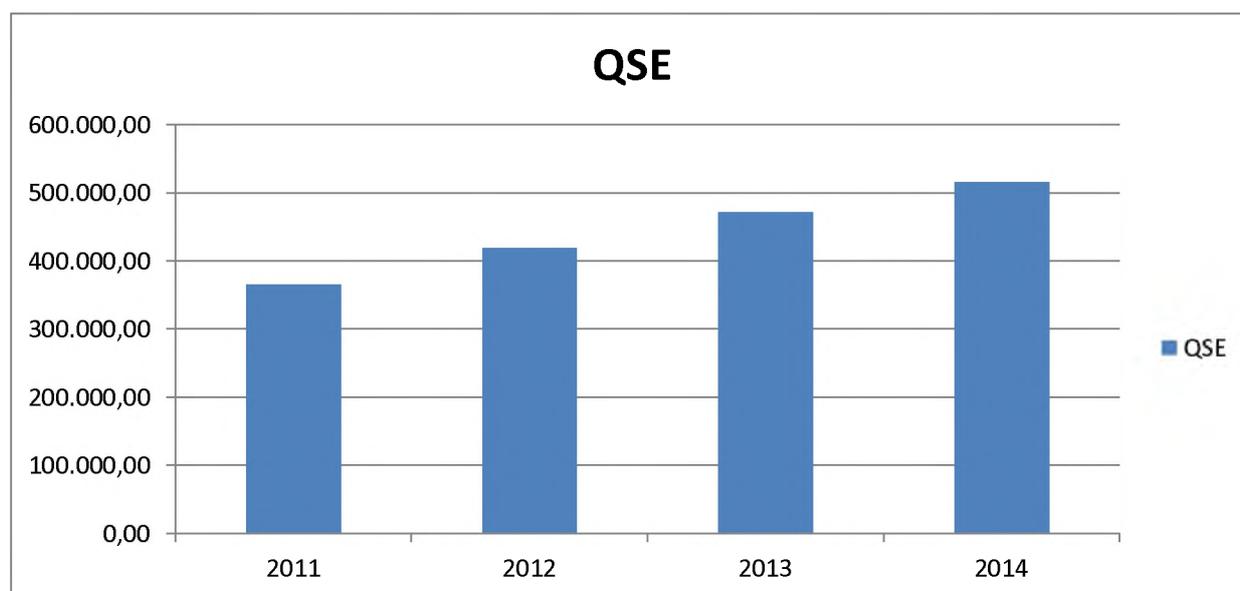


Gráfico 11 Fonte: Secretaria Municipal de Finanças - PMAB

	2011	2012	2013	2014
FUNDEB	8.821.538,66	9.527.243,50	10.913.582,68	11.949.065,23

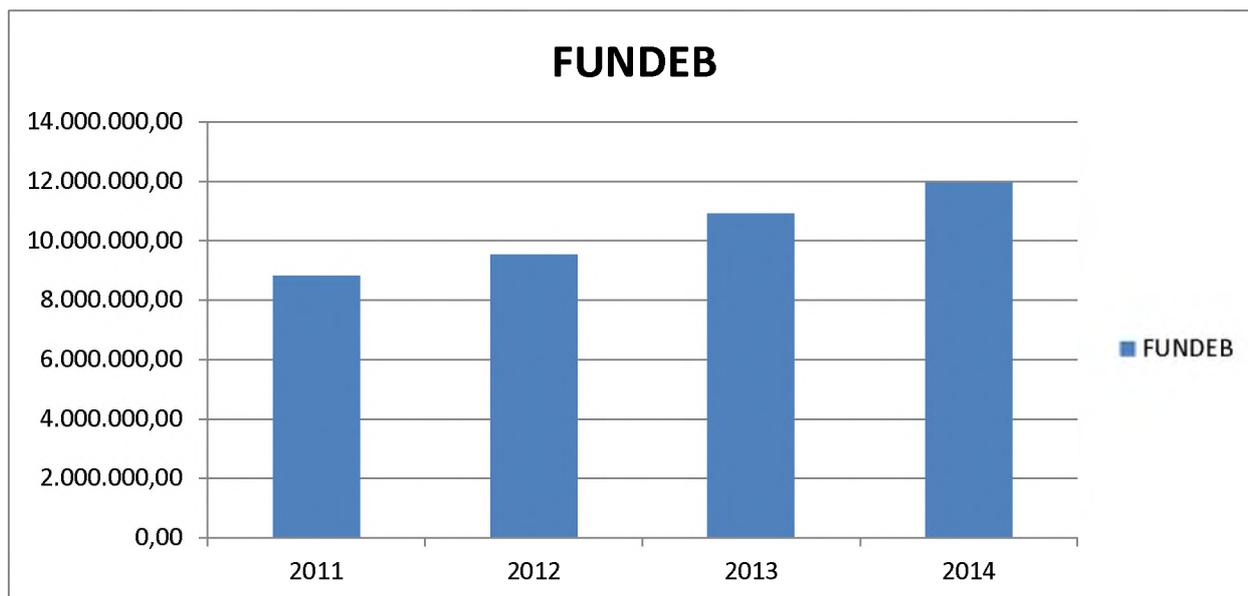


Gráfico 12 Fonte: Secretaria Municipal de Finanças - PMAB

	2011	2012	2013	2014
CONVÊNIOS	221.988,49	1.716.947,37	-	187.552,29

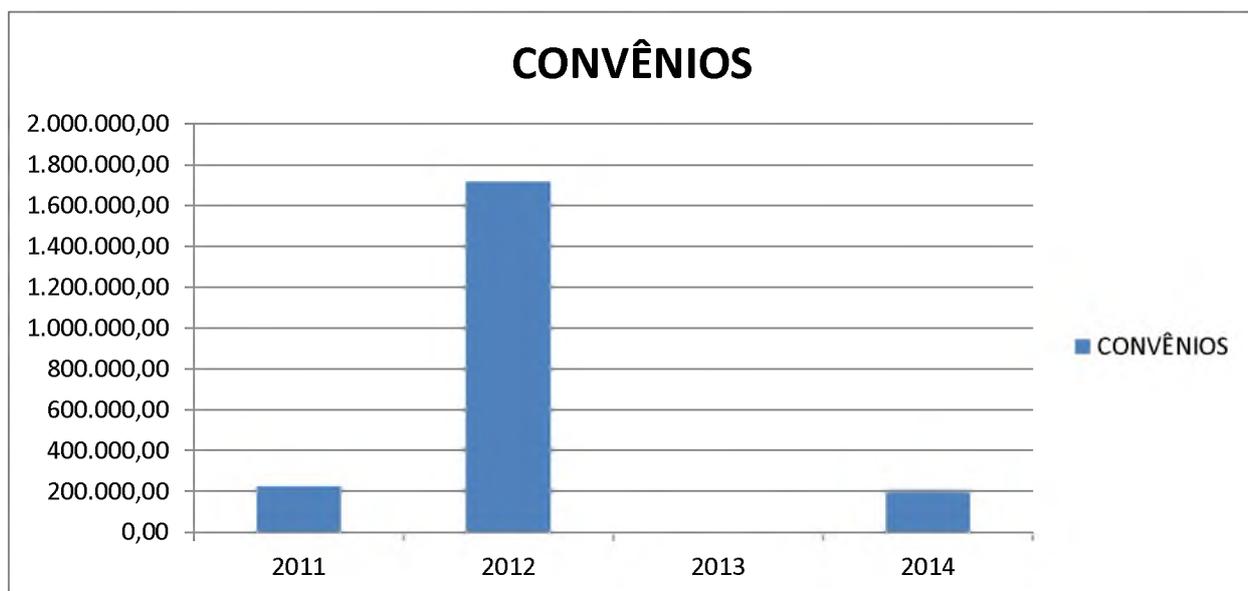


Gráfico 13 Fonte: Secretaria Municipal de Finanças - PMAB

DEMONSTRATIVO DA FOLHA DE PAGAMENTO/FUNDEB							
AREIA BRANCA - PROJEÇÕES 2014							
REAJUSTE DE 8,32% DO VALOR: 1.697,37							
MESES	FOLHA PAGAMENTO	PATRONAL 22%	SERVIDORES	PATRONAL 32%	TOTAL FOLHA	REPASSE FUNDEB	%
JANEIRO	519.404,69	114.269,03	65.476,89	14.404,92	713.555,53	1.191.009,53	59,91
1/3 DE FÉRIAS	173.134,90	38.089,68			211.224,57	1.199.235,09	17,61
FEVEREIRO	511.952,18	112.629,48	68.183,98	15.000,48	707.766,12	1.199.235,09	59,02
MARÇO	659.235,38	145.031,78	74.888,31	16.475,43	895.630,90	849.571,47	105,42
ABRIL	554.806,69	122.057,47	68.645,68	15.102,05	760.611,89	961.636,49	79,10
MAIO	559.274,97	123.040,49	68.138,35	14.990,44	765.444,25	1.054.230,99	72,61
JUNHO	570.455,41	125.434,19	66.931,69	14.724,97	777.246,26	930.976,41	83,49
1/6 DE FÉRIAS	93.212,50	20.506,75			113.719,24	900.951,90	12,62
JULHO	563.111,60	123.884,55	66.193,08	14.562,48	767.751,71	900.951,90	85,22
AGOSTO	575.790,22	126.673,85	66.409,22	14.610,03	783.483,32	915.249,00	85,60
SETEMBRO	575.879,02	126.693,38	68.050,29	14.971,06	785.593,76	857.346,13	91,63
OUTUBRO	576.694,46	126.872,78	68.942,18	15.167,28	787.676,70	905.709,86	86,97
NOVEMBRO	553.328,71	121.732,32	67.495,23	14.848,95	757.405,21	1.044.578,53	72,51
DEZEMBRO	575.923,61	126.703,19	67.205,63	14.785,24	784.617,67	1.045.165,49	75,07
13ª	575.923,61	126.703,19	67.205,63	14.785,24	784.617,67	1.045.165,49	75,07
TOTAL	7.637.827,94	1.680.322,15	883.766,16	194.428,56	10.306.344,80	11.855.660,89	87,69

Tabela 78 Fonte: Secretaria Municipal de Finanças - PMAB

DEMONSTRATIVO DA FOLHA DE PAGAMENTO/FUNDEB							
AREIA BRANCA - PROJEÇÕES 2015							
REAJUSTE DE 13,01% - VALOR: 1.917,78							
MESES	FOLHA PAGAMENTO	PATRONAL 22%	SERVIDORES	PATRONAL 22%	TOTAL FOLHA	REPASSE FUNDEB	%
JANEIRO	650.851,61	143.187,35	67.205,63	14.785,24	876.029,83	1.055.886,08	82,97
FEVEREIRO	650.851,61	143.187,35	67.205,63	14.785,24	876.029,83	1.055.886,08	82,97
MARÇO	650.851,61	143.187,35	67.205,63	14.785,24	876.029,83	1.055.886,08	82,97
ABRIL	650.851,61	143.187,35	67.205,63	14.785,24	876.029,83	1.055.886,08	82,97
MAIO	650.851,61	143.187,35	67.205,63	14.785,24	876.029,83	1.055.886,08	82,97
JUNHO	650.851,61	143.187,35	67.205,63	14.785,24	876.029,83	1.055.886,08	82,97
1/6 DE FÉRIAS	108.475,27	23.864,56			132.339,83	1.055.886,08	12,53
JULHO	650.851,61	143.187,35	67.205,63	14.785,24	876.029,83	1.055.886,08	82,97
AGOSTO	650.851,61	143.187,35	67.205,63	14.785,24	876.029,83	1.055.886,08	82,97
SETEMBRO	650.851,61	143.187,35	67.205,63	14.785,24	876.029,83	1.055.886,08	82,97
OUTUBRO	650.851,61	143.187,35	67.205,63	14.785,24	876.029,83	1.055.886,08	82,97
NOVEMBRO	650.851,61	143.187,35	67.205,63	14.785,24	876.029,83	1.055.886,08	82,97
DEZEMBRO	650.851,61	143.187,35	67.205,63	14.785,24	876.029,83	1.055.886,08	82,97
1/3 DE FÉRIAS	185.160,53	40.757,32			226.017,85	1.055.886,08	21,41
13ª	650.851,61	143.187,35	67.205,63	14.785,24	876.029,83	1.055.886,08	82,97
TOTAL	8.754.806,73	1.926.057,48	873.673,19	192.208,10	11.746.745,50	12.670.632,96	92,71

Tabela 79 Fonte: Secretaria Municipal de Finanças - PMAB

DEMONSTRATIVO DA FOLHA DE PAGAMENTO/FUNDEB					
AREIA BRANCA - PROJEÇÕES 2015					
REAJUSTE DE 13,01% - VALOR: 1.917,78					
MESES	FOLHA PAGAMENTO	PATRONAL 22%	TOTAL FOLHA	REPASSE FUNDEB	%
JANEIRO	650.851,61	143.187,35	794.038,96	1.055.886,08	75,20
FEVEREIRO	650.851,61	143.187,35	794.038,96	1.055.886,08	75,20
MARÇO	650.851,61	143.187,35	794.038,96	1.055.886,08	75,20
ABRIL	650.851,61	143.187,35	794.038,96	1.055.886,08	75,20
MAIO	650.851,61	143.187,35	794.038,96	1.055.886,08	75,20
JUNHO	650.851,61	143.187,35	794.038,96	1.055.886,08	75,20
1/6 DE FERIAS	108.475,27	23.864,56	132.339,83	1.055.886,08	12,53
JULHO	650.851,61	143.187,35	794.038,96	1.055.886,08	75,20
AGOSTO	650.851,61	143.187,35	794.038,96	1.055.886,08	75,20
SETEMBRO	650.851,61	143.187,35	794.038,96	1.055.886,08	75,20
OUTUBRO	650.851,61	143.187,35	794.038,96	1.055.886,08	75,20
NOVEMBRO	650.851,61	143.187,35	794.038,96	1.055.886,08	75,20
DEZEMBRO	650.851,61	143.187,35	794.038,96	1.055.886,08	75,20
1/3 DE FÉRIAS	185.260,53	40.757,32	226.017,85	1.055.886,08	21,41
13º	650.851,61	143.187,35	794.038,96	1.055.886,08	75,20
TOTAL	8.754.806,73	1.926.057,48	10.680.864,21	12.670.632,96	84,30

Tabela 80 Fonte: Secretaria Municipal de Finanças - PMAB

3. META:

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

4. ESTRATÉGIAS:

1. Garantir a plena autonomia da Secretaria Municipal de Educação, na gestão dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.
2. Fazer a gestão dos recursos para a educação de forma descentralizada e democrática mediante mecanismos colegiados de controle social, para que se evite a aplicação

excessiva de recursos nas atividades-meio e as injunções de natureza política;

3. Garantir o repasse dos recursos constitucionalmente vinculados para a manutenção e desenvolvimento do ensino (Art. 212 da CF) aos órgãos educacionais, nos termos do Art. 69, Parágrafo 5º da LDB;

4. Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do art. 75 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

5. Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação e garantir que os recursos aplicados de receitas provenientes do salário-educação, sejam prestados conta ao Conselho Municipal do Fundeb a partir da aprovação do Plano Municipal de Educação;

6. Destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal, garantindo que todos os recursos provenientes das receitas do MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino), da exploração do petróleo e gás natural e outros recursos destinados à educação básica, inclusive os recursos de Dinheiro Direto na Escola, tenham suas contas prestadas ao Conselho Municipal do Fundeb a partir da aprovação do Plano Municipal de Educação;

7. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação do Estado e do Município e os Tribunais de Contas do Estado e da União;

- 8.** Garantir conforme estabelece a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que o município de Areia Branca realize audiências públicas para aprovação das peças orçamentárias relativas à educação municipal, respeitando as demandas oriundas das unidades escolares conforme os respectivos projetos políticos pedagógicos, com ampla participação da sociedade a partir da aprovação do Plano Municipal de Educação;
- 9.** Garantir que o município publique todos os documentos, relativos à prestação de contas de todos os recursos investidos na educação municipal pela Secretaria Municipal da Educação (empenhos, licitações, processos licitatórios, ordem de pagamentos, processos de pagamentos, relatórios fiscais e relatórios de execução orçamentária) no portal da transparência a partir da aprovação do Plano Municipal de Educação;
- 10.** Realizar Formação Continuada e Permanente dos Conselhos de Acompanhamento de Controle Social dos recursos destinados à educação do município, pelo menos uma vez a cada semestre, com a participação do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
- 11.** Desenvolver, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, estudos e acompanhamento regulares dos investimentos e custos por aluno da educação básica, em todas as suas etapas e modalidades;
- 12.** No prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PME, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;
- 13.** Implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo anual e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;
- 14.** Realizar o orçamento anual de cada unidade de ensino, com base em seu PPP, que

deverá ser considerado no orçamento anual do município, de modo a atingir o CAQ - Custo Aluno Qualidade, a partir da aprovação deste PME;

15. Assegurar condições técnicas (instrumentos e pessoal) para elaborar, executar, avaliar e reorganizar o plano orçamentário das escolas municipais com o apoio técnico-operacional da SMEAB;

16. Garantir a implementação do CAQ na rede pública municipal até o segundo ano de vigência do PME, estabelecendo: valorização dos profissionais da Educação com o pagamento do reajuste do piso salarial dos professores anualmente estabelecido pelo MEC em todos os níveis da carreira do magistério público do município; garantia de todos os direitos e vantagens estabelecidos no Plano de Carreira e no Estatuto do Magistério Público Municipal; garantia de salários em dia dentro do mês trabalhado; formação inicial e continuada dos profissionais de educação em convênio com as instituições públicas de ensino superior; melhorias das estruturas físicas das escolas: construção, reforma e ampliação das salas de aula, salas ou laboratórios com técnicos de informática, salas ou laboratórios de ciências com técnicos, salas ou laboratórios de geografia e história com técnicos, oficinas de música e de arte, anfiteatro, piscina, pista de atletismo, auditório, mobiliário adequado, salas de recursos para apoio pedagógico a estudantes com dificuldade de aprendizagem e alunos com deficiência; garantia da alimentação escolar com lanche e refeição no intervalo; garantia de livro didático e de leitura; garantia do transporte de qualidade para estudantes e trabalhadores da educação que necessitam;

17. Garantir que todos os professores tenham formação de nível superior com liberação remunerada para pós-graduação stricto sensu;

18. Regulamentar o parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais, com especial atenção às escolas do campo.

19. Assegurar a autonomia administrativa, pedagógica e financeira das instituições de

ensino municipais, por meio do repasse de recursos diretamente às mesmas para pequenas despesas de manutenção e cumprimento de sua proposta pedagógica;

20. Adquirir, a partir da aprovação deste Plano, em até 3 anos, equipamentos tecnológicos para subsidiar a realização de atividades pedagógicas em todas as unidades escolares municipais.

21. Adquirir, a partir da aprovação deste Plano, em até dois anos, dois veículos para atender exclusivamente o deslocamento dos funcionários da Secretaria Municipal de Educação e membros dos conselhos atrelados à educação em seus trabalhos externos e no acompanhamento junto às unidades escolares da sede e zona rural;

22. Fortalecer os conselhos do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério - FUNDEB (ou equivalente), da Alimentação e de Educação, visando à transparência na aplicação dos recursos;

23. A partir da vigência deste Plano, publicar anualmente, documento oficial de aplicação de verbas da administração direta e indireta (Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria de Assistência Social e Comunitária), na educação básica.

24. Dotar as escolas públicas da rede municipal de infraestrutura material, didático-pedagógica e tecnológica, garantindo um número compatível de profissionais em educação que possibilite empregar tal estrutura em prol de um ensino de boa qualidade, em todos os níveis.

25. Cumprir a data base para correção e aumento de subsídios ou vencimentos salariais dos servidores e profissionais municipais da educação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional: in: Diário Oficial da União, ano CXXXIV, nº 248. 23, dezembro de 1996 tp. 27883 – 27841.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 05 de outubro de 1988;

FERNANDES. Antonio Sergio Araujo. Políticas Públicas: Definição evolução e ocaso brasileiro na política social. In: DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). Introdução à política brasileira. Paulus, São Paulo. 2007;

PNE. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014;

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologia, nº 16.junho/dezembro. 2006. p. 20-45.

IX - GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

1. Desafios na Implantação da Gestão Democrática na Escola Pública

¹⁸Marineide Santos Macedo



Figura 11 (Google Imagens)

Há pessoas trabalhando na escola, especialmente em postos de direção, que se dizem democratas apenas porque são “liberais” com alunos, professores, funcionários ou pais, porque lhes “dão abertura” ou “permitem” que tomem parte desta ou daquela decisão. Mas o que esse discurso parece não conseguir encobrir totalmente é que, se a participação depende de alguém que dá abertura ou permite sua manifestação, então a prática em que tem lugar essa participação não pode ser considerada democrática, pois democracia não se concede, se realiza: não pode existir “ditador democrático”. (PARO, 2001, pp. 18-19)

A Escola pública em nosso país responde pelo atendimento da grande maioria da população em idade escolar. Mesmo tendo ocorrido, nas últimas décadas, significativa expansão do número de vagas no ensino fundamental, é preciso reconhecer sua crescente deterioração, paralelamente à queda nas condições de vida das camadas majoritárias da população.

¹⁸ Mestranda em Ciências da Educação (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias); Pós-graduada em Educação, Desenvolvimento e Políticas Públicas Educativas (Centro de Tecnologia e Pesquisa/Faculdade Nossa Senhora de Lourdes); Licenciada em Pedagogia; Professora da Rede Municipal de Areia Branca e Itabaiana

Atualmente a preocupação maior em relação ao ensino público é elevar a qualidade do ensino. Com isso surgem reformas educacionais nacionais em parcerias com o estado e município para reverter o quadro atual da educação. Atrelado a ele está à organização e gestão escolar das redes públicas de ensino que vem passando por transformações para atender ao princípio constitucional.

Sabemos que o funcionamento da escola depende de diretrizes políticas ditadas pelo governo; mas, no âmbito de cada unidade escolar, as mesmas diretrizes podem beneficiar a clientela de maneira mais, ou menos, dependendo do seu comando ou administração. Nas condições precárias em que se encontra o ensino no país, de uma maneira geral, quem assume a gestão ou o comando da escola pública precisa conciliar muitos aspectos.

O trabalho dos profissionais da escola, inclusive os que se encontram na direção escolar vem sofrendo mudanças e com isso novas exigências. Novos desafios foram sendo colocados aos diretores. Por exemplo, a descentralização do ensino público no qual requer novas formas de organização e administração das escolas e do sistema.

Ao se falar em uma nova forma de gestão, espera-se que todos sejam agentes de transformação nesse ambiente escolar; reconheçam e assumam seu poder de exercer influência. A caminhada na construção de uma gestão democrática é lenta e gradativa, às vezes por desconhecer e outras por implicar na quebra de paradigmas. Daí a necessidade do diretor saber com clareza de que sua atuação deve estar voltada para o diálogo e participação de todos na organização da escola.

Os processos de gestão da educação vão além da gestão administrativa. Esses processos procuram estimular a participação de diferentes pessoas e articular aspectos financeiros, pedagógicos e administrativos para atingir um objetivo específico: promover uma educação de qualidade.

Conforme indicado por Marques (1987, p. 69), “a participação de todos, nos diferentes níveis de decisão e nas sucessivas fases de atividades; é essencial para assegurar o eficiente desempenho da organização”. No entanto, a participação deve ser entendida como um processo dinâmico e interativo que vai muito além da tomada de decisão; uma vez que caracterizado pelo inter apoio na convivência do cotidiano da

escola, na busca pelos seus agentes, da superação de suas dificuldades e limitações e no bom cumprimento de sua finalidade social.

Realizar uma gestão escolar participativa significa acreditar que todos juntos têm mais chances de encontrar caminhos para atender as expectativas da sociedade a respeito da atuação da escola. Ampliando o número de pessoas que participam da vida escolar, é possível estabelecer relações mais flexíveis e menos autoritárias entre educadores e clientela escolar.

Descentralizar a gestão é uma escolha que tem consequências na atuação do diretor: ele deixa de ser autoridade única da escola e também não é mais o administrador burocrático, preocupado apenas com a manutenção do prédio, preenchimento de papéis, o diretor passa a ser grande articulador das ações de todos os segmentos, o condutor do projeto da escola, aquele que prioriza as questões pedagógicas e que mantém o ânimo de todos na construção do trabalho educativo.

2. DIAGNÓSTICO

O município de Areia Branca possui dezenove escolas, sendo que três são creches, uma funciona somente com o ensino fundamental maior, três possuem o ensino fundamental menor e maior e doze funcionam com o ensino fundamental menor.

Conforme o Estatuto do Magistério do município no Art. 150, no qual trata que a gestão do ensino na Rede Pública Municipal de Areia Branca deve ser regulamentada através de Lei, obedecendo ao princípio de Gestão Democrática previsto nas Constituições federal e Estadual e ainda no Art. 151, diz que fica instituído o Congresso Municipal de Educação, como fórum máximo de discussão, formulação e deliberação da política educacional das Escolas da Rede Municipal, a ser realizada, no mínimo a cada dois anos a eleição de diretor.

Conclui-se que, diante de tudo exposto conforme o Estatuto do Magistério do município de Areia Branca ainda não está a contento. Nesse sentido, esperamos que dentro desses dez anos que se seguem, a gestão escolar seja uma gestão democrática para que possa articular pessoas e experiências educativas, atingir objetivos da instituição escolar, administrar recursos materiais e humanos, planejar atividades,

distribuir funções e atribuições, estabelecer intencionalmente, contatos entre recursos humanos, administrativos, financeiros e jurídicos na construção do projeto pedagógico da escola e assim conseqüentemente elevar a qualidade de educação.

3. META:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas municipais, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

4. ESTRATÉGIAS:

1. Garantir, conforme Plano de Carreira e Estatuto do Magistério, critérios para efetivação da gestão democrática, incluindo a eleição da equipe gestora de cada unidade municipal de ensino;
2. Criar a lei municipal de fortalecimento dos conselhos escolares, como um princípio da gestão democrática;
3. Garantir condições físicas, materiais e recursos financeiros para regularizar, implementar e assegurar o funcionamento dos conselhos escolares em 100% das escolas públicas municipais, mobilizando e promovendo a participação de pais, estudantes, professores, funcionários, técnico-administrativos, comunidade e parceiros de competência, com vistas a garantir a sua funcionalidade e a gestão escolar participativa e democrática;
4. Promover e apoiar programas de formação continuada aos conselheiros com conteúdos referentes a gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola, subsidiando-os com materiais, palestras, encontros e oficinas, objetivando a atuação dos conselheiros nos processos de decisão da escola;
5. Garantir as condições físicas e materiais para que o Conselho Municipal de Educação possa exercer suas funções de maneira autônoma;
6. Proporcionar ao Conselho Municipal de Educação condições de analisar, diagnosticar

e emitir pareceres técnicos a respeito da realidade educacional da cidade;

7. Instituir, no âmbito municipal, Fórum Permanente de Educação com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução do plano Municipal de educação – PME.

8. Fortalecer, através de formação continuada a gestão escolar, nos processos de autonomia pedagógica, administrativa e financeira nos estabelecimentos de ensino.

9. Garantir que, até o final do decênio deste PME, os candidatos a gestores escolares possuam ou estejam cursando especialização em Gestão Escolar ou equivalente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Mário D. **A Escola e a Coletividade: um desafio a ser vencido**. São Paulo: MNSV, 1997.

DAVIS, Claudia et al. **Gestão da escola. Desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar?** Pro gestão, Módulo II – Luiz Fernandes Dourado, Marisa Ribeiro Teixeira Duarte; Coordenação geral Maria Aglaé de Medeiros Machado. Brasília: CONSED, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LÜCK, Heloisa. **A dimensão participativa da gestão escolar**. Gestão em rede. Curitiba: [s. e.], n. 11, Ago. 1998.

MACEDO, Lino de. **Reflexões sobre o cotidiano na sala de aula**. Pátio: revista pedagógica. Porto Alegre: Artmed, v. 6, n. 22, p. 10-13, jul/ago. 2002.

MARQUES, Salvador. **Gestão na Escola e Participação da Comunidade**. Petrópolis, Vozes, 1987.

SMEAB. Estatuto do Magistério de Areia Branca

X - CONSELHOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1. Conselhos Escolares



Figura 12 (Google Imagens)

¹⁹Cosmia Maria de Jesus Oliveira

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares tem por objetivo fomentar a implantação dos conselhos escolares, por meio da elaboração de material didático específico e formação continuada, presencial e a distância, para técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e para conselheiros escolares, de acordo com as necessidades dos sistemas de ensino, das políticas educacionais e dos profissionais de educação envolvidos com gestão democrática.

Aos conselhos escolares cabe deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, além de participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação.

Os Conselhos têm as seguintes funções:

¹⁹ Especialista em Arte Educação; Licenciatura em Pedagogia e Biologia; Técnica-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. comiam@gmail.com

1 – Deliberativas - que é desempenhada somente em relação a assuntos sobre os quais tenha poder de decisão. Essas atribuições são quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas relacionadas aos aspectos pedagógicos, administrativos ou financeiros.

2 – Consultiva - para responder consultas sobre leis educacionais e suas aplicações quando têm um caráter de assessoramento que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.

3 – Fiscais - para promover sindicâncias, aplicar sanções que não cumprem leis ou normas; solicitar esclarecimentos dos responsáveis ao constatar irregularidades e denunciá-las aos órgãos competentes, garantindo o cumprimento das normas escolares e a qualidade social do cotidiano escolar.

4 – Mobilizadoras - para estimular a participação da sociedade dos serviços educacionais e informá-la sobre as questões educacionais do município, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.

O Programa realiza Encontros Presenciais que têm por objetivo a capacitação de profissionais da educação (técnicos) das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, que desenvolverão ações de formação continuada para conselheiros escolares das escolas dos seus respectivos sistemas de ensino.

Para tanto, são promovidas ações de formação para conselheiros escolares e para técnicos e dirigentes das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, utilizando inclusive metodologias de educação à distância, a saber:

- Curso de Formação para Conselheiros Escolares.

- São Cursos que têm como objetivo a qualificação dos conselheiros escolares para que participem efetivamente da gestão da escola, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação.

- Elaboração de material didático-pedagógico específico para a formação de Conselheiros Escolares.

- Consiste na elaboração de cadernos que constituem o material pedagógico do Programa e que servem de subsídio para as oficinas e cursos ofertados pelo Programa e pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Todas as ações do Programa são desenvolvidas em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais e de Educação. Sendo assim, a participação se dá a partir de articulações do Programa com as Secretarias de Educação.

A adesão das Secretarias Estaduais e Municipais de educação às ações formativas do Programa acontece por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR e são confirmadas com o SIMEC/PAR, local por onde se faz o levantamento da demanda para o semestre/ano.

Dentro desse contexto, o Curso de Formação para Conselheiros Escolares de Areia Branca teve início em outubro de 2014, com a divulgação em todas as escolas, e a inscrição de 40 cursistas de vários seguimentos.

O curso foi ofertado em 3 módulos com uma carga horária de 40 horas sendo 12 presenciais distribuída em 3 encontros presenciais de 4 horas cada encontro e 28 a distância no ambiente virtual de aprendizagem - AVA. O material pedagógico é composto de 13 cadernos, slide, vídeo aulas.

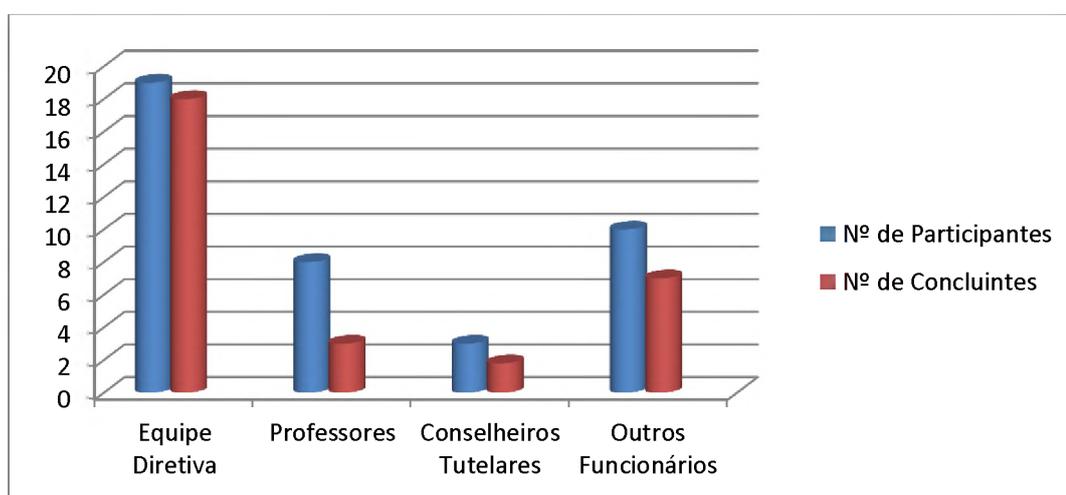


Gráfico 14 – Fonte elaborada pela autora (2014)

Destina-se a membros dos Conselhos Escolares: equipe gestora, professores, demais funcionários, pais ou responsáveis, estudantes, conselhos tutelares e comunidade

local, objetivando a qualificação dos conselheiros escolares para que participem efetivamente da gestão da escola, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação. A cada período novas turmas serão formadas até que todos tenham participado dos cursos e alcançado os objetivos propostos.

2. Conselho Municipal de Educação

²⁰Alexandra da Silva Santos

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AREIA BRANCA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CÂMARA DO FUNDEB

Um conselho municipal é o governo local de uma municipalidade. Especificamente, o termo pode referir-se às instituições de vários países que podem ser traduzidas por este termo.

O objetivo dos Conselhos Municipais é a participação popular na gestão pública para que haja um melhor atendimento à população. A proliferação destes Conselhos representa um aspecto positivo ao criar oportunidades para a participação da sociedade na gestão das Políticas Públicas.

O Conselho Municipal de Educação de Areia Branca foi instituído por lei nº 002/2007 de 02 de abril de 2007. Estabelece seus parâmetros de atuação, conforme preceitos previstos na lei nº.9.394/96, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Medida Provisória nº. 339/96 e na Lei Federal nº. 11.492 de 20 de junho de 2007, que dispõem sobre a distribuição, a transferência e aplicação dos recursos do Fundo.

O CMEAB está dividido em duas câmaras, sendo: câmara de educação básica e câmara específica de acompanhamento, controle social e fiscalização dos recursos do Fundeb. Apresenta Projeto de Lei complementar nº 05/2010, aprovado em 10/06/2010 alterando o artigo 4º referente aos componentes representativos da câmara do Fundeb.

O Conselho Municipal de Educação de Areia Branca - CMEAB - é órgão colegiado e permanente do Sistema Municipal de Ensino - SME - política e administrativamente autônomo, tem caráter deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador sobre os temas de sua competência. Foi criado pela Lei nº 02/2007, de 02 de abril de 2007, que também apresenta o objetivo de assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar na definição de diretrizes da educação no âmbito do sistema, concorrendo para elevar a qualidade dos serviços educacionais.

²⁰ Pós-graduada em Psicologia Escolar e da Aprendizagem; Licenciada em Ciências Biológicas; Presidente do Conselho Municipal de Educação; Presidente do Fórum Municipal de Educação.

Como espaço público de discussões, formulações e decisões de demandas educacionais o CMEAB, observando o princípio da autonomia e da gestão democrática do ensino público, está incumbido de contribuir com a democratização da gestão educacional do SMEAB. Sendo responsável pela normatização e regulamentação da educação municipal, pelo seu acompanhamento e fiscalização, bem como pela promoção de estudos, pesquisas e medidas para a melhoria do ensino. Incluindo instituições de ensino infantil, fundamental mantidas pelo Executivo;

- Instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- Órgãos municipais de educação.

O Conselho é regulado mediante regimento interno, aprovado por seus pares em 28/08/2007 com atribuições dos conselheiros e atribuições do Conselho Pleno:

1. Participar da elaboração das políticas públicas para a educação do Município;
2. Avaliar e manifestar-se sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual relativos à educação;
3. Fiscalizar a aplicação de recursos públicos e aqueles oriundos dos convênios, doações e outros, destinados aos setores públicos e privados da educação, incluindo verbas de fundos federais, estaduais e municipais;
4. Emitir parecer, quando solicitado, sobre:
 - o propostas de convênios educacionais, suas renovações entre o Município e entidades públicas ou privadas;
 - o o interesse e a necessidade de eventual assistência do Município às instituições particulares, filantrópicas, comunitárias e confessionais, no que se refere à educação.
5. Normatizar as seguintes matérias:
 - o autorização de funcionamento, credenciamento e inspeção de estabelecimentos que integrem o SME;
 - o parte diversificada do currículo escolar;
 - o recursos em face de critérios avaliatórios escolares;
 - o autonomia e gestão democrática das escolas públicas municipais;
 - o classificação e progressão do estudante nas etapas da educação básica;
 - o integração, no SME, das instituições de educação infantil criadas e mantidas pelo poder público e pela iniciativa privada;
 - o outras matérias mediante solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SMED.
6. Assegurar a publicidade de informações sobre o SME, tais como o número de profissionais e de alunos, bem como as receitas, as despesas do setor e o custo/aluno por níveis de ensino;

7. Responder a consultas e emitir pareceres em matéria de ensino e educação no âmbito do SME;
8. Estabelecer critérios que orientem a elaboração da proposta pedagógica das instituições que compõem o SME;
9. Autorizar mudanças na organização e no currículo da educação regulada por este Conselho, observada a legislação federal;
10. Funcionar como instância recursal no âmbito de suas atribuições;
11. Contribuir para o diagnóstico da evasão, repetência e problemas na oferta e na qualidade do ensino nas escolas, apontando alternativas de solução;
12. Propor ações educacionais compatíveis com programas de outras secretarias, como: Saúde, Desenvolvimento Social, Cultura, Esportes e Meio Ambiente, bem como manter intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa;
13. Divulgar, através de publicações, as suas atividades nos veículos de comunicação do Município;
14. Autorizar e acompanhar experiências pedagógicas, assegurando a validade dos estudos realizados;
15. Acompanhar a política de convênios educacionais entre Município e entidades públicas e privadas;
16. Acompanhar e fiscalizar a implementação das diretrizes aprovadas na Conferência Municipal de Educação;
17. Elaborar e aprovar seu regimento interno;
18. Elaborar e aprovar o regimento, a organização, a convocação e normas de funcionamento das conferências municipais de educação, bem como as das plenárias municipais de educação;
19. Encaminhar à SMED a proposta orçamentária anual do CME;
20. Colaborar com o dirigente do órgão municipal de educação no diagnóstico e na solução de problemas relativos à educação, no âmbito do Município;
21. Zelar pela universalização da educação básica e pela gradual implantação da jornada escolar de 8 (oito) horas e do horário integral;
22. Zelar pelo cumprimento da legislação escolar aplicável à educação e ao ensino;
23. Pronunciar-se sobre as ações ou formas de cooperação entre União, Estado e Município;

24. Zelar pela valorização dos profissionais da educação;
25. Criar estratégias que favoreçam a ampla participação da comunidade, incentivando, dentre outras coisas, a criação de associações de pais, professores, alunos e funcionários nas questões de políticas educacionais do SME;
26. Participar da elaboração do Plano Municipal de Educação, bem como acompanhar e fiscalizar sua execução;
27. Propor normas complementares para o SME.

O CMEAB funciona desde 2007 tendo mandato de duração de dois anos em sala cedida no prédio da Secretaria de Educação, recebendo auxílio material e funcional.

A câmara do Fundeb está composta:

- a) Dois representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos um da Secretaria Municipal de Educação;
- b) Um representante dos professores da Educação Básica no âmbito municipal;
- c) Um representante dos diretores das escolas públicas do município;
- d) Um representante dos servidores técnico- administrativo das escolas públicas do município;
- e) Dois representantes de pais de alunos da Educação Básica pública municipal;
- f) Dois representantes dos estudantes da Educação Básica pública municipal;
- g) Um representante do Conselho Tutelar.

A câmara de Educação Básica é constituída:

- a) Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- b) Um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe-SINTESE;
- c) Um representante dos diretores de Unidades de ensino da Rede Pública Municipal;
- d) Um representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;
- e) Um representante do Conselho Tutelar;
- f) Um representante do sindicato das escolas privadas, sendo de uma instituição que mantenha Educação Infantil e seja autorizada pelo Conselho Estadual de Educação;
- g) Um representante da Secretaria Municipal de Ação Social e do Trabalho.

O CMEAB tem igual número de suplentes. Dentre os conselheiros eleitos presidentes em assembleia por seus pares:

MANDATO	CMEAB	CEB	FUNDEB
2007/2009	EDIJÁRIA FERREIRA OLIVEIRA	ELISANGELA TELES SANTOS	MARIA DE FATIMA OLIVEIRA PEIXOTO
2009/2010	JOSÉ INÁCIO DOS SANTOS	ALEXANDRA DA SILVA SANTOS	VÂNIA ANGÉLICA RODRIGUES DE JESUS
2010/2012	ALEXANDRA DA SILVA SANTOS	VÂNIA ANGÉLICA RODRIGUES DE JESUS	MARIA DA PAIXÃO SANTOS PASSOS
2012/2014	ALEXANDRA DA SILVA SANTOS	FATIMA FREIRE DE MENEZES; MARINEIDE SANTOS MACEDO	MARIA DA PAIXÃO SANTOS PASSOS. HELENEIDE PATRICIA S. DE JESUS.

Tabela 81 Fonte: Elaborada pela autora

É nesse contexto, que o Conselho Municipal de Educação aprova o Plano Municipal de Educação, que entrará em vigor a partir desta data até o ano de 2025.

Areia Branca, 26 de maio de 2015

3. ANEXOS E APÊNDICES



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

DECRETO Nº. 001/2014

De 17 de outubro de 2014

**Institui o Fórum Municipal de Educação –
FME, e dá outras providências.**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AREIA BRANCA, ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 9394/96 e Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentado no Âmbito do Município de Areia Branca, sob a coordenação do Conselho Municipal de Educação de Areia Branca/SE, o Fórum Municipal de Educação de Areia Branca –FME, de caráter permanente, com a finalidade de elaborar o Anteprojeto do Plano Municipal de Educação 2015-2025.

Art. 2º - Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I – Elaborar o Plano Municipal de Educação e acompanhar a sua tramitação, aprovação e implementação;

II – Convocar, planejar e coordenar a realização de conferências Municipais de Educação, bem como divulgar as deliberações;

III – Elaborar seu Regimento Interno;

IV – Planejar e organizar espaços de discussão com a sociedade, visando o debate sobre as Políticas da Educação;

V – Acompanhar junto à Câmara Municipal a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação;

VI – Acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º - O FME – Areia Branca terá funcionamento permanente e se reunirá ordinariamente mensalmente e extraordinariamente, por convocação do seu coordenador, ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 4º - O FME – Areia Branca, estará administrativamente vinculado à Secretaria Municipal de Educação e receberá o suporte técnico e administrativo dos diversos Departamentos, Diretorias e Assessorias que integram a Secretaria Municipal de Educação, de forma a assegurar seu funcionamento.

Art. 5º - O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes Órgãos e Entidades:

I – 01 Representante do Poder Público Municipal;

II – 01 Representante da Secretaria Municipal de Educação;

III – 01 Representante do Magistério;

IV – 01 Representante dos Diretores de Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal;

V – 01 Representante dos Gestores da Educação Privada;

VI – 01 Representante da Sociedade Civil;

VII – 01 Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica;

VIII – 01 Representante da Câmara Municipal de Vereadores;

IX – 01 Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública;

XI – 01 Representante do Ministério Público;

XII – 01 Representante de Gestor da Rede Estadual de Ensino;

XIII – 01 Representante de Associações;

XIV – 01 Representante do Conselho de Alimentação Escolar do Município;

XV – 01 Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XVI – 01 Representante do Conselho Municipal de Saúde;

XVII – 01 Representante do Conselho Municipal de Assistência Social;

XVIII – 01 Representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação;

XIX – 01 Representante do Sindicato dos Servidores Públicos de Areia Branca;

XX – 01 Representante do PNAIC;

XXI – 01 Representante do EJA – Educação de Jovens e Adultos;

XXII – 01 Representante do Programa Mais Educação.

Parágrafo Único – Demais Órgãos ou Entidades interessados em participar, poderão inscrever-se, de acordo com as normas constantes no Regimento Interno.

Art. 6º - Os encaminhamentos das atividades a serem realizadas pelo Fórum Municipal de Educação serão aqueles deliberados por consenso de seus membros.

Art. 7º - A participação dos membros no Fórum será de caráter social e de interesse público, sem remuneração.

Art. 8º - O Fórum terá um Coordenador e um Vice – Coordenador, com um mandato de 01 (um) ano no início, sendo indicados pela Secretaria Municipal de Educação. Após essa data, os mandatos seguintes serão de 02 (dois) anos, sendo eleito em Assembleia pelos seus pares.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação de Areia Branca, 17 de outubro de 2014.

SANDRA BERNARDINO SANTIAGO

Secretária Municipal de Educação



Formação do Grupo Sistemático em 19/03/2015



Alexandra - Presidente do Fórum



Padre Neves - Igreja Católica



Pastor José Carlos - Igrejas Evangélicas



Diretoras e Professores



Palestra com Iran Barbosa em 09/04/2015



Conferência Municipal de Educação – 20/05/2015





Momento da Execução do Hino Nacional



Discurso da Prefeita no dia da Conferência do PME



Acácia: Prefeita Municipal de Areia Branca



Sandra: Secretária Municipal de Educação



Presidenta do Fórum e do Conselho Municipal



Edilma: Coordenadora Geral do PME



Discussão das Metas e Estratégias – Educação Infantil / Ensino Superior



Discussão das Metas e Estratégias – Ensino Fundamental / Qualidade da Educação.



Discussão das Metas e Estratégias – Ensino Médio / EJA



Discussão das Metas e Estratégias – Gestão Escolar / Financiamento



Discussão das Metas e Estratégias – Educação Inclusiva / Temas Transversais



Alunos - Líderes de Sala



Discussão das Metas e Estratégias – Formação e Valorização Docente



MOMENTO DO ALMOÇO



Areia Branca, 20/05/2015

PLENÁRIA FINAL – 25/05/2015

